



Revista Ciência e conhecimento

Volume 8 – Número 1 – Ano 2014

Revista oficial da Universidade Luterana do Brasil – ULBRA.
Campus São Jerônimo – RS – Brasil.



Editor:

Dr. Rodrigo Baptista Moreira

Editores adjuntos:

Ms. Vitor Hugo acunha

Ms. Rosani Nascimento Leite

Comissão editorial - Administração

Esp. Jane Ferreira Picarelli

Esp. Liana Maria Razek

Comissão editorial - Publicação

Simone da Silva Ferreira - Bibliotecária

Consultores

Dr. Adriana Torres de Lemos - Doutora

Dr. Adroaldo C. A. Gaya

Dr. Carlos Mário Dal'Col Zeve

Dr. Claudia Lisete de Oliveira Groenvald

Dr. Daniel Carlos Garlipp

Dr. Élvia Elena Silveira Vianna

Dr. Ernani Soares Barbosa

Dr. Gabriel Gustavo Bergmann

Dr. Pablo Rodrigo Alflen

Ms. Adriana Porto

Ms. Álvaro Werlang

Ms. Bianca Rocha Gutterres

Ms. Christiane Martinatti Maia

Ms. Claudeth Conceição de Oliveira

Ms. Clarissa Lopes Trojack

Ms. Franz Josef F.F. da Silva

Ms. Jeferson Souza Wolff

Ms. Jorge Maurício C. de Oliveira

Ms. Leandro Hirt Rassier

Ms. Lidiane R. Alli Feldmann

Ms. Marisa Beatriz L. M. Sanchez

Ms. Marjane Bernardy Souza

Ms. Maurício Amaro Lopes

Ms. Olindo Barcelos da Silva

Ms. Osvaldo Donizete Siqueira

Ms. Paulo Henrique D. Machado

Ms. Rosa Quitéria C. de Novaes

Ms. Rossano André Dal-Farra

Ms. Roséli Azzi Nascimento

Ms. Rudimar Serpa de Abreu

Esp. Dorval Antônio Ferreira Dias

Esp. Evandro Agiz Heberle

Esp. Maria Francisca L. Johson

Implantação e manutenção on-line da revista

Marcos André Lopes – CPD/ULBRA

Elaboração, veiculação e informações:

Universidade Luterana do Brasil – ULBRA

Campus São Jerônimo – RS - Brasil

Rua Antônio de Carvalho, esq. RS 401, nº 1

CEP: 96700-000 - Fone: (51)3651-1121

E-mail: contato@cienciaeconhecimento.com

Acesse a revista on-line: www.cienciaeconhecimento.com.br

Editorial

A Revista Ciência e Conhecimento é o periódico oficial da Universidade Luterana do Brasil/São Jerônimo. A revista publica trabalhos nos seguintes formatos: artigos originais, artigos de revisão, trabalhos de conclusão de curso de graduação e pós-graduação, trabalhos acadêmicos e comentários, nas diversas áreas do conhecimento. É um periódico que publica, resultados de pesquisas que contribuam para o desenvolvimento humano e social nas seguintes áreas: atenção à saúde e bem estar; desenvolvimento humano; metodologias e estratégias de ensino aprendizagem; gestão pública e institucional; gestão de conhecimento; tecnologia e produção; meio ambiente e sustentabilidade e desenvolvimento urbano e rural.

Todo o conteúdo da revista está disponível em português no site www.cienciaeconhecimento.com.br, de livre acesso. A revista possui circulação regular desde 2007, sua versão eletrônica e impressa em língua portuguesa tem periodicidade semestral. Neste número, apresentamos 9 artigos nas diversas áreas do conhecimento.

Rodrigo Baptista Moreira
Editor da Revista Ciência e Conhecimento

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

C569 Ciência e conhecimento / Universidade Luterana do Brasil. - Vol. 1, n. 1 (2007)-. - São Jerônimo: ULBRA São Jerônimo, 2007-.
v. ; 30 cm.

Disponível em : <http://www.cienciaeconhecimento.com.br>

Semestral.
ISSN 2177-3483

1. Produção técnico-científica periódicos. 2. Pesquisa científica.
I. Universidade Luterana do Brasil.

CDU: 001.891

ÍNDICE

Artigos originais

CRESCIMENTO SOMÁTICO E ÍNDICE DE MASDSA CORPORAL EM ESCOLARES AVALIADOS DE FORMA TRANSVERSAL ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2008. (Páginas 5-19)

Daniel Carlos Garlipp, Rodrigo Baptista Moreira, Anelise Gaya e Adroaldo Gaya

ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS ALIMENTARES. A REDE DE APOIO SOCIAL. (Páginas 20-37)

Marjane Bernardy Souza e Laura Morais Machado

PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO DE CADASTRO EM UMA EMPRESA DE VAREJO. (Páginas 38-50)

Giordana Bueno Santos

Artigos de revisão

COMPUTADORES E INTERNET NA EDUCAÇÃO, USAR OU NÃO USAR? EIS A QUESTÃO. (Páginas 51-63)

Clarissa Trojack Lopes e Everton Ávila

CULTURA E CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA REFLEXÃO ENTRE CONCEITOS. (Páginas 64-70)

Ávila de Casio Gonçalves

ÉTICA NO TRABALHO. (Páginas 71-93)

João Batista Bregolin de Azevedo e Marco Miller Trainini

O “DIREITO SUMULAR”: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS CARACTERÍSTICAS E DE SUA (IN)ADEQUAÇÃO FRENTE AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. (Páginas 94-119)

Simbard Jones Ferreira Lima

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DAS IDEIAS DOS PROFESSORES NO TRABALHO COM ALUNOS POSSUIDORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA. (Páginas 120-131)

Élide Avila Kessler e Sabrina Eliz Inácio

O ENSINO DA HISTÓRIA E SUA HISTORIOGRAFIA. (Páginas 132-137)

Rudimar Serpa de Abreu

CRESCIMENTO SOMÁTICO E ÍNDICE DE MASSA CORPORAL EM ESCOLARES AVALIADOS DE FORMA TRANSVERSAL ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2008.

Daniel Carlos Garlipp¹
Rodrigo Baptista Moreira^{1,2}
Anelise Gaya^{1,3}
Adroaldo Gaya¹

RCC



RESUMO - O objetivo deste estudo é descrever as alterações nas médias de estatura, massa corporal e IMC em escolares do município de General Câmara/RS, estratificados por idade e sexo, avaliados entre os anos de 2003 e 2008 a fim de verificar se existem diferenças a curto prazo quando comparados aos estudos seculares. Foram avaliados meninos e meninas com idades entre os 10 e os 15 anos. Para a análise do crescimento somático utilizaram-se as medidas da estatura e da massa corporal. O índice de massa corporal foi obtido pelo quociente entre a massa corporal em quilogramas e a estatura em metros elevada ao quadrado. Os resultados foram apresentados graficamente na forma de curvas da distância. Todas as análises foram realizadas no pacote estatístico SPSS for Windows versão 18.0. Foram identificados em anos subsequentes variações nas médias de estatura de 3,58 cm no sexo masculino e de 6,96 cm no sexo feminino em idades semelhantes. Na massa corporal essas variações foram de 7,15 kg no sexo masculino e 6,00 kg no sexo feminino. Já no IMC houve variações de 2,77 kg/m² e 2,39 kg/m², no sexo masculino e feminino respectivamente, em anos subsequentes. Em forma de conclusão, sugere-se a necessidade de avaliações em períodos de tempo mais curtos, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes, tendo em vista que os estudos seculares parecem mascarar mudanças que parecem ser significativas.

Palavras-chave: Crescimento somático – IMC – Crianças e adolescentes.

ABSTRACT - the aim of this study was to describe mean values alterations of height, weight and BMI measured in 2003 and 2008 in children and adolescents from General Câmara/RS, stratified by age and gender, and verify the differences between these results that were found with the others that were found in a secular trend study. The sample was comprised by boys and girls with aged between 10 and 15. Height and weight were used to measure somatic growth. Body mass index was calculated by division of body weight in kilograms by height in meters squared. The results were presented graphically through distance curves. All analyses were performed by SPSS 18.0 for windows. Results showed variations in 3.58 cm of boys height mean values and 6.96 cm in females in similar age. Additionally, mean values variations of weight were 7.15 kg in males and 6.00 kg in female. Finally, BMI variations were 2.77 kg/m² and 2.39 kg/m² consecutively in boys and girls in subsequent years. Once that the secular studies seem to mask the changes in somatic growth, the results of this study suggest a necessity of assessments in shorter period of time, especially in researcher with children and adolescents.

Keywords: Somatic growth – BMI – Children and adolescents.

1 – Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, RS, Brasil. Projeto Esporte Brasil (PROESP-Br).

2 – Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Campus São Jerônimo, RS, Brasil.

3 – Universidade de Santa Cruz – UNISC. RS, Brasil.

Dados para correspondência:
Daniel Carlos Garlipp
Rua Quintino Bocaiuva, 345, Apt. 2,
Moinhos de Vento, Porto Alegre, RS,
Brasil. CEP: 90440-051.
E-mail: dgarlipp@gmail.com

Recebido em: 10/01/2014.

Revisado em: 11/03/2014.

Aceito em: 27/04/2014.

Área: Atenção à Saúde e bem estar.

INTRODUÇÃO

O estudo do crescimento e suas relações com os níveis de saúde de crianças e adolescentes são consensualmente aceitos como instrumentos de aferição das condições de vida de uma população, principalmente vinculados às deficiências nutricionais e os problemas de saúde a elas associados. Esses estudos, para além do contributo referente ao entendimento da ontogênese humana, se justificam devido à praticidade, simplicidade e baixo custo dos mesmos.

Nesse sentido, com o intuito de entender as mudanças no crescimento somático e no índice de massa corporal (IMC), diversos estudos seculares têm sido realizados (MALINA, 1990; CERNERUD e LINDGREN, 1991; MONTEIRO et al., 1994; HUGHES et al, 1997; GLANER, 1998; FIBGE, 1999; MARMO, 1999; WESTERSTAHL et al, 2003; WEDDERKOPP et al, 2004; BERGMANN et al, 2009), obedecendo a um período de dez anos entre uma avaliação e outra. Segundo MacMahon e Trichopoulos (1996), os estudos seculares compreendem as análises referentes às variações ocorridas em indicadores do processo saúde-doença em décadas ou até em períodos de maior duração. Estes estudos analisam as alterações de uma determinada variável de uma geração para outra (EVELETH e TANNER, 1990).

Segundo França Junior e Monteiro (2000), os estudos sobre a tendência secular de indicadores de saúde têm permitido a criação de horizontes normativos em saúde pública, isto é, a definição objetiva de situações de saúde desejáveis que podem ser atingidas por quaisquer populações humanas em suas trajetórias históricas e sociais. Todavia, para Eveleth e Tanner (1990), estudos com um período de tempo menor, apresentam algumas variações tanto no crescimento como no desenvolvimento humano. Esses estudos, segundo Van Wieringen (1986), são importantes, pois servem como indicadores de saúde, tendo em vista que alterações nos padrões de crescimento refletem mudanças na morbidade e mortalidade. Isso porque, a partir de valores como a estatura, a massa corporal e o IMC, é possível determinar variações nos níveis de desnutrição e obesidade.

Nesse contexto, o presente estudo tem o seguinte objetivo: descrever as alterações nas médias de estatura, massa corporal e IMC, ao longo de 6 anos na população de General Câmara/RS estratificados por idade e sexo na perspectiva de verificar se existem diferenças a curto prazo nas variáveis analisadas quando comparados aos estudos seculares.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo é parte de uma série de trabalhos que estão sendo desenvolvido pelo Projeto Esporte Brasil (PROESP-BR – ver www.proesp.ufrgs.br), sendo que o protocolo de estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A amostra por conveniência é proveniente de seis avaliações transversais, de estudantes dos dois sexos do Instituto Estadual de Educação Vasconcelos Jardim do município de General Câmara – RS, e distribuídos conforme a Tabela 1:

Tabela 1. Distribuição da amostra separada por ano de avaliação e idade no sexo masculino.

Idades	Anos de avaliação					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
10	35	14	19	19	11	10
11	19	37	23	28	23	16
12	25	28	35	28	36	25
13	32	31	25	37	31	34
14	28	40	36	23	38	32
15	18	25	30	25	23	34
Total	157	175	168	160	162	151

Tabela 2. Distribuição da amostra separada por ano de avaliação e idade no sexo feminino.

Idades	Anos de avaliação					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
10	45	16	18	18	16	12
11	28	46	22	25	26	22
12	37	29	51	26	28	15
13	35	46	31	48	30	26
14	43	26	38	32	55	25
15	25	35	22	29	21	48
Total	213	198	182	178	176	148

Para a coleta das informações seguiu-se os seguintes fases: (a) no ano de 2003, após consentimento do órgão diretivo da escola, foram apresentados em reunião para pais, alunos e professores, os objetivos da aplicação dos testes e medidas; (b) após consentimento dos pais iniciou-se a coleta de dados; (c) no mês de março de 2003 foi realizada a primeira coleta de dados e anualmente, em todos os meses de março, até o ano de 2008, se repetiu a coleta das medidas em todas as crianças e jovens matriculados desde os sextos anos do ensino fundamental até o terceiro ano do ensino médio. Todos os dados foram coletados pelo mesmo professor de Educação Física sendo utilizados os mesmos instrumentos.

Para a análise do crescimento somático utilizou-se as medidas da estatura e da massa corporal. A estatura foi medida em centímetros entre o vértex e plano de referência do solo por intermédio de um estadiômetro com resolução de 0,1 cm. A massa corporal foi medida em quilogramas através de uma balança digital com 0,1 kg de precisão com os escolares vestindo o mínimo possível de roupas. O índice de massa corporal foi obtido através do quociente entre a massa corporal em quilogramas e a estatura em metros elevada ao quadrado [IMC = massa corporal (kg)/estatura (m²)].

Para a apresentação das curvas de valores médios, primeiramente foram analisados os gráficos *boxplot* para identificação e possível eliminação dos *outliers* severos. Os dados foram apresentados utilizando-se a estatística descritiva com as informações de média, desvio padrão, valores mínimos e valores máximos. As representações gráficas, na forma de curvas da distância, foram representadas pelos valores médios de cada variável. Todas as análises foram realizadas no programa estatístico SPSS *for Windows* versão 18.0.

Cabe salientar que nenhuma medida político-econômica foi realizada no município durante os anos de investigação, ou qualquer fato tenha ocorrido que sabidamente pudesse interferir nos resultados analisados.

RESULTADOS

Os resultados das três variáveis analisadas estão apresentados nas Figuras 1, 2 e 3 e nas Tabelas 3, 4 e 5 obedecendo à estratificação por sexo.

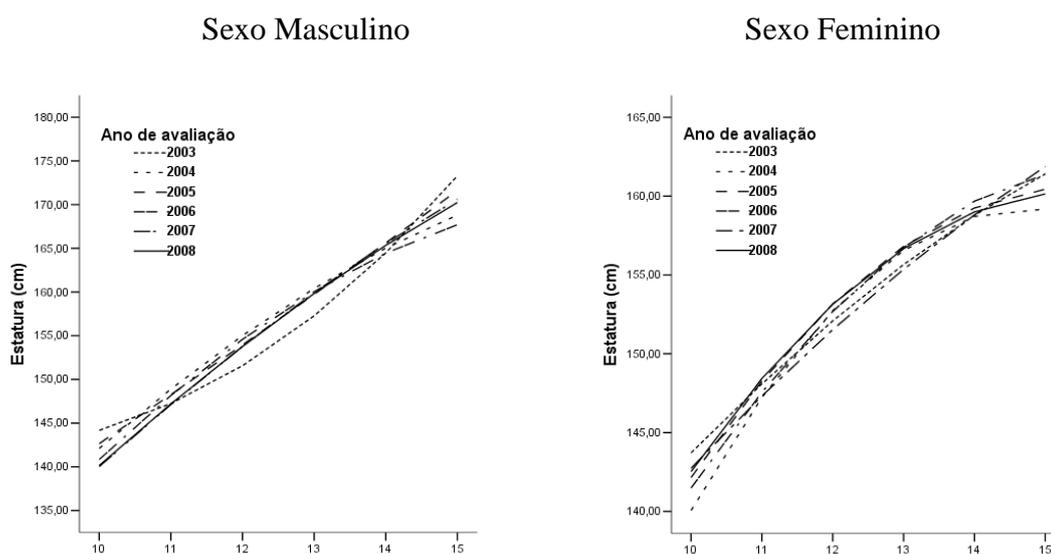


Figura 1. Distribuição dos valores médios de estatura, nos dois sexos, dos dados coletados entre os anos de 2003 e 2008 em escolares dos 10 aos 15 anos de idade.

Na figura 1 estão apresentadas as curvas da estatura corporal. Pode-se identificar que as curvas são crescentes em ambos os sexos, entretanto os valores médios apresentam algumas diferenças conforme observado na tabela 3.

Tabela 3. Maiores e menores diferenças entre as médias de cada idade, entre os diferentes anos de investigação para a estatura.

Sexo	Idades	Maiores diferenças		Menores diferenças	
		Anos de investigação	Valor	Anos de investigação	Valor
Masculino	10	2003 para 2008	4,31cm	2004 para 2007	0,00cm
	11	2004 para 2007	4,63cm	2003 para 2006	-0,70cm
	12	2003 para 2005	-5,75cm	2004 para 2007	-0,14cm
	13	2004 para 2008	-3,04cm	2004 para 2007	-0,07cm
	14	2005 para 2006	-3,58cm	2004 para 2007	0,24cm
	15	2003 para 2006	7,27cm	2007 para 2008	-0,48cm
Feminino	10	2003 para 2004	5,84cm	2006 para 2008	0,23cm
	11	2003 para 2008	-2,40cm	2003 para 2007	-0,15cm
	12	2004 para 2008	-3,48cm	2003 para 2007	0,06cm
	13	2004 para 2007	2,99cm	2003 para 2005	0,02cm
	14	2004 para 2006	-3,26cm	2005 para 2007	0,10cm
	15	2003 para 2004	1,74cm	2003 para 2007	0,00cm

Ao analisar as maiores diferenças da estatura corporal entre os diferentes anos de investigação em cada idade, pode-se identificar que, em algumas ocasiões, em anos subsequentes, houve variação nas médias de estatura em até 3,58 cm no sexo masculino (entre 2005 e 2006), e de 5,84 cm no sexo feminino (entre 2003 e 2004). Ainda, no sexo masculino, pode-se identificar em uma mesma idade, porém em um intervalo de dois anos, uma variação na média de estatura de 10,21 cm (entre 2003 e 2005). Quanto às menores diferenças, essas variaram entre 0,00 e 0,70 cm no sexo masculino e entre 0,00 e 0,23 cm no sexo feminino.

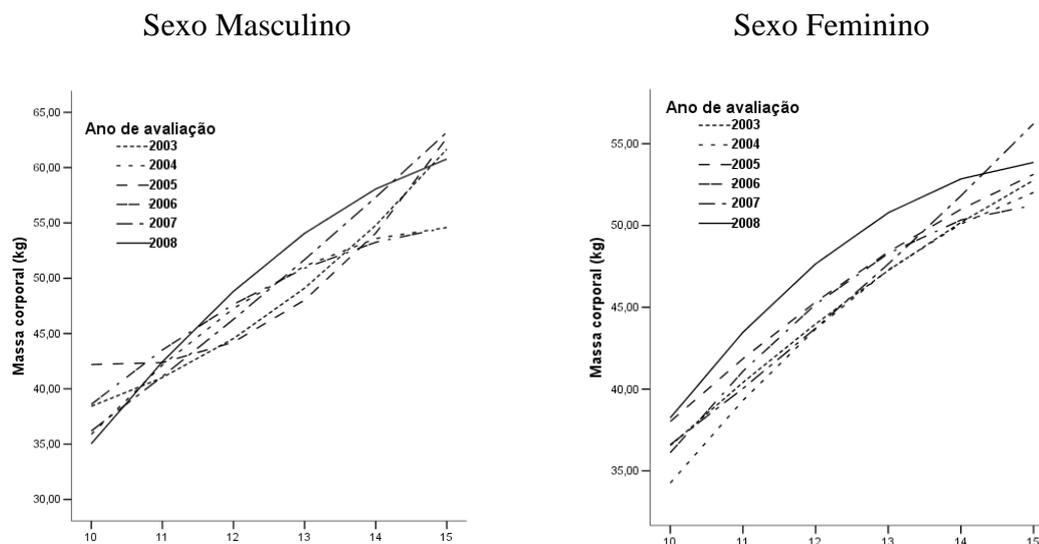


Figura 2. Distribuição dos valores médios de massa corporal, nos dois sexos, dos dados coletados entre os anos de 2003 e 2008 em escolares dos 10 aos 15 anos de idade.

Na figura 2 são apresentadas as curvas da massa corporal. Pode-se identificar que, de uma forma geral, as curvas são crescentes em ambos os sexos, entretanto os valores médios apresentam algumas diferenças, conforme observado na tabela 4.

Tabela 4. Maiores e menores diferenças entre as médias de cada idade, entre os diferentes anos de investigação para a massa corporal.

Sexo	Idades	Maiores diferenças		Menores diferenças	
		Anos de investigação	Valor	Anos de investigação	Valor
Masculino	10	2005 para 2008	6,18kg	2004 para 2008	0,35kg
	11	2006 para 2007	7,85kg	2004 para 2008	-0,16kg
	12	2003 para 2007	-10,33kg	2005 para 2008	0,09kg
	13	2005 para 2008	-7,32kg	2004 para 2007	0,49kg
	14	2005 para 2008	-5,93kg	2003 para 2006	0,27kg
	15	2004 para 2007	-11,81kg	2005 para 2007	-0,23kg
Feminino	10	2004 para 2005	-4,87kg	2006 para 2008	-0,19kg
	11	2003 para 2008	-5,68kg	2003 para 2007	-0,05kg
	12	2006 para 2008	-6,78kg	2005 para 2007	0,32kg
	13	2007 para 2008	-6,00kg	2003 para 2005	-0,13kg
	14	2007 para 2008	2,55kg	2003 para 2006	0,06kg
	15	2006 para 2007	-5,06kg	2003 para 2004	0,10kg

Ao analisar as maiores diferenças da massa corporal entre os diferentes anos de investigação em cada idade, pode-se identificar que, em algumas ocasiões, em anos subsequentes, houve variação nas médias de até 6,00 kg no sexo feminino (entre 2007 e 2008). Pode-se identificar ainda que, no sexo masculino, em uma mesma idade, porém em um intervalo de dois anos, uma variação na média da massa corporal de 12,72 kg (entre 2003 e

2005). Quanto às menores diferenças, essas variaram entre 0,09 e 0,49 kg no sexo masculino e entre 0,05 e 0,32 kg no sexo feminino.

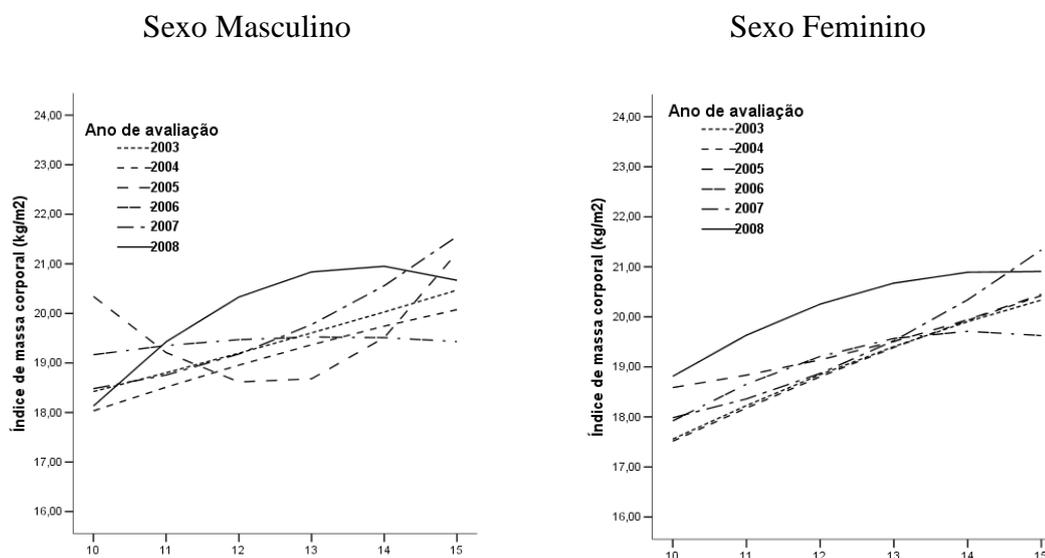


Figura 3. Distribuição dos valores médios de IMC, nos dois sexos, dos dados coletados entre os anos de 2003 e 2008 em escolares dos 10 aos 15 anos de idade.

Na Figura 3 são apresentadas as curvas do IMC. Pode-se identificar que, de uma forma geral, as curvas são crescentes em ambos os sexos, todavia os valores médios apresentam algumas diferenças, conforme observado na Tabela 5.

Tabela 5. Maiores e menores diferenças entre as médias de cada idade, entre os diferentes anos de investigação para o índice de massa corporal.

Sexo	Idades	Maiores diferenças		Menores diferenças	
		Anos de investigação	Valor	Anos de investigação	Valor
Masculino	10	2004 para 2005	-2,33 kg/m ²	2003 para 2006	-0,06 kg/m ²
	11	2006 para 2007	2,77 kg/m ²	2003 para 2008	-0,00 kg/m ²
	12	2003 para 2007	-2,87 kg/m ²	2004 para 2005	-0,15 kg/m ²
	13	2007 para 2008	-2,60 kg/m ²	2005 para 2007	0,13 kg/m ²
	14	2005 para 2007	-1,38 kg/m ²	2003 para 2008	-0,01 kg/m ²
	15	2006 para 2007	-2,60 kg/m ²	2003 para 2004	0,20 kg/m ²
Feminino	10	2004 para 2005	-1,20 kg/m ²	2006 para 2007	-0,11 kg/m ²
	11	2003 para 2008	-2,04 kg/m ²	2004 para 2007	0,07 kg/m ²
	12	2006 para 2008	-2,06 kg/m ²	2005 para 2007	-0,20 kg/m ²
	13	2007 para 2008	-2,39 kg/m ²	2003 para 2005	-0,02 kg/m ²
	14	2005 para 2007	-0,84 kg/m ²	2005 para 2006	-0,04 kg/m ²
	15	2006 para 2007	-1,72 kg/m ²	2007 para 2008	0,05 kg/m ²

Ao analisar as maiores diferenças do IMC entre os diferentes anos de investigação em cada idade, pode-se identificar que, em algumas ocasiões, em anos subsequentes, houve variação nas médias de estatura em até 2,77 kg/m² no sexo masculino (entre 2006 e 2007). Já no sexo feminino, as maiores variações das médias de IMC ocorreram entre os anos subsequentes, sendo que a maior diferença foi de 2,39 kg/m² (entre 2007 e 2008). Ainda, no sexo masculino, pode-se identificar em uma mesma idade, porém em um intervalo de quatro anos, uma variação na média de IMC de 2,87 kg/m² (entre 2003 e 2007). Quanto às menores diferenças, essas variaram entre 0,00 e 0,20 kg/m² no sexo masculino e entre 0,02 e 0,20 kg/m² no sexo feminino.

DISCUSSÃO

É comum identificar mudanças dos valores médios de estatura, massa corporal e IMC em estudos seculares. Tendência secular positiva na estatura e massa corporal foram identificados nos trabalhos de Kuh et al. (1991), Morata e Hibi (1992), Monteiro et al. (1993), Freedman et al. (2000), Dey et al. (2001), Zambon et al. (2004) e Caliman et al. (2006). Também no IMC, aumentos nos valores médios em estudos seculares foram identificados em trabalhos realizados nos Estados Unidos (ROSS e GILBERT, 1985; ROSS e PATE, 1987; TROIANO e FLEGAL, 1998), Canadá (TREMBAY e WILLMS, 2000), Bélgica (HULENS et al., 2001), Austrália (OLDS e HARTEN, 2001), Finlândia (KAUTIAINEN et al., 2002), China (WANG et al., 2002), Alemanha (HERPERTZ et al., 2003). Prista et al. (2005) investigaram o impacto do final da guerra civil, e consequentes mudanças na economia, nos índices de saúde de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos residentes em Maputo em Moçambique nos anos de 1992 e 1999. Foram identificados diferenças estatisticamente significativas na estatura, massa corporal e IMC na amostra pós-guerra, para ambos os sexos, com exceção do IMC no sexo feminino. Identifica-se nesse estudo a influência negativa de um ambiente adverso nos índices de saúde de uma população. Por outro lado, sabe-se que as melhorias nas condições de saúde refletem de forma positiva em variáveis como a estatura. Sendo assim, este é um estudo importante na perspectiva de análises com períodos de tempos mais curtos, tendo em vista a forte influência de fatores ambientais em variáveis do crescimento somático.

No Brasil, um estudo recente que abrange todo o território nacional é o de Bergmann et al. (2009), que compararam dados entre os anos de 1989 e 2004/2005, de crianças e adolescentes dos 7 aos 17 anos de idade, dos dois sexos. Os dados de 1989 são provenientes

da Pesquisa Nacional sobre Saúde e Nutrição (PNSN), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) enquanto que os dados de 2004 /2005 são provenientes do Projeto Esporte Brasil a partir de uma amostra não aleatória por conveniência. A distribuição dos resultados foi feita a partir dos percentis 15, 50 e 80, e demonstraram que no percentil 15, praticamente, não houve mudanças nos valores de IMC. Já nos percentis 50 e 80, ocorreram aumentos, sendo nos meninos ao longo de todas as idades, e nas meninas até em torno dos 11/12 anos.

Neste contexto, os resultados encontrados no presente estudo são surpreendentes tendo em vista que, em intervalos de tempo bastante curtos, foram encontradas variações importantes nas médias de estatura. Exemplo disso pode ser observado aos 14 anos do sexo masculino, onde houve uma redução de 3,58 cm na estatura entre os anos de 2005 para 2006 e no sexo feminino onde aos 10 anos houve um incremento de 5,84 cm na média de estatura entre os anos de 2003 e 2004.

Em outros estudos transversais, Freedman et al (2000), ao examinarem crianças e jovens americanos entre os anos de 1973 e 1992 identificaram um aumento médio na estatura de 0,70 cm por década independente da raça, sexo e idade. Também, Zambon et al. (2004), ao investigarem escolares de Paulínia em São Paulo entre os anos de 1979/80 e 1993/94, identificaram incrementos na estatura entre 1,13 e 5 cm no sexo masculino e 1,2 a 4,33 cm no sexo feminino. Souza e Neto (2003), ao comparar, de forma transversal a estatura dos 11 para os 12 anos em escolares de Rolim Moura/RO, identificaram aumentos estatisticamente significativos nos dois sexos. Espin Neto e Barros Filho (2004), ao associarem um conjunto de dados fornecidos pelos estudos nacionais patrocinados pela Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e pelo Estudo Antropométrico de Crianças Brasileiras realizado em Santo André, SP, compararam as medidas da estatura de crianças de 1 a 12 anos desde 1912 até 1996. Identificaram incrementos em todas as faixas etárias nos dois sexos. Para o sexo masculino, ocorreu um aumento de 8 cm no final do primeiro ano de vida e o maior aumento, de 12,6 cm, aconteceu aos 7 anos de idade. Para o sexo feminino, ao final do primeiro ano de vida a diferença foi de 7 cm, e o incremento máximo, de 16,1 cm, ocorreu aos 10 anos de idade. Esses resultados foram atribuídos às transformações econômicas e sociais que ocorreram no Brasil ao longo do século XX. Logo, de uma forma geral, parece haver um incremento das médias de estatura ao longo do tempo.

Quanto à análise da massa corporal, no presente estudo, também em intervalos curtos, foram identificadas diferenças expressivas nas médias. Aos 11 anos do sexo masculino houve um incremento de 7,85 kg entre os anos de 2006 e 2007. Já no sexo feminino, aos 13 anos de

idade, a média é reduzida em 6 kg entre os anos de 2007 e 2008. Zambon et al. (2004), identificaram incrementos entre 0,53 e 4,13 kg nos meninos e entre 0,87 e 3 kg nas meninas entre os anos de 1979/80 e 1993/94. Resultados semelhantes foram identificados por Garlipp (2006) que a partir de da análise de quatro coortes entre os 7 e os 14 anos de idade (Coorte 1- sete a onze anos, Coorte 2- oito a doze anos, Coorte 3- nove a treze anos, Coorte 4 - dez a quatorze anos de idade) identificou diferenças estatisticamente significativas nos valores de estatura e massa corporal em idades semelhantes, porém em anos de avaliação diferentes.

Ao ser analisado o IMC, um ano de intervalo entre as avaliações foi suficiente para que diferenças expressivas nas médias ocorressem. No sexo masculino, com apenas um ano de intervalo foi identificado diminuição de $2,33 \text{ kg/m}^2$ aos 10 anos entre 2004 e 2005. Aos 11 anos de idade um incremento de $2,77 \text{ kg/m}^2$ ocorreu entre 2006 e 2007. Aos 13 anos uma redução de $2,60 \text{ kg/m}^2$ foi identificada entre 2007 e 2008. Ainda aos 15 anos de idade uma ocorreu uma redução dos valores médios entre 2006 e 2007 de $2,60 \text{ kg/m}^2$. Já no sexo feminino, um ano de intervalo foi suficiente para demonstrar diferenças de $1,20 \text{ kg/m}^2$ aos 10 anos entre 2004 e 2005, $2,39 \text{ kg/m}^2$ aos 13 anos entre 2007 e 2008 e de $1,72 \text{ kg/m}^2$ aos 15 anos entre 2006 e 2007. Hulens et al. (2001), ao avaliarem adolescentes e adultos da Bélgica, identificaram incrementos médios de IMC, entre os anos de 1969 e 1996, principalmente nos percentis 85 e 90. Para o sexo masculino os maiores incrementos ocorreram aos 13 ($0,51 \text{ kg/m}^2$) e 17 ($1,3 \text{ kg/m}^2$) anos no percentil 85 e aos 13 ($1,89 \text{ kg/m}^2$) e 14 ($0,93 \text{ kg/m}^2$) anos de idade no percentil 95. No sexo feminino os maiores incrementos ocorreram no percentil 95 aos 12 ($1,04 \text{ kg/m}^2$) e 17 ($2,21 \text{ kg/m}^2$) anos de idade. No estudo de Bergmann et al. (2009) realizado com crianças e adolescentes brasileiros, as maiores diferenças foram identificadas no percentil 85. No sexo masculino os incrementos foram de 2 kg/m^2 entre os 7 e os 13 anos reduzindo até os 16 anos de idade. Já no sexo feminino, as diferenças nos valores de IMC apresentados foram menos marcadas, principalmente, a partir dos 12/13 anos, independentemente do percentil analisado. Segundo Malina (2004) a tendência secular da estatura parou em muitos países desenvolvidos enquanto que a massa corporal continua a aumentar, resultando em um aumento secular do sobrepeso e obesidade conforme indicado pelo IMC.

Pode-se então sugerir que as alterações ocorridas no presente estudo estejam atribuídas ao fato dos dados terem sido coletados em um período etário no qual ocorre o salto pubertário, e isso remete a uma fase de intensas mudanças tanto nas características somáticas como motoras. Para Siervogel et al. (2003) a informação da ocorrência ou não do salto pubertário auxilia na avaliação do estado nutricional e conseqüentemente na avaliação das modificações

antropométricas e de composição corporal. Ainda, segundo Lopes et al. (2000), cada indivíduo tem o seu próprio *timing* e tempo de crescimento. Sendo assim, principalmente durante o período de mudanças rápidas, é muito natural que ocorram grandes variações inter-individuais no *timing* e tempo de crescimento das características somáticas.

Logo, deve-se levar em consideração que durante o salto pubertário ocorre o pico de velocidade em estatura (PVE), que para além de ser um importante marcador do início da puberdade, interfere diretamente na massa corporal e IMC (MIRWALD et al, 2002). Para Baxter-Jones et al. (2002), de um modo geral, o estirão em massa corporal (PVMC) ocorre logo em seguida ao PVE e que, concomitantemente ao aumento de massa corporal, há um aumento mais pronunciado de massa gorda nas meninas e de massa magra nos meninos. Para Bergmann et al. (2007), existe uma tendência de as crianças brasileiras entrarem no período de salto pubertário antes que crianças americanas e europeias. Essas diferenças, segundo Malina e Bouchard (2002), podem estar associadas a uma série de fatores como clima, variações étnicas/raciais e diferenças metodológicas.

Frente a esses resultados, pode-se ainda retomar a seguinte discussão: qual o termo mais adequado para designar as variações ocorridas em indicadores do processo saúde-doença em décadas ou períodos de maior duração? Tendência secular ou mudança secular? Wieringen (1986) ao analisar a evolução do crescimento corporal sugere que expressões como tendência ou aceleração podem sugerir um caráter unidirecional e ininterrupto para as variações temporais. Ainda afirma que as variações na estatura são um processo biológico inteiramente reversível. Desta forma, o autor prefere enfatizar a possibilidade de flutuações positivas e negativas optando pela expressão mudança secular. Essa discussão pode ser reforçada frente aos resultados do presente estudo, no qual para a estatura em um intervalo de 2 anos (2003 para 2005) houve uma redução da média em 5,75 cm aos 12 anos, enquanto que em um intervalo de três anos (2003 para 2006) houve um incremento nas médias de estatura de 7,27 cm aos 15 anos de idade no sexo masculino. Também no sexo feminino, em um intervalo de 2 anos (2004 para 2006) houve uma redução nas médias de estatura de 3,26 cm aos 14 anos, enquanto que em 3 anos de intervalo (2004 para 2007) houve um incremento de 2,99 cm aos 13 anos de idade. Também na massa corporal alguns resultados podem reforçar a discussão em questão como, por exemplo, no sexo masculino em um intervalo de 3 anos (2005 para 2008) houve um incremento de 6,18 kg aos 10 anos, enquanto que aos 15 anos, também em um intervalo de 3 anos (2004 para 2007) houve uma redução dos valores médios em 11,81 kg. No sexo feminino em anos subsequentes (2007 para 2008), houve um incremento dos valores médios de 2,55 kg aos 14 anos e uma redução de 6 kg aos 13 anos de

idade. Já, no IMC, também em anos subsequentes (2006 para 2007) houve aos 11 anos um incremento de $2,77 \text{ kg/m}^2$ e uma redução de $2,60 \text{ kg/m}^2$ aos 15 anos de idade no sexo masculino. Porém no sexo feminino, as maiores diferenças apresentaram somente reduções. Sendo assim, ao analisar as variações que ocorreram nas três variáveis investigadas no presente estudo, utilizar a expressão mudança secular parece ser mais coerente frente às flutuações que a estatura, a massa corporal e o IMC apresentaram nesses 6 anos de investigação.

CONCLUSÃO

No presente estudo, diferenças importantes foram identificadas nas três variáveis analisadas. Entretanto, ao comparar esses diversos retratos, em anos subsequentes, foram identificadas, nas mesmas idades e sexos, diferenças entre os anos de investigação.

Flutuações importantes nas médias de estatura, massa corporal e IMC foram identificadas, tanto de forma positiva, refletindo em um aumento das médias ao longo dos anos, como de forma negativa, o que resulta em uma diminuição dos valores médios com o passar do tempo. Sugere-se que essas flutuações podem ser devido às intensas alterações ocorridas nas características somáticas, tendo em vista que o presente trabalho utilizou uma faixa etária na qual ocorre o salto pubertário.

Sendo assim, este estudo parece sugerir a necessidade de avaliações em períodos de tempo mais curtos, principalmente quando se trata de crianças e adolescentes, tendo em vista que os estudos seculares podem mascarar mudanças que parecem ser significativas. Desta forma, levando-se em consideração as flutuações nas médias das três variáveis investigadas, sugere-se que estudos referentes às alterações nas variáveis somáticas ao longo do tempo utilizem como termo chave mudança secular e não tendência secular como usualmente utilizado.

Enfim, o presente estudo demonstra a importância de se desenvolver estudos referentes ao crescimento somático e IMC, tendo em vista que alterações importantes podem ser identificadas em intervalos de tempo pequenos.

REFERÊNCIAS

BAXTER-JONES, A.D.G.; THOMPSON, A.M.; MALINA, R.M. Growth and Maturation in Elite Young Female Athletes. *Sports Medicine and Arthroscopy Review*, v.10, n.1, p.42-49, 2002.

- BERGMANN, G.G.; BERGMANN, M.L.A.; LORENZI, T.; PINHEIRO, E.S.; GARLIPP, D.; MOREIRA, R.; MARQUES, A.M.; GAYA, A. Pico de velocidade em estatura, massa corporal e gordura subcutânea de meninos e meninas de 10 a 14 anos de idade. *Revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano*, v.9, p.233-238, 2007.
- BERGMANN, G.G.; BERGMANN, M.L.A.; PINHEIRO, E.S.; MOREIRA, R.B.; MARQUES, A.C.; GARLIPP, D.C.; GAYA, A. Índice de massa corporal: tendência secular em crianças e adolescentes brasileiros. *Revista Brasileira de Cineantropometria e Desempenho Humano*, v.11, n.3, p.280-285, 2009.
- CALIMAN, S.B.; FRANCESCHINI, S.C.C.; PRIORE, S.E. Tendência secular do crescimento em adolescentes do sexo masculino: ganho estatural e ponderal, estado nutricional e sua relação com a escolaridade. *Archivos Latinoamericanos de Nutricion*, v.56, n.4, 2006.
- CERNERUD, L e LINDGREN, G.W. Secular change in height and weight of Stockholm schoolchildren born in 1933, 1943, 1953 and 1963. *Annals of Human Biology*, v.18, n.1, p.497-505, 1991.
- DEY, D.K.; ROTHENBERG, E.; SUNDH, V.; BOSAEUS, I.; STEEN, B. Height and Body Weight in Elderly Adults. A 21-Year Population Study on Secular Trends and Related Factors in 70-Year-Olds. *The Journals of Gerontology Series A: Biological Sciences and Medical Sciences*, v.56, p. 780-84, 2001.
- ESPIN NETO, J.; BARROS FILHO, A.A. Tendência secular de crescimento em crianças do Brasil: evidências de evolução positiva desde a primeira metade do século XX. *Revista de Ciências Médicas*, v.13, n.2, p.95-104, 2004.
- EVELETH, P.B. e TANNER, J.M. *Worldwide variation in human growth*. Cambridge: Cambridge University Press. 1990.
- FIBGE – PPV. *Pesquisa sobre padrão de vida: 1996-1997*. Rio de Janeiro, IBGE, 1999.
- FRANÇA JUNIOR, I.; MONTEIRO, C.A. Estudo da tendência secular de indicadores de saúde como estratégia de investigação epidemiológica. *Revista de Saúde Pública*, 34(6 supl.), p.:5-7, 2000.
- FREEDMAN, D.S.; KHAN, L.K.; SERDULA, M.K.; SRINIVASAN, S.R.; BERENSON, G.S. Secular Trends in Height Among Children During 2 Decades. *The Bogalusa Heart Study*. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, v.154, p.155-61, 2000.
- GARLIPP, D.C. *Dimorfismo sexual e estabilidade no crescimento somático e em componentes da aptidão física: análise longitudinal em crianças e adolescentes*. (Dissertação de mestrado). Porto Alegre (RS): Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.
- GLANER, M.F. *Crescimento físico e aptidão física relacionada à saúde em adolescentes rurais e urbanos*. Santa Maria, UFSM. Tese de Doutorado, 2002.
- GLANER, M.F. Tendência secular do crescimento físico e índice de massa corporal em escolares. *Revista Mineira de Educação Física*, v.6, p.2, p.59-69, 1998.
- HERPERTZ-DAHLMANN, B.; GELLER, F.; BOHLE, C.; KHALIL, C.; TROST-BRINKHUES, G.; ZIEGLER, A. et al. Secular trends in body mass index measurements in preschool children from the City of Aachen, Germany. *European Journal of Pediatrics*, v.162, n.2, p.104–109, 2003.
- HUGHES, J.M.; LI, L.; CHINN, S.; RONA, R.J. Trends in growth in England and Scotland, 1972 to 1994. *Archives of Disease in Childhood*, v.76, p.182-189, 1997.

- HULENS, M.; BEUNEN, G.; CLAESSENS, A.L.; LEFEVRE, J.; THOMIS, M.; PHILIPPAERTS et al. Trends in BMI among Belgian children, adolescents and adults from 1969 to 1996. *International Journal of Obesity*, v.25, n.3, p.395-399, 2001.
- KAUTIAINEN, S.; RIMPELA, A.; VIKAT, A.; VIRTANEN, S.M. Secular trends in overweight and obesity among Finnish adolescents in 1977-1999. *International Journal of Obesity*, v.26, n.4, p.544-552, 2002.
- KUH, D.L.; POWER, C.; RODGERS, B. Secular trends in social class and sex differences in adult height. *International Journal of Epidemiology*, v.20, p.1001-9, 1991.
- LOPES, V.; MAIA, J.; MOTA, J. Aptidões e Habilidades Motoras – uma visão desenvolvimentalista. Livros Horizonte, Lisboa, Portugal, 2000.
- MACMAHON, B.; TRICHOPOULOS, D. *Epidemiology: principles and methods*. 2nd ed. New York: Little, Brown, 1996.
- MALINA, R.M. Research on secular trends in auxology. *Anthropologischer Anzeiger*, v.48, p.209-227, 1990.
- MALINA, R.M. Secular trends in growth, maturation and physical performance: a review. *Anthropological Review*, v.66, n.1, p.3-31, 2004.
- MALINA, R.M.; BOUCHARD, C. *Atividade Física do Atleta Jovem: do Crescimento à Maturação*. Ed. Roca. São Paulo. SP, 2002.
- MARMO, D.B. Avaliação da tendência secular da estatura, peso e relação peso-estatura de uma população de escolares da cidade de Paulínia, São Paulo. Comparação entre os períodos 1979/1980 e 1993/1994. Campinas, 1999, (Tese de Doutorado), Universidade Estadual de Campinas.
- MIRWALD, R.L.; BAXTER-JONES, A.D.G.; BAILEY, D.A.; BEUNEN, G.P. An assessment of maturity from anthropometric measurements. *Medicine and Science in Sports & Exercise*, v.34, n.4, p.689– 694, 2002.
- MONTEIRO, C.A.; BENÍCIO, M.H.D.; GOUVEIA, N.C. Secular trends in Brazil over three decades. *Annals of Human Biology*, v.21, p.381-390, 1994.
- MONTEIRO, C.A.; BENICIO, M.H.D.; GOUVEIA, N.C. *Tendência secular do crescimento no Brasil: a evolução da altura dos brasileiros desde a década de 50*. São Paulo: NUPENS/USP; 1993.
- MURATA, M. e HIBI, I. Nutrition and the secular trend of growth. *Hormone Research*, 38(Suppl), n.1, p.89-96, 1992.
- OLDS, T.S.; HARTEN, N.R. One Hundred Years of Growth: The Evolution of Height, Mass, and Body Composition in Australian Children, 1899-1999. *Human Biology*, v.73, n.5, p.727-738, 2001.
- PRISTA, A.; MAIA, A.J.R.; SARANGA, S.; NHANTUMBO, L.; MARQUES, A.T.; BEUNEN, G. Somatic Growth of a School-Aged Population from Mozambique: Trend and Biosocial Meaning. *Human Biology*, v.77, n.4, p.457-470, 2005.
- ROSS, J.G. e GILBERT, G.G. The National Children and Youth Fitness Study: A Summary of Findings. *JOPERD*, v. 56, n.1, p.45-50, 1985.
- ROSS, J.G. e PATE, R.R. The National Children and Youth Fitness Study II: A Summary of Findings. *JOPERD*, v.58, n.10, p.51-56, 1987.

- SOUZA, O.F.; PIRES NETO, C.S. Crescimento estatural de crianças na faixa etária de 11 e 12 anos. *Revista Brasileira de Cineantropometria & desempenho Humano*, v.5, n.1, p.39-45, 2003.
- TREMBLAY, M.S. e WILLMS, J.D. Secular trends in the body mass index of Canadian children. *Canadian Medical Association Journal*, v.163, n.11, p.1429-1433, 2000.
- TROIANO, R.P. e FLEGAL, K.M. Overweight Children and Adolescents: Description, Epidemiology, and Demographics. *Pediatrics*, v.101, n.3, p.497-504, 1998.
- VAN WIERINGEN, J.C. Secular growth changes. En: Falkner F, Tanner JM. *Human Growth. A Comprehensive Treatise. Methodology, Ecological, Genetic and Nutritional Effects on Growth*. New York: Plenum Press, p.307-31, 1986
- WANG, Y.; MONTEIRO, C.; POPKIN, B.M. Trends of obesity and underweight in older children and adolescents in the United States, Brazil, China, and Russia. *American Journal of Clinical Nutrition*, v.75, n.6, p.971-977, 2002.
- WEDDERKOPP, N.; FROBERG, K.; HANSEN, H.S.; ANDERSEN, L.B. Secular trends in physical fitness and obesity in Danish 9-year-old girls and boys: Odense School Child Study and Danish substudy of the European Youth Heart Study. *Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports*, v.14, n.3, p.150-155, 2004.
- WESTERSTAHL, M.; BARNEKOV-BERGKVIST, M.; HEDBERG, G.; JANSSON, E. Secular Trends in Body Dimensions and Physical Fitness among adolescents in Sweden From 1974 to 1995. *Scandinavian Journal of Medicine & Science in Sports*, v.13, n.2, p.128-137, 2003.
- WIERINGEN, J.C. Secular growth changes. In Falkner, F.; Tanner, J.M., editors. *Human Growth: a comprehensive treatise*. 2 ed. New York: Plenum Press, 1986.
- ZAMBON, M.P.; MORCILLO, A.M.; GUIMAREY, L.M. Tendência secular de crescimento em escolares de Paulínia, São Paulo-Brasil (1979/80 - 1993/94). *Revista da Associação Médica Brasileira*, v.50, n.1, p.386-90, 2000.

ADOLESCENTES COM TRANSTORNOS ALIMENTARES: A REDE DE APOIO SOCIAL

Marjane Bernardy Souza¹
Laura Morais Machado²



RESUMO - Atualmente, vivemos em um mundo, onde a aparência conta muito. Somente, quem é magro é considerado bonito e, em razão desse modelo cultural, vem crescendo, consideravelmente, o número de casos de transtornos alimentares. O presente estudo identificou a rede de apoio social de meninas adolescentes com transtornos alimentares. O objetivo foi de verificar a importância da rede de apoio social, no tratamento dos transtornos alimentares. Para a realização desta pesquisa, o delineamento utilizado foi qualitativo e para a coleta de dados, utilizou-se a entrevista semiestruturada, com três adolescentes (de 10 a 19 anos) que, já, deveriam ter sido diagnosticadas por algum profissional da área da saúde. As entrevistas foram gravadas e transcritas e foi utilizado o método de análise de conteúdo, para a análise das mesmas. Os resultados obtidos mostram que a rede de apoio às adolescentes é fraca, dificultando uma melhora na sintomatologia. As adolescentes consideram essa rede de apoio boa, mas não souberam justificar, porém todas relataram que achavam que a rede poderia ser composta por mais pessoas. Verificou-se, também, uma sobrecarga nos integrantes da rede, fatos estes que interferem, diretamente, nos tratamentos das entrevistadas. A família tem um papel importante no tratamento dos transtornos alimentares, mas todas as adolescentes demonstraram ter dificuldades, em se relacionar com qualquer membro da família, motivo este que foi o precursor dos distúrbios.

Palavras-chave: Rede de Apoio Social. Adolescentes. Transtornos Alimentares.

ABSTRACT - Currently, we live in a world where appearance counts a lot. Only, who is thin is considered beautiful and, because of this cultural model, has grown considerably, the number of cases of eating disorders. This study identified the social support network of teenage girls with eating disorders. The objective was to verify the importance of social support in the treatment of eating disorders. For this research, the design was qualitative and data collection, was used a semi-structured interview with three teenagers (10-19 years), as they should have been diagnosed by a health professional. The interviews were recorded and transcribed, and the method of content analysis, for their analysis was used. The results show that the support network for teens is weak, hindering an improvement in symptoms. The teenagers consider this network of good support, but were unable to justify, but all reported that they thought that the network could be composed of more people. Also was found in an overload in the network, these facts that interfere directly in the treatments of subjects. The family has an important role in the treatment of eating disorders, but all teenagers have demonstrated difficulties in relating to any family member, this reason was the forerunner of the disturbances.

Keywords: Social support. Teens. Eating disorders.

1 - Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Curso de Psicologia. São Jerônimo, RS. Brasil.

2 - Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Curso de Psicologia. Cachoeira do Sul, RS. Brasil.

Dados para correspondência
Marjane Bernardy Souza
Endereço: Rua Gaspar Silveira Martins,
2533/604, Santa Cruz do Sul, RS,
CEP: 96825-002.
E-mail: marjanesouza@yahoo.com.br

Recebido em: 20/12/2013.
Revisado em: 22/03/2013.
Aceito em: 28/05/2014.

Área: Desenvolvimento humano.

INTRODUÇÃO

Atualmente, vivemos em um mundo, onde a aparência conta muito. Apenas, quem é magro é considerado bonito. Com isso, a cada dia que passa, aumentam consideravelmente, o número de transtornos alimentares como: anorexia e bulimia. O medo obsessivo da obesidade faz com que, cada vez mais, mulheres controlem o peso corporal, com o uso de dietas milagrosas, exercícios exagerados, laxantes, diuréticos e drogas anorexígenas.

O gênero feminino, segundo Vilela (2004), geralmente é o mais vulnerável à aceitação das pressões sociais, econômicas e culturais associadas aos padrões estéticos e, por isso, mais suscetíveis aos transtornos alimentares, representando 95% dos casos.

O atual modelo cultural, que supervaloriza os corpos delgados, tem propiciado o aumento da incidência dos transtornos alimentares entre adolescentes. Os meios de comunicação têm reforçado o “culto à magreza” que associa esse padrão estético à ideia de liberdade, sucesso e aceitação social.

Sabe-se que essas exigências sociais poderão trazer alterações nos comportamentos alimentares, principalmente, em adolescentes que buscam o corpo ideal mostrado pela mídia. Entende-se, também, que esses transtornos trazem grande sofrimento psicológico, físico e social para seus portadores. Também há dificuldades, por parte das meninas, em aceitar esses transtornos como um tipo de doença, somente, quando reconhecem-se ou se revelam doentes é que as pessoas procuram ajuda para minimizar essa dor.

Com este trabalho, pretendeu-se identificar as principais redes de apoio social a que as adolescentes recorrem, pois admite-se que uma rede bem estruturada, possibilita melhor recuperação e alívio do sofrimento.

Quem sofre com esse problema, geralmente, demora a buscar ajuda e, na maioria das vezes, a pessoa é forçada a aderir ao tratamento, contudo essa demora, muitas vezes, se justifica pelo preconceito que existe em relação aos transtornos alimentares ou, ainda, pelo fato de não se sentir doente e de acreditar que não precisa de auxílio.

DESENVOLVIMENTO

O ato de alimentar-se é uma necessidade humana vital, segundo Silva (2008). No entanto, a relação do alimento com o peso ou com a imagem corpórea nem sempre é harmoniosa, o que resulta em desequilíbrios da conduta alimentar. Exemplos disso são os

transtornos alimentares, anorexia e a bulimia nervosa que têm componentes psicossomáticos, desencadeados pela distorção da imagem corporal e medo mórbido de engordar.

Durante muito tempo, os transtornos alimentares foram entendidos como problemas secundários. Segundo Busse e Silva (2004), foi, no ano de 1980, que anorexia e bulimia nervosas foram reconhecidas como síndromes que possuíam sérias complicações, entrando no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais – DSM-IV (2002).

No conceito de Borges et al. (2006), os Transtornos Alimentares (TAs) são doenças psiquiátricas caracterizadas por graves alterações do comportamento alimentar e que, em sua maioria, afetam adolescentes e adultos jovens do sexo feminino. Justificando isso, Branco et al. (2006) afirmam que, no início da adolescência, as transformações biológicas e as alterações na personalidade ocorrem juntas e, assim, como o corpo vai adquirindo uma nova forma, modifica-se, também, a imagem mental, onde o adolescente passa a crer que sua imagem corporal está desproporcional à imagem idealizada.

Relata em seu artigo que, de acordo com o DSM-IV (2002), a prevalência da anorexia na população adolescente e juvenil está em 0,5 % e 1% e da bulimia entre 1% e 3% (BORGES et al., 2006).

Sabe-se que a rede de apoio social é muito importante no tratamento dos pacientes e envolve dois níveis: o formal, constituído pelos profissionais envolvidos com a rede; e o informal, do qual fazem parte familiares, vizinhos, conforme informações trazidas por Kleinmann (*apud* OLIVEIRA e BASTOS, 2000).

Uma pesquisa realizada por Rodrigues et al. (2005), teve como objetivo caracterizar o consumo alimentar, o estado nutricional e a prevalência de sintomas de anorexia e bulimia nervosa, em estudantes de uma escola da rede pública de ensino, de Ipatinga/MG. Participaram 81 adolescentes com idade entre 13 e 18 anos. Para avaliação antropométrica foi utilizado o peso e altura, para posterior cálculo de Índice de Massa Corporal (IMC). Para descrever a prevalência dos sintomas de anorexia e bulimia nervosa, foram aplicados os questionários EAT-26 e BITE.

O resultado encontrado, de acordo com classificação do estado nutricional, demonstrou melhores parâmetros nutricionais, na faixa etária de 16 a 18 anos, em relação às adolescentes de 13 a 15 anos. O EAT-26 e BITE indicaram que 20,98% (n=17) das adolescentes apresentaram risco de desenvolver anorexia, 1,23% (n=1), para o desenvolvimento de bulimia nervosa e 7,40% (n=6) apresentaram sintomas de ambas as doenças.

Esses números vêm aumentando a cada ano, atingindo as idades mais tenras. Segundo Rodrigues et al. (2005), as estatísticas apontam que 90% das pessoas portadoras desses transtornos alimentares são mulheres e, entre elas, aquelas com idade entre 14 e 18 anos. Apesar de que essa idade vem decrescendo para meninas menores de 12 anos.

Na descrição de Borges et al. (2006), o perfil dos portadores desses distúrbios são adolescentes do sexo feminino, raça branca e alto nível socioeconômico e cultural. Reforçando essa ideia, Neves (*apud* SILVA, 2008) afirma que adolescentes do sexo feminino, geralmente, pertencentes à classe média e à média alta, desenvolvem distúrbios alimentares, devido à procura incansável pela magreza.

A palavra anorexia originou-se do grego *ann*= sem e *orexis*= desejo ou apetite, ou seja, designa falta de apetite. Segundo a primeira descrição de quadros, que correspondiam a anorexia nervosa, foi em 1691, pelo médico inglês Richard Morton. Após este, outros autores descreveram seus sintomas, cientificamente, como, Gull em 1868, que a chamou de “Apepsia Histórica”, Lasègue, em 1873, a denominou de “Anorexia Histórica” e Sollier, em 1895 como “Anorexia Mental”, conforme Busse e Silva (2004).

No conceito de Thiel e Mello (2005), a anorexia é uma patologia do comportamento alimentar, caracterizada por limitações dietéticas autoimpostas, padrões bizarros de alimentação, com acentuada perda de peso autoinduzida e mantida pelo paciente, associada a um temor intenso de ganhar peso. Concordando com o autor acima, Furlan (2006) descreve a anorexia como um dos transtornos de comportamento alimentar que atinge, habitualmente, adolescentes e mulheres jovens, sendo a terceira enfermidade crônica mais comum desse grupo. Ela ocorre preferencialmente, na puberdade, em torno de 12-16 anos, e quase que, exclusivamente, em mulheres, sendo 8 a 10 vezes maior que nos homens.

O termo bulimia deriva de *boi* (grande quantidade de) ou de *boul* (boi) e *limos* (fome), designando fome de comer um boi. A bulimia foi, primeiro, observada por Gull, em 1870. Os novos casos começaram a ser descritos, em 1940, por Binswager (BUSSE e SILVA, 2004).

Em 1970, Bruch observou que menos de 25% de suas pacientes anoréxicas eram bulímicas. Esse dado dobrou, em 1980, passando para mais de 50%. Nesse mesmo ano, esses distúrbios entraram como síndromes independentes no DSM-IV (2002).

A bulimia nervosa, segundo Espíndola (2006), é caracterizada por grande ingestão de alimentos, de uma maneira muito rápida e com a sensação de perda de controle - os chamados episódios bulímicos. Estes são acompanhados de métodos compensatórios inadequados, para o controle de peso como: vômitos autoinduzidos (em mais de 90% dos casos), uso de

medicamentos (diuréticos, laxantes e inibidores de apetite), dietas e exercícios físicos, abuso de cafeína ou uso de cocaína

As características essenciais, segundo o DSM-IV (2002), constituem-se de compulsões periódicas em comer (polifagia) e métodos compensatórios inadequados posteriores, para evitar ganho de peso. Além disso, a autoavaliação dos pacientes com Bulimia Nervosa é, excessivamente, influenciada pela forma e peso do corpo, tal como ocorre na Anorexia Nervosa. Para qualificar o transtorno, a compulsão periódica e os comportamentos compensatórios inadequados devem ocorrer, em média, pelo menos duas vezes por semana, por três meses.

O CID10 (1994), por sua vez, define a bulimia como uma síndrome caracterizada por acessos repetidos de hiperfagia e uma preocupação excessiva com relação ao controle do peso corporal, conduzindo a uma alternância de hiperfagia e vômitos ou uso de purgativos. Esse transtorno partilha diversas características psicológicas com a anorexia nervosa, dentre as quais uma preocupação exagerada com a forma e peso corporais. Os vômitos repetidos podem provocar perturbações eletrolíticas e complicações somáticas.

Esse transtorno alimentar é uma síndrome caracterizada por ingerir grande quantidade de comida, compulsivamente, (binge-eating), compensando o exagero com episódios de vômitos autoinduzidos, podendo, também, ser acompanhado do uso de laxantes e diuréticos.

A história da humanidade foi construída, através de redes sociais e é, por esta ligação, que os seres humanos vivem e sobrevivem. Empiricamente, de acordo com a história, o homem sempre esteve relacionado à busca de recursos para sua sobrevivência. Kern (2002) cita o exemplo de que, antes de ser criado o termo rede social, este já existia nas comunidades e em grupos, como é o caso das comunidades rurais, em pequenos municípios. Em seguida, criou-se, paralelamente, o termo teias sociais que representava uma instância de potencialização de uma rede social. Assim, nessas comunidades, a base é a família, seguida da instituição religiosa, do sistema de proventos e do espaço de lazer. Cada um dos membros está vinculado ao outro de tal forma que nenhum dos segmentos vive sem o vínculo com o outro.

O termo apoio social foi definido por Matsukura (2002) e, segundo o autor é de difícil definição, uma vez que se encontram muitas especificidades, quanto ao seu conceito, devido ao seu caráter multidimensional. A ideia do apoio fornecido pelas redes sociais originou-se, na década de 1970, e foi consolidada, nos anos 80. O desenvolvimento dos modelos ecológico e sistêmico e a consequente compreensão psicossocial do ser humano têm contribuído,

fortemente, para o interesse de estudos sobre as redes sociais, através da psicologia comunitária.

Escrevendo sobre rede social, Sluzki (1997) destaca que pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas, ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede contribui, significativamente, para o seu próprio reconhecimento como indivíduo e para sua autoimagem.

Para o mesmo autor as redes sociais, desempenham diferentes funções tais como: companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e de serviços e acesso a novos contatos. A companhia social está relacionada ao estar junto com outra pessoa, seja através da realização de atividades em conjunto, ou através do compartilhamento da rotina cotidiana. O apoio emocional refere-se ao poder contar com a amizade, o apoio e a dedicação de outra pessoa. Essa função envolve um clima de afeto, compreensão, sendo característico das amizades íntimas ou relações próximas.

PROCESSOS METODOLÓGICOS

O presente estudo tratou-se de uma pesquisa com metodologia qualitativa que, de acordo Flick (2009), usa o texto como material empírico (em vez de números), parte da noção da construção social das realidades em estudo, está interessada nas perspectivas dos participantes, em suas práticas do dia-a-dia e em seu conhecimento cotidiano, relativo à questão em estudo..

Para a realização da pesquisa, foram entrevistadas três adolescentes com transtornos alimentares, sendo que a escolha das mesmas foi realizada por disponibilidade e conveniência. As entrevistadas deveriam ter, no mínimo, dez e, no máximo, vinte anos, pois, segundo a Organização Mundial da Saúde (2010), é esse o período classificado como adolescência.

Como instrumento de pesquisa foi utilizado uma entrevista semiestruturada.

Após a aprovação do trabalho pelo Comitê de Ética de Pesquisa da Universidade Luterana do Brasil, foi feito o contato com o Ambulatório de Saúde Mental do município de Cachoeira do Sul, para saber se haviam casos de transtorno alimentar.

Para a análise dos dados, foi utilizada a metodologia de análise de conteúdo, proposta por Bardin (2010), que é um conjunto de técnicas de análise das comunicações.

Este autor sugere cinco etapas para a organização da análise de conteúdo: preparação das informações, transformação do conteúdo em unidades, classificação das unidades em categorias, descrição e interpretação.

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Através da análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas e da análise estrutural do mapa de rede social, realizadas, por uma amostra por conveniência, com adolescentes com transtornos alimentares, tornou-se possível atingir os objetivos da pesquisa: verificar a importância da rede de apoio, no tratamento das adolescentes com transtornos alimentares, identificar a rede de apoio das adolescentes, investigar a percepção das adolescentes sobre suas redes de apoio e identificar à qual rede de apoio que, geralmente, as adolescentes recorrem.

Através da análise de conteúdo das entrevistas, foram construídas três categorias:

- a) A dificuldade no diagnóstico: a descoberta do transtorno alimentar.
- b) Transtornos alimentares e questões familiares.
- c) A percepção da rede de apoio social.

A dificuldade no diagnóstico: a descoberta do transtorno alimentar. Essa categoria busca mostrar, através das verbalizações das entrevistadas o quanto foi difícil e demorado o diagnóstico do Transtorno Alimentar. Por meio das falas das mesmas, mostrou o quanto foi e, em alguns casos, ainda, é difícil para elas aceitarem o transtorno como doença.

Hoje em dia, os transtornos alimentares estão em foco na mídia, entretanto ainda há um desconhecimento de alguns profissionais sobre esses transtornos, dificultando, assim, o diagnóstico precoce.

Na verbalização da P1, percebe-se bem isso: *“Eu comia e tudo que eu comia eu tonteava, vomitava e a mãe me levava para o plantão... ninguém falava nada, só faziam soro e me mandavam para casa aí me mandavam para o hospital e sempre era o mesmo médico que me mandava embora para casa de novo”*.

Os indivíduos que desenvolvem esse distúrbio, segundo Borges (2006), não admitem estar doentes, como mostra a fala da P2: *“Antes eu achava que estava tudo bem que era normal o que eu fazia e que tipo estava tudo certo”*.

A P3 têm esta mesma percepção: *“Para mim já estava sendo rotina comer e vomitar, então eu já nem percebia mais, para mim já era normal aquilo”*. A P1 apenas relatou que: *“Eu fui perceber que estava doente depois que me mandaram para o hospital a primeira vez, eu achava que sempre quando eu vomitava que estava grávida”*.

Para qualificar o transtorno, Cenci (2009) afirma que a compulsão periódica e os comportamentos compensatórios inadequados devem ocorrer, em média, pelo menos, duas vezes por semana, por três meses.

P2: *“Só que eu não estava purgando ainda eu só tinha compulsão, mas aí quando eu voltei eu comecei a ter compulsões horrendas, tipo de comer tudo que eu visse na minha frente e daí depois vomitava tudo”*.

P3: *“Às vezes eu comia não porque estava com fome mas porque eu estava vendo, sabe? Os meus vômitos são mais de noite depois da janta ou depois do almoço, têm dias que eu vomito os lanches também.. antes eu controlava a vontade de comer e agora não estou conseguindo mais, aí eu como muito, e vomito por causa disso né”*.

Transtornos alimentares e questões familiares procurou mostrar, através das verbalizações das entrevistadas o quanto foi difícil e demorado o diagnóstico do Transtorno Alimentar. Por meio das falas das mesmas, mostrou o quanto foi e, em alguns casos, ainda, é difícil para elas aceitarem o transtorno como doença foi apresentada, também, características dos transtornos alimentares. A P1 demorou cerca de 6 meses para receber o diagnóstico, a P2 descobriu, na internet cerca de um mês depois e a P3, um ano depois dos episódios lhe deram o diagnóstico.

Hoje em dia, os transtornos alimentares estão em foco na mídia, entretanto ainda há um desconhecimento de alguns profissionais sobre esses transtornos, dificultando, assim, o diagnóstico precoce. Na verbalização da P1, percebe-se bem isso: *“Eu comia e tudo que eu comia eu tonteava, vomitava e a mãe me levava para o plantão... ninguém falava nada, só faziam soro e me mandavam para casa aí me mandavam para o hospital e sempre era o mesmo médico que me mandava embora para casa de novo”*.

Os indivíduos que desenvolvem esse distúrbio, segundo Borges (2006), não admitem estar doentes, como mostra a fala da P2: *“Antes eu achava que estava tudo bem que era normal o que eu fazia e que tipo estava tudo certo”*. A P3 têm esta mesma percepção: *“Para mim já estava sendo rotina comer e vomitar, então eu já nem percebia mais, para mim já era normal aquilo”*. A P1 apenas relatou que: *“Eu fui perceber que estava doente depois que me*

mandaram para o hospital a primeira vez, eu achava que sempre quando eu vomitava que estava grávida”.

Conforme o autor citado acima, muitos escondem dos parentes os sintomas. A P2 relata o tempo que conseguiu esconder da sua família: “...eu induzia o vômito, daí isso durou mais ou menos um mês assim fazendo direto e ninguém sabia, ninguém percebia porque era muito fácil esconder no começo, ninguém percebe e daí eu fiquei com medo de engordar, e como eu tinha muito medo de engordar, como eu sabia que aquilo ia continuar, eu resolvi contar para minha família... para minha mãe primeiro”. Com a P3 não foi diferente: “...ninguém percebe que eu estou vomitando, a M. (cuidadora da mãe dela) é quem mais fala que eu estou vomitando, foi a primeira pessoa que percebeu que eu estava vomitando. A gente estava almoçando e eu falei que ia no banheiro e ela falou na frente do meu pai que eu tinha que parar de comer e vomitar, o meu pai não falou nada só baixou a cabeça. Só que daí aquilo ali não adiantou nada, eu fui no banheiro e vomitei”. A P1 relatou que nunca escondeu da mãe os episódios, pois não sabia o que estava acontecendo com ela e nunca imaginou que o seu diagnóstico pudesse ser esse: “Para minha mãe eu nunca escondi nada porque ela via, eu vomitava em qualquer lugar, no ônibus era no chão mesmo, no colégio e em casa era no banheiro às vezes só aqui em casa que eu vomitava, aqui na frente quando não dava tempo de chegar no banheiro”.

Seguindo o pensamento de Borges (2006), as pacientes evitam fazer refeições junto com a família, e a P2 enfatizou muito essa dificuldade de alimentar-se na frente de outras pessoas “... é difícil eu comer na frente dos outros eu comecei a estagiar e demorei uns dois meses pra conseguir fazer o lanche da tarde, a nutricionista queria me matar porque eu não estava fazendo o lanche da tarde. É horrível, eu fico com vontade de vomitar aquela barra de cereal, aquela coisa entra rasgando”.

Segundo Cenci (2009), o indivíduo apresenta medo de ficar acima do peso, reconhece que segue padrão alimentar anormal, mas não se sente capaz de controlar seu próprio comportamento alimentar, como mostra a P2: “... sim, medo de engordar. Imagina eu tinha total controle antes, me sentia super controlada e daí de uma hora pra outra me vi completamente fora de controle, não conseguindo controlar nada do que eu comia e ainda provocando o vômito”.

Para qualificar o transtorno, Cenci (2009) afirma que a compulsão periódica e os comportamentos compensatórios inadequados devem ocorrer, em média, pelo menos, duas vezes por semana, por três meses. P2: “Só que eu não estava purgando ainda eu só tinha

compulsão, mas aí quando eu voltei eu comecei a ter compulsões horrendas, tipo de comer tudo que eu visse na minha frente e daí depois vomitava tudo”. P3: “Às vezes eu comia não porque estava com fome mas porque eu estava vendo, sabe? Os meus vômitos são mais de noite depois da janta ou depois do almoço, têm dias que eu vomito os lanches também.. antes eu controlava a vontade de comer e agora não estou conseguindo mais, ai eu como muito, e vomito por causa disso né”. A P1 relata que vomitava bastante, mas nem sempre ela ingeria grandes quantidades de comida “...teve uma fase que eu vomitava bastante, eu comia pouco e vomitava tudo... às vezes eu provocava... às vezes não”.

Os fatores socioculturais, para Busse e Silva (2004), têm um grande papel na gênese da bulimia: a preocupação da sociedade com a silhueta delgada das mulheres, esse padrão imposto pela sociedade, também, foi constatado na fala das adolescentes. P2: “Na realidade quando eu tinha uns 12 anos eu me achava muito diferente das minhas amigas, porque elas eram todas magras e eu era gorda, me achava gorda, eu me achava estranha porque elas tinham corpo de criança, e eu já tinha desenvolvido corpo... daí eu tive meu primeiro namoradinho com 12 anos, uma vez a irmã dele disse que eu era gorda e aquilo foi horrível pra mim, daí com 13 anos eu comecei a emagrecer, emagreci 14 kg”. A P3, inclusive, demonstra questões ligadas à magreza: “...tem essa questão da magreza, beleza também. Eu tenho um livro de química que tem uma figura de uma guria assim com anorexia, esses dias eu estava olhando porque eu estava bem triste por causa disso sabe? Eu quero ser igual a ela”. A P1 relata que: “...eu quero engordar, perdi 13 kg, sempre perguntavam se eu queria ser magrinha assim, se queria ser modelo, mas não é. Eu não tenho essas besteiras de ficar magra, a minha família são todo mundo gordo, e eu quero ser gorda também, só eu que sai magra”. Essa categoria trouxe verbalizações das entrevistadas ligadas a problemas familiares, todos estes como precursores dos Transtornos Alimentares.

Todas as entrevistadas tiveram o início do transtorno alimentar, após alguma perda significativa na família ou dificuldade de relacionamento com alguém da casa. Estas constatações podem ser observadas, através das falas das adolescentes: P3: “Na realidade foi assim, faz dois anos que o meu avô morreu e daí eu me senti muito sozinha e eu estava meio triste porque eu estava meio gorda e eu não estava conseguindo emagrecer, aí eu comecei assim... eu comia muito e vomitava.... foi tudo depois da morte dele”. Já, a P1 teve problemas com o seu pai: “Só lembro que ele saía de casa e não voltava mais, aí eu chorava e sabia que não ia adiantar nada que ele ia embora para Porto Alegre, só que depois ele arrumou uma mulher do Rio de Janeiro e foi embora para o Rio de Janeiro, eu era amiga da mulher e tudo.

Eles se encontravam, eles disseram que eles eram colegas, amigos de colégio, aí eles começaram a namorar os dois já é velho já, aí eles foram embora para o Rio de Janeiro, aí depois não vi mais ele”. Na fala da P2: “Quando eu fiz 15 anos, na metade do ano eu fui viajar, fui para o Rio de Janeiro eu tenho família lá, fui visitar minha família e eu tinha a minha avó que morava comigo, na realidade era avó da minha mãe, ela criou a minha mãe, mas era como se fosse a minha avó, ela morava com a gente era mais minha avó do que da minha mãe. Aí quando eu estava no Rio ela morreu, e aquilo foi muito forte para mim, muito impactante daí aquela coisa eu fui e quando eu voltei ela não estava mais lá, foi horrível e antes mesmo de eu ir viajar eu tinha começado a ter compulsão”.

A história familiar das bulímicas, segundo Busse e Silva (2004), muitas vezes é marcada por conflitos familiares e abuso sexual, na infância e/ou na adolescência. São violências físicas e verbais proferidas, principalmente, pela figura masculina (pai, marido etc.), que afetam o controle emocional. Nenhuma das entrevistadas mencionou ter sido violentada na infância, mas todas relataram problemas de relacionamento com os pais. P3: “É pai do meu pai... porque ele também sente muita falta, eu não quero e sei que vai deixar ele magoado ou alguma coisa assim, o pai assim não falou nada para ele, também não gostaria de falar uma coisa que eu quero passar por isso e depois falar para ele: ó passei por isso, mas já acabou... quando a nutricionista percebeu que eu estava doente ela falou para o meu pai, aí ele ficou brabo por causa disso, ele acha que eu não tenho motivos... às vezes eu e meu pai a gente discute um pouco, mas não demora muito a gente já está de bem”. A P3 não quer falar para o seu pai que ela começou a ter bulimia em função da morte do avô, pois um assunto que magoaria seu pai. A P1 relata sobre o sumiço do pai e, logo após isso, ela começou a ter episódios de bulimia: “Ele falava que eu era a filha que ele mais gostava... ele veio morar aqui um tempo o ano passado e foi embora daí, perguntei por ele para um amigo dele ali na esquina e ele disse que ele tinha ido embora e eu não acreditei, porque eu tinha passado a noite com ele, mas aí ele tinha ido embora para o Rio de Janeiro de novo, sem me dar tchau nem nada naquele dia que eu tive com ele”. E na fala da P2 pode-se perceber um pouco do conflito com o pai: “É que... também eu não me dava, não me dou muito bem com o meu pai assim... hoje em dia ele entende, mas eu não deixo ele chegar muito perto de mim assim...sabe?”.

Nessa categoria foi utilizada a fala da mãe da participante 1 que estava presente na entrevista. De acordo com Busse e Silva (2004), a origem das necessidades de punição das pacientes bulímicas é como um enorme reservatório de agressão inconsciente dirigidas às

figuras paternas. É como se sua raiva fosse transferida para o alimento e destruída na garganta. A fala da mãe da P1 traduz bem isso: “A doutora psicóloga lá, não sei se é psicóloga ou psiquiatra disse que ela começou assim porque ela queria o pai dela. O pai dela é separado de mim há dez anos, e então a doutora disse que na cabeça dela ela não vomita o que ela comia, ela vomitava o desgosto que ela tinha porque o pai estava longe, aí depois disso eu botei até na rádio pra ver se achava o pai dela e daí achei no Rio de Janeiro”. A P2 há cerca de dois meses atrás, teve uma recaída e, desde então, tem vomitado todos os dias: “...eu tinha brigado com a minha tia do Rio, eu sempre fui passar as férias na casa dela, eu me dou muito bem com ela, me dava, me dou porque agora eu voltei a falar com ela, ela sempre participou bastante da minha vida.. até esqueci de colocar ela na rede. E estava meio brigada com ela assim.. mas ela sempre ajudou muito e nessas férias assim eu briguei com ela muito sério, e isso me deixou muito, muito acabada”.

Essa categoria mostra a percepção das adolescentes sobre sua rede de apoio social, “peça chave” para a melhora, no tratamento. A rede de apoio social, segundo Sluzki (1997), pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas, ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede contribui, significativamente, para o seu próprio reconhecimento, como indivíduo, e para sua autoimagem. As entrevistadas contam com pessoas em seu tratamento, e estas dão-lhes apoio, nos momentos de crise. P1: “...quando eu estou mal, eu recorro pra minha mãe e pro meu irmão, e tem o Dr A. que me ajuda também. Os meus padrinhos também me ajudaram... esses dias eu estava mal e eles me levaram no hospital”. A P2 relata algumas mudanças na rede de apoio: “...minhas amigas do colégio a L. e a M., que foram muito presentes numa época sei lá quando eu tinha 17 anos, elas me ajudaram desde os 15 e agora a gente se afastou um pouco... elas são minhas amigas elas sabem de tudo, só que elas não continuam presentes”. E a P3 relata que: “...acho que na rede tem pessoas que se destacam, eu posso contar com meu pai e minha mãe, a M. (cuidadora da Mãe), meu namorado, minha amiga A.M. e minha nutricionista”.

Frente à multiplicidade de características individuais Sluzki (1997) afirma que o apoio social é de suma importância para a autoajuda de pacientes e de familiares que sofrem de transtornos físicos ou emocionais crônicos. Quando questionadas, sobre o que achavam da sua rede de apoio, sobre a efetividade, as respostas foram: P1: “eu acho que é boa, porque me ajudaram quando eu precisei”. A P2 relata que: “... todas as pessoas que eu coloquei aqui me ajudam efetivamente, eu acho que minha rede sempre foi restritiva assim.., eu acho que ela funciona..

mas eu acho que não sei exatamente.” E a P3 diz que: “... eu acho que é boa, assim essas da última linha da família são sabem assim por cima, mas todos me ajudam, me apoiam”.

A P2 afirma que sua rede está cansando, através da verbalização, percebe-se isso: “é... elas não entendem muito bem sabe (irmãs), ninguém entende muito bem é muito complicado de uma pessoa entender... é que as pessoas cansam na realidade, ainda mais quando é por tanto tempo assim... Quando tu tem por um tempo até é difícil de entender, mas tá.. tu tem e passa e é sei lá por um ano, um ano e pouco e fica tudo bem... daí eu acho que é mais fácil sabe? Isso é minha vida desde que eu tinha 13 anos então é meio cansativo, as pessoas cansam.... até a minha mãe”. Ela relata, ainda, que por ver sua rede “cansando”, ela está se sentindo desamparada e cansada, também: “ninguém mais me vigia quando eu vou no banheiro... isso não tem mais, assim sabe, tipo a minha mãe quando eu estou vomitando ela fala “eu sei que tu está vomitando” ...e só”.

Segundo Kleinmann (*apud* OLIVEIRA e BASTOS, 2000), a rede de apoio social envolve dois níveis: o formal, constituído pelos profissionais envolvidos com as redes, e o informal, do qual fazem parte familiares, vizinhos e pessoas da comunidade. Estes níveis estão claramente implicados na construção cotidiana dos itinerários terapêuticos. A P1 têm uma grande confiança em seu médico, ele é clínico geral, e é quem está tratando ela: “ eu confio bastante nele, ele manda eu me cuidar e comer bastante me chama de “minha modelo”. Na fala dela percebe-se algo contraditório, pois sendo chamada assim, o médico apenas reforça as atitudes dela. Ainda, com relação ao nível formal, a P3 diz: “eu por enquanto só me trato com a nutricionista, confio bastante nela, depois que eu fiz 15 anos eu fiquei um tempo sem ir lá e fui piorando. Aí quando eu fui ela fez uma dieta que era a bem forçada, eu tinha que comer e ela conversou com meu pai falou que se eu não comesse eu ia ter que fazer outro tratamento, que ela sozinha não ia conseguir... e essas coisas de vomitar eu só falo para ela e não falo para mais ninguém”. A P2 tem uma equipe que a acompanha, há algum tempo, e seu relato sobre o nível formal, envolvido no seu tratamento é “...a minha psiquiatra me irrita, o meu médico fica falando que ela é uma das melhores do Rio Grande do Sul, grande coisa... tudo bem eu sei que ela me ajuda. O S. (médico) me irrita, ele quer sempre cuidar da minha vida, às vezes isso é bom... teve uma época que ele mandou chavear o armário da minha casa, tem noção do que é chavearam o armário da tua casa? Daí eu ia lá, a minha mãe coloca uma chave na cozinha, que não tinha na porta da cozinha, eu ia lá na calada da noite e estava tudo chaveado que droga! Eu sei que é para o meu bem, eu recorro para ele quando eu estou mal, já pedi para

ele me internar, hoje está tudo melhor pelo menos eu não como mais bolacha recheada de 60 centavos”.

As redes sociais desempenham diferentes funções para Sluzki (1997), tais como companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e a de serviços e acesso a novos contatos. A companhia social está relacionada ao estar junto com outra pessoa, seja através da realização de atividades em conjunto, seja através do compartilhamento da rotina cotidiana. A P1 fala em uma amiga do colégio: “A K., é minha amiga...ela conversa comigo e me dá conselhos”.

O apoio emocional está ligado ao poder contar com a amizade, com o apoio e a dedicação de outra pessoa. Essa função envolve um clima de afeto, compreensão, sendo característicos das amizades íntimas ou relações próximas, como mostram as adolescentes: a P3 fala sobre o namorado: “...ele me ajuda bastante às vezes ele fala assim: ...tenta fazer alguma coisa para pressionar ele diz que se eu vomitar vai ficar brabo sabe?”. A P1, também, fala do seu namorado, embora não o tenha colocado, no mapa de rede: “Me ajuda muito, precisa ver o que ele correu para mim... daqui até lá o hospital a pé por mim”. Já, a P2 relata que: “... eu nunca deixo as pessoas chegarem muito perto de mim assim... tem a minha mãe e até com as minhas amigas... eu tenho vínculo, mas é de vez em quando que eu converso. Eu não procuro as pessoas”.

O guia cognitivo e de conselhos tem por objetivo partilhar informações individuais ou sociais, através de interações com outras pessoas, visando, também, a clarificar determinadas expectativas e a proporcionar papéis. Ela tende a neutralizar os desvios de comportamento que se afastam das expectativas coletivas, favorecendo a resolução de conflitos. As adolescentes tinham, como guia cognitivo e de conselhos, seus médicos, alguns familiares e amigos, sendo assim os dois níveis foram utilizados nessa função: o formal e o informal. A ajuda material e de serviços inclui a ajuda física, na qual se incluem os serviços de saúde e a cooperação específica de conhecimento de especialistas. As três entrevistadas possuem acompanhamento com profissional da área da saúde que é pago por seus responsáveis.

Por fim, tem-se o acesso a novos contatos que significa a abertura de portas para a vinculação com redes e pessoas que, antes, não participavam da rede social do sujeito. Essa característica é percebida como sendo potencial em qualquer relação, porém, apenas em algumas entrevistas ela aparece como traço importante. Na entrevista da P2, aparecem dados com relação a esse último item “Para mim foi bem difícil me desvincular do CAPS porque eu me sentia bem aqui, tinha muita gente igual a mim aqui... eu me sentia bem, me sentia

cuidada. Eu conheci duas amigas essas aqui que estão no mapa, no CAPS, as duas tinham anorexia... porque nos outros lugares eu me sentia estranha, bizarra”.

Sobre a percepção da rede de apoio social, as adolescentes consideram “peça chave” para a melhora, no tratamento. A rede de apoio social, segundo Sluzki (1997), pode ser definida como a soma de todas as relações que um indivíduo percebe como significativas, ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade. Essa rede contribui, significativamente, para o seu próprio reconhecimento, como indivíduo, e para sua autoimagem. As entrevistadas contam com pessoas em seu tratamento, e estas dão-lhes apoio, nos momentos de crise. P1: “...quando eu estou mal, eu recorro pra minha mãe e pro meu irmão, e tem o Dr A. que me ajuda também. Os meus padrinhos também me ajudaram... esses dias eu estava mal e eles me levaram no hospital”. A P2 relata algumas mudanças na rede de apoio: “...minhas amigas do colégio a L. e a M., que foram muito presentes numa época sei lá quando eu tinha 17 anos, elas me ajudaram desde os 15 e agora a gente se afastou um pouco... elas são minhas amigas elas sabem de tudo, só que elas não continuam presentes”. E a P3 relata que: “...acho que na rede tem pessoas que se destacam, eu posso contar com meu pai e minha mãe, a M. (cuidadora da Mãe), meu namorado, minha amiga A.M. e minha nutricionista”.

Frente à multiplicidade de características individuais Sluzki (1997) afirma que o apoio social é de suma importância para a autoajuda de pacientes e de familiares que sofrem de transtornos físicos ou emocionais crônicos. Quando questionadas, sobre o que achavam da sua rede de apoio, sobre a efetividade, as respostas foram: P1: “eu acho que é boa, porque me ajudaram quando eu precisei”. A P2 relata que: “... todas as pessoas que eu coloquei aqui me ajudam efetivamente, eu acho que minha rede sempre foi restritiva assim.., eu acho que ela funciona.. mas eu acho que não sei exatamente.” E a P3 diz que: “... eu acho que é boa, assim esses da última linha da família são sabem assim por cima, mas todos me ajudam, me apoiam”.

A P2 afirma que sua rede está cansando, através da verbalização, percebe-se isso: “é... elas não entendem muito bem sabe (irmãs), ninguém entende muito bem é muito complicado de uma pessoa entender... é que as pessoas cansam na realidade, ainda mais quando é por tanto tempo assim... Quando tu tem por um tempo até é difícil de entender, mas tá.. tu tem e passa e é sei lá por um ano, um ano e pouco e fica tudo bem... daí eu acho que é mais fácil sabe? Isso é minha vida desde que eu tinha 13 anos então é meio cansativo, as pessoas cansam.... até a minha mãe”. Ela relata, ainda, que por ver sua rede “cansando”, ela está se

sentindo desamparada e cansada, também: “ninguém mais me vigia quando eu vou no banheiro... isso não tem mais, assim sabe, tipo a minha mãe quando eu estou vomitando ela fala “eu sei que tu está vomitando” ...e só”.

Segundo Kleinmann (apud OLIVEIRA e BASTOS, 2000), a rede de apoio social envolve dois níveis: o formal, constituído pelos profissionais envolvidos com as redes, e o informal, do qual fazem parte familiares, vizinhos e pessoas da comunidade. Estes níveis estão claramente implicados na construção cotidiana dos itinerários terapêuticos. A P1 têm uma grande confiança em seu médico, ele é clínico geral, e é quem está tratando ela: “ eu confio bastante nele, ele manda eu me cuidar e comer bastante me chama de “minha modelo”. Na fala dela percebe-se algo contraditório, pois sendo chamada assim, o médico apenas reforça as atitudes dela. Ainda, com relação ao nível formal, a P3 diz: “eu por enquanto só me trato com a nutricionista, confio bastante nela, depois que eu fiz 15 anos eu fiquei um tempo sem ir lá e fui piorando. Aí quando eu fui ela fez uma dieta que era a bem forçada, eu tinha que comer e ela conversou com meu pai falou que se eu não comesse eu ia ter que fazer outro tratamento, que ela sozinha não ia conseguir... e essas coisas de vomitar eu só falo para ela e não falo para mais ninguém”. A P2 tem uma equipe que a acompanha, há algum tempo, e seu relato sobre o nível formal, envolvido no seu tratamento é “...a minha psiquiatra me irrita, o meu médico fica falando que ela é uma das melhores do Rio Grande do Sul, grande coisa... tudo bem eu sei que ela me ajuda. O S. (médico) me irrita, ele quer sempre cuidar da minha vida, às vezes isso é bom... teve uma época que ele mandou chavear o armário da minha casa, tem noção do que é chavearam o armário da tua casa? Daí eu ia lá, a minha mãe coloca uma chave na cozinha, que não tinha na porta da cozinha, eu ia lá na calada da noite e estava tudo chaveado que droga! Eu sei que é para o meu bem, eu recorro para ele quando eu estou mal, já pedi para ele me internar, hoje está tudo melhor pelo menos eu não como mais bolacha recheada de 60 centavos”.

As redes sociais desempenham diferentes funções para Sluzki (1997), tais como companhia social, apoio emocional, guia cognitivo e de conselhos, regulação social, ajuda material e a de serviços e acesso a novos contatos. A companhia social está relacionada ao estar junto com outra pessoa, seja através da realização de atividades em conjunto, seja através do compartilhamento da rotina cotidiana. A P1 fala em uma amiga do colégio: “A K., é minha amiga...ela conversa comigo e me dá conselhos”.

O apoio emocional está ligado ao poder contar com a amizade, com o apoio e a dedicação de outra pessoa. Essa função envolve um clima de afeto, compreensão, sendo

característicos das amizades íntimas ou relações próximas, como mostram as adolescentes: a P3 fala sobre o namorado: “...ele me ajuda bastante às vezes ele fala assim: ...tenta fazer alguma coisa para pressionar ele diz que se eu vomitar vai ficar brabo sabe?”. A P1, também, fala do seu namorado, embora não o tenha colocado, no mapa de rede: “Me ajuda muito, precisa ver o que ele correu para mim... daqui até lá o hospital a pé por mim”. Já, a P2 relata que: “... eu nunca deixo as pessoas chegarem muito perto de mim assim... tem a minha mãe e até com as minhas amigas... eu tenho vínculo, mas é de vez em quando que eu converso. Eu não procuro as pessoas”.

O guia cognitivo e de conselhos tem por objetivo partilhar informações individuais ou sociais, através de interações com outras pessoas, visando, também, a clarificar determinadas expectativas e a proporcionar papéis. Ela tende a neutralizar os desvios de comportamento que se afastam das expectativas coletivas, favorecendo a resolução de conflitos. As adolescentes tinham, como guia cognitivo e de conselhos, seus médicos, alguns familiares e amigos, sendo assim os dois níveis foram utilizados nessa função: o formal e o informal.

A ajuda material e de serviços inclui a ajuda física, na qual se incluem os serviços de saúde e a cooperação específica de conhecimento de especialistas. As três entrevistadas possuem acompanhamento com profissional da área da saúde que é pago por seus responsáveis.

Por fim, tem-se o acesso a novos contatos que significa a abertura de portas para a vinculação com redes e pessoas que, antes, não participavam da rede social do sujeito. Essa característica é percebida como sendo potencial em qualquer relação, porém, apenas em algumas entrevistas ela aparece como traço importante. Na entrevista da P2, aparecem dados com relação a esse último item “Para mim foi bem difícil me desvincular do CAPS porque eu me sentia bem aqui, tinha muita gente igual a mim aqui... eu me sentia bem, me sentia cuidada. Eu conheci duas amigas essas aqui que estão no mapa, no CAPS, as duas tinham anorexia... porque nos outros lugares eu me sentia estranha, bizarra”.

CONCLUSÃO

Inicialmente, tinha-se a ideia ao realizar o trabalho de que se encontraria apenas questões ligadas ao culto à magreza, ao padrão estético imposto como o bonito e o ideal, mas, após a análise e aprofundamento nas leituras, constatamos que as questões familiares estão presentes, nos três casos, questões estas que foram precursoras dos transtornos alimentares.

Das três adolescentes, apenas duas apresentaram interesses relacionados ao culto à magreza, mas não foi este o motivo que as levou a desenvolverem a patologia.

REFERÊNCIAS

- APA. Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 4 ed. Washington: American Psychiatric Association, 2002.
- BORGES, N.J.B.G. et al. Transtornos Alimentares: Quadro Clínico. Revista Medicina; Ribeirão Preto; jul./set.; 2006.
- BUSSE, S. R. & SILVA, B. L. Transtornos alimentares. (In: BUSSE, S. R (Org.). Anorexia, bulimia e obesidade). Manole; 2004.
- CENCI, M; PERES, K. G.; VASCONCELOS, F.A.G.; Prevalência de importamento bulímico e fatores associados em universitárias; Revista. Psiquiatria clínica. São Paulo; v. 36; n. 3; 2009.
- CORDÁS, T.A. & NEVES, J.E.P. Escalas de avaliação de transtornos alimentares. Revista de Psiquiatria Clínica 26: 41-7, 1999.
- FLICK, U. Desenho da Pesquisa Qualitativa. 3.ed. Rio de Janeiro: Artmed, 2009.
- MARTINS, F.C.O. & SASSI, E. A comorbidade entre transtornos alimentares e de personalidade e suas implicações clínicas. Rev. psiquiatr. clín. [online]. 2004, vol.31, n.4, pp. 161-163. ISSN 0101-6083
- NEVES, M.B et al. Distúrbios do apetite: anorexia e bulimia nervosa o caminho histórico para a abordagem biopsicossocial. 2003 Instituto Edumed- para educação em medicina e saúde
- OLIVEIRA, M.L.S. & BASTOS, A.C.S. Práticas de atenção à saúde no contexto familiar: um estudo comparativo de casos. Psicol. Reflex. Crit. [online]. 2000, vol.13, n.1 [cited 2010-06-16], pp. 97-107 .
- SLUZKI, C. E. A rede social na prática sistêmica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.
- THIEL, C. B. & MELLO, E.D. Tratamento Nutricional da Anorexia Nervosa no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. Nutrição em Pauta. São Paulo, Ano XIII, n. 73, p. 32-37, jul./ago., 2005.
- VILELA, J.E.M. et al. Teste transtornos alimentares em escolares; Jornal de Pediatria; Vol. 80; N° 1; Porto Alegre; Jan/Fev. 2004.

PROPOSTA PARA ATUALIZAÇÃO DE CADASTROS EM UMA EMPRESA DE VAREJO.

Giordana Bueno Santos¹



RESUMO - Através do nosso cenário contemporâneo, denota-se que as empresas no ramo do varejo utilizam vários diferenciais para se manterem no mercado e cada vez mais prospectar clientes. Através dessa situação, surge um assunto de extrema importância para uma organização manter-se em crescimento constante: a atualização da base de dados de seus clientes. Este artigo nos relata a aplicação de uma ferramenta junto ao setor de T.I, para a atualização de cadastros de clientes na filial x da empresa Drebes e Cia. Ltda., que atua no ramo de varejo. Através desta ferramenta puderam-se obter resultados positivos para a organização e para outros setores indiretamente.

Palavras-chave: Cadastro. Clientes. Varejo.

ABSTRACT - Our contemporary setting, it denotes that the companies in the retail industry are using various differentials to remain on the market and increasingly prospect customers. Through this situation arises an issue of utmost importance for an organization to remain in constant growth: updating the database of your customers. This article reports on the implementation of a tool with the IT sector to update customer records in subsidiary company Drebes x e Cia Ltda, which operates in the retail business. Through this tool, you can achieve positive results for the organization and for other sectors indirectly.

Keywords: Sign Up. Customers. Retail.

1 - Acadêmica do Curso de Administração – ULBRA/São Jerônimo. Membro pesquisador do Grupo de Investigação em Administração – ULBRA São Jerônimo.

Dados para correspondência

Giordana Bueno Santos; Rua Rio Grande do Norte, 720, Charqueadas, RS, CEP: 96745-000.

E-mail: bueno.giordana@gmail.com

Recebido em: 14/02/2014.

Revisado em: 17/04/2014.

Aceito em: 23 /05/2014.

Área: Gestão pública e institucional.

INTRODUÇÃO

Frente à contemporaneidade ao consumo no ramo de varejo no país, o desejo de compra aumenta a cada dia, por consumidores que buscam satisfazer suas necessidades pessoais, seja com bens materiais ou serviços, pois segundo dados do IBGE em julho deste ano, o Comércio Varejista do País obteve resultado positivo, assinalando taxas de 1,9% no volume de vendas e de 2,0% na receita nominal; para o volume de vendas é o maior resultado desde janeiro de 2012 (2,8%), e para atender esta demanda, é fundamental a atualização na base de dados de clientes em uma organização.

Este artigo trata-se de uma proposta de implantação da ferramenta de atualização de informações na base de dados de clientes da empresa Drebes e Cia. Ltda., terá como projeto piloto sua filial X, aonde foi observado o desprovimento de dados necessários nos cadastros de seus clientes e a carência do hábito das atualizações por parte de seus funcionários.

Denota-se que a base de dados de clientes da empresa Drebes e Cia. Ltda., atualmente com cerca de 822.000 clientes ativos, não é atualizada de maneira que se possa manter contato com esses clientes em longo prazo, ou seja, que de fato mantenha a eficácia nesta atividade, uma deficiência da empresa é não possuir uma atualização diária de seus clientes, acarretando muitas vezes nos seguintes problemas: cadastros obsoletos, não podendo ser utilizados para a definição do perfil de cliente; dificuldade na localização dos clientes inadimplentes, implicando num recebimento de valor financeiro menor pela empresa; não recebimento de mala direta, havendo erros constantes na base de dados de clientes, prejudicando o retorno dessa ação e aumentando as despesas operacionais; má concessão de crédito, não permitindo a avaliação e concessão de um crédito seguro e assertivo para o cliente; e por fim, a diminuição nas vendas, pois um cadastro de clientes desatualizado não permite que esta seja realizada.

A dificuldade de atualização da base de dados dos clientes na empresa Drebes e Cia. Ltda., define-se em um processo manual e sem objetividade, não atingindo aqueles clientes que estão presentes diariamente nas lojas, efetuando compras e pagando suas prestações, ou seja, é nesse momento que há a oportunidade de obtenção dessas informações, contudo, não é concretizada, muitas vezes pelo fato dos funcionários não terem o entendimento de que essa postura trará benefícios para a empresa e seus clientes.

A partir desse cenário, surge a importância da proposta de implantar uma ferramenta simples e eficaz para a atualização da base de dados de clientes da empresa.

O ramo varejo é marcado pela grande competitividade entre as empresas, por apresentarem produtos e condições de pagamentos similares, no entanto há um diferencial a

ser explorado pelas organizações; através da atualização da base de dados de clientes, é possível construir uma vantagem competitiva em relação à concorrência, pois através desta, fará com que seja criado o perfil de cada cliente, permitirá a concessão de um crédito justo e atenderá as expectativas da empresa.

A empresa Drebes e Cia. Ltda., que atua no varejo, é composta por 123 filiais espalhadas pelo estado do Rio Grande do Sul. Com o crescimento da empresa, cerca de oito novas filiais ao ano, surge a necessidade de acompanhar essa expansão, mantendo a base de dados de seus clientes atualizada e visando atender as metas propostas pela empresa. Faz-se também necessário a conquista desse público consumidor, pois é de grande valia o posicionamento da empresa diante do mercado, levando em consideração a exigência dos clientes em busca de um atendimento diferenciado.

A ideia deste artigo sobre a empresa Drebes e Cia. Ltda., visto que é a segunda maior empresa varejista no estado, baseia-se na necessidade de implantar uma ferramenta que viabilize a atualização dos cadastros de clientes, com o objetivo de futuramente aplicar nas demais filiais da rede, consentindo na captação de novos clientes e mantendo os ativos. Nos dias atuais essa ferramenta torna-se relevante, em vista da competitividade deste ramo do varejo, pois fazendo uso de um cadastro detalhado de seus clientes, poderão ser dirigidos de maneira eficaz os objetivos e estratégias mercadológicas específicas da organização.

REFERENCIAL TEÓRICO

Cadastro

O cadastro é uma ferramenta utilizada por empresas, instituições, lojas, organizações, com a finalidade de organizar e coletar os dados pessoais de seus clientes, a fim de que suas estratégias, comerciais ou de negócios sejam atingidas.

Ainda de uma forma geral, segundo o Dicionário Prático da Língua Portuguesa (1975, p. 161), pode-se definir cadastro como:

(fr. *Cadastre*). 1. Registro público do valor, extensão, natureza e confrontações dos bens de raiz de certa região. 2. Série de operações para estabelecer esse registro. 3. Recenseamento da população, classificando-se os cidadãos segundo seus haveres, profissão etc; censo. 4. Registro de informações comerciais. 5. Registro policial de criminosos, vadios etc.¹

¹ PRADO E SILVA, Adalberto. Dicionário Prático da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 161.

Cliente

Segundo Sheth, Mittal e Newman, em geral, um cliente é uma pessoa ou uma unidade organizacional que desempenha um papel na consumação de uma transação com o profissional de marketing ou com uma entidade.²

Satisfação do cliente: a razão dos negócios

Peter F. Drucker, considerado um dos mais importantes gurus da administração em todo o mundo, acredita que o propósito dos negócios é criar e manter clientes satisfeitos.³ Embora as empresas tenham de ganhar dinheiro, Drucker argumenta que ganhar dinheiro é uma necessidade, não um objetivo. É na realidade, o resultado final, um efeito desejável, de se criar um cliente satisfeito.

Varejo

Segundo o Dicionário Prático da Língua Portuguesa, define-se varejo de um modo geral como: “(de *varejar*). 1. Varejadura. 2. Ato do fisco num estabelecimento comercial ou industrial, para verificar se há descaminho de impostos. Varejo 2. Venda a retalho ou por miúdo”.⁴

Ainda sobre este assunto, Spohn e Allen *apud* Las Casas, dizem que “varejo é a atividade comercial responsável por providenciar mercadorias e serviços desejados pelos consumidores”.⁵

Segundo Henry Richter define varejo como “o processo de compra de produtos em quantidade relativamente grande dos produtos atacadistas e outros fornecedores e posterior venda em quantidades menores ao consumidor final”.⁶

² SHETH, Jagdish N.; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce I. Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001. p.29.

³ DRUCKER, Peter F. Management: tasks, responsibilities, practices. New York: Harper & Row, 1973. p.35.

⁴ PRADO E SILVA, Adalberto. Dicionário Prático da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p.958.

⁵ LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. p.17. (SPOHN, Robert F.; ALLEN, Robert Y. Retailing. Reston: Prentice Hall, 1977. p.3.)

⁶ RICHERT, Henry G. Retailing: principles and practices. 3.ed. New York: McGraw-Hill, 1954. p.17.

Já no conceito da American Marketing Association, o varejo é “uma unidade de negócio que compra mercadorias de fabricantes, atacadistas e outros distribuidores e vende diretamente a consumidores finais e eventualmente aos outros consumidores”.⁷

Segundo Las Casas, é fácil perceber a importância do varejo no contexto mercadológico e econômico. Várias empresas comercializam produtos e serviços diretamente ao consumidor, e milhões de reais são transacionados diariamente. Além de criar emprego e girar a economia, o varejo é importante elemento de marketing que permite criar utilidade de posse, tempo e lugar.⁸

Evolução e tendências do varejo

Segundo Morgado e Gonçalves, o comércio varejista passou por profundas transformações nas últimas décadas. Acompanhar a trajetória da sua atividade é um trabalho fascinante porque reflete com exatidão as mudanças ocorridas nas relações sociais ao longo dos tempos.⁹

Ainda segundo os autores o dinamismo do segmento varejista é único em toda a economia. O varejo é um espelho fiel do estágio de desenvolvimento das relações econômicas em um determinado espaço geográfico.¹⁰

Marketing

Segundo Morgado e Gonçalves, marketing não é uma atividade nova e tem sido empreendido pelo homem desde o surgimento do comércio. O comerciante que trazia especiarias do Oriente para as feiras europeias da época das Grandes Navegações estava fazendo marketing ao apregoar seus produtos, enaltecer as qualidades deles, negociar preço e cuidar da distribuição.¹¹

Para Kotler:

Marketing significa trabalhar com mercados, os quais, por sua vez, significam a tentativa de realizar as trocas em potencial com o objetivo de satisfazer às necessidades e aos desejos humanos [...]. [...] marketing é a atividade humana

⁷ LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

⁸ Idem, ibidem.

⁹ MORGADO, Maurício Gerbaudo; GONÇALVES, Marcelo Neves (Orgs.). Varejo Administração de Empresas Comerciais. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001. p.23.

¹⁰ Idem, ibidem. p.23.

¹¹ Idem, ibidem. p.60.

dirigida para a satisfação das necessidades e desejos, através dos processos de troca.¹²

Ainda seguindo a linha de Kotler, pode-se conceituar marketing como:

[...] uma orientação da administração baseada no entendimento de que a tarefa primordial da organização é determinar as necessidades, desejos e valores de um mercado visado e adaptar a organização para promover as satisfações desejadas de forma mais efetiva e eficiente que seus concorrentes.¹³

Peter Drucker refere que “o marketing é tão básico que não pode ser considerado como uma função isolada. É o negócio todo visto do ponto de vista do resultado final, isto é, do cliente”.¹⁴

Database marketing

Segundo Morgado e Gonçalves fala-se muito em *Database Marketing*, ou seja, o marketing com banco de dados. Isso significa que as empresas devem formar um cadastro detalhado de seus clientes para que possam dirigir esforços mercadológicos específicos. A tendência do marketing um a um, de forma individualizada, é uma realidade e as empresas devem se prepara para enfrentar esses novos desafios. Além disso, o varejo é um dos setores que podem obter benefícios com a formação de um cadastro detalhado.¹⁵

O varejista pode dirigir mensagens específicas aos clientes cadastrados. Novidades, aniversários, promoções especiais podem ser comunicados de forma personalizada. Agrupando-se clientes com características semelhantes, é possível formar segmentos e abordá-los com comunicações específicas.

O autor Mark S. Bacon apud Morgado e Gonçalves, informa que para montar um banco de dados, valem as seguintes observações:

1. Informatização do banco de dados.
2. Registro das informações sobre os clientes e seus históricos de compras e posterior procura de semelhanças entre esses clientes.
3. Seleção e segmentação do banco de dados, gerando economias de recursos.
4. Manutenção da lista de clientes atualizada.
5. Identificação dos melhores clientes.¹⁶

¹² KOTLER, Philip. Marketing. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 1996. p.33.

¹³ Idem, ibidem. p.42.

¹⁴ DRUCKER, Peter F. Management: tasks, responsibilities, practices. New York: Harper & Row, 1973.

¹⁵ MORGADO, Maurício Gerbaudo; GONÇALVES, Marcelo Neves (Orgs.). Varejo Administração de Empresas Comerciais. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001. p.257.

¹⁶ MORGADO, Maurício Gerbaudo; GONÇALVES, Marcelo Neves (Orgs.). Varejo Administração de Empresas Comerciais. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001. (BACON, Mark S. Marketing direto. São Paulo: Atlas, 1994. p.93.).

Banco de dados

Segundo Morgado e Gonçalves, uma das formas mais eficientes de trabalho com dados é a técnica de formação de banco de dados, também chamada *database*.

Em um *database*, os dados são dispostos de forma organizada para que – quando necessário – sejam acessados, processados e transformem-se em informações, respondendo a consultas feitas por usuários do sistema. Essa técnica permite maior velocidade e flexibilidade, e múltiplos processamentos.

Com a evolução dessa técnica, a informação passou a ser gerada em velocidade maior do que a capacidade de análise e utilização.

Esse descompasso fez surgir os bancos de dados inteligentes que, então, passaram a administrar tais informações de maneira prática, tornando-as fáceis de armazenar, acessar e usar.

Os bancos de dados efetuam - por meio de inteligência artificial e processos estatísticos internos – contínuas consultas até a descoberta de regras-padrão. Fazem também análises exploratórias e análises confirmatórias. Propiciam ainda um maior entendimento, controle e análise, resultando numa maior capacidade de previsão e decisão.¹⁷

Marketing direto: mala direta

Atualmente as organizações dispõem de várias ferramentas de marketing para atingir seu público alvo. Uma delas é o marketing direto, também conhecido como mala direta. Mas para que essa ferramenta obtenha resultados eficazes, é imprescindível que a base de dados de seus clientes esteja atualizada.

Segundo Bob Stone apud Las Casas, “marketing direto é um sistema integrado de marketing que usa uma ou mais mídias de propaganda para efetuar uma resposta mensurável e/ou uma transação em qualquer localidade”. Esse autor reforça em sua definição o caráter de flexibilidade de que se reveste o processo e que permite atingir clientes distantes, sem a necessidade de locomoção física.¹⁸

A Associação Americana de Marketing define marketing direto como “o conjunto de atividades pelo qual o vendedor efetua a transferência de bens e serviços ao comprador, atingindo determinada audiência, por meio de uma ou mais mídias, com o propósito de obter

¹⁷ Idem, ibidem. p. 371.

¹⁸ LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. (STONE, Bob. Successful direct marketing methods. 3.ed. Chicago: Crain, 1984. p. 236.)

uma resposta direta pelo telefone ou por cupom e, em certos casos, com o intuito de obter uma visita pessoal do consumidor”.¹⁹

Essa definição aponta outro dos aspectos positivos do marketing direto, principalmente para o varejista, que é obter visita pessoal dos consumidores.

Das formas possíveis de uma atividade de marketing direto, a que mais se adapta ao varejista é a mala direta, uma vez que se trata de uma mídia acessível à maioria. É por seu intermédio que as ofertas varejistas ocorrem com maior frequência.

Mala direta é o veículo usado para fazer contato com clientes pelo correio.²⁰ As vantagens de sua utilização são várias. Entre elas:

- a. seletividade;
- b. escolha limitada de formatos;
- c. forma pessoal de contatos;
- d. inexistência de concorrência;
- e. facilidade de medir retorno;
- f. inexistência de interferência de outras mídias no momento da recepção, havendo por isso atenção total dos leitores;
- g. velocidade na cobertura do mercado;
- h. amplitude de cobertura;
- i. confiança.²¹

Conforme Las Casas, com todas essas vantagens, é possível perceber as razões pelas quais as empresas esforçam-se em aplicar as técnicas de mala direta na captação de seus negócios.²²

Existem vários usos e aplicações da mala direta no varejo. Os principais estão relacionados no Quadro 9.1.

¹⁹ LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Técnicas de vendas. São Paulo: Atlas, 1989. p. 181.

²⁰ Idem, ibidem, p. 182.

²¹ LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.

²² Idem, ibidem. p.237.

Quadro 1. Usos de mala direta no varejo.**a) Se a empresa já opera com mala direta**

1. Construir um bom clima na organização.
2. Obter dados dos empregados.
3. Estimular compradores para obter maiores ofertas.
4. Ensinar os vendedores a vender.
5. Manter contato com clientes entre visitas de vendas.
6. Ampliar a venda após uma visita dos clientes.
7. Dar boas vindas aos novos clientes.
8. Cobrança.

b) Se você está abrindo um novo negócio

1. Obter novos negócios via mala direta.
2. Reforçar territórios mais fracos.
3. Ganhar clientes perdidos.
4. Cobrir áreas distantes da área comercial.
5. Desenvolver venda entre grupos específicos.
6. Dar seguimento a pedidos originados pela propaganda.
7. Vender produtos adicionais.
8. Vender produtos específicos.
9. Vender a novos compradores.

c) Para ganhar novos clientes

1. Criar necessidade ou demanda para os produtos.
2. Aumentar o consumo dos produtos entre os usuários atuais.
3. Trazer clientes à loja para comprar.
4. Capitalizar em eventos especiais.

d) Usos adicionais

1. Formar uma boa imagem.
2. Quebrar a resistência a certos produtos ou serviços.
3. Estimular o interesse em eventos vindouros.
4. Distribuir amostras.
5. Anunciar novo produto, nova política ou nova aquisição.
6. Anunciar novo endereço ou novo número de telefone.
7. Manter a imagem de algum produto.
8. Pesquisar novas idéias ou sugestões.
9. Corrigir a mala direta atual.
10. Incluir novos nomes na mala-direta
11. Outros (angariar fundos, usá-la com propósitos beneficentes etc.).

Uma boa listagem

Na concepção do autor Las Casas, outro importante componente para quem pretende desenvolver a venda por mala direta é uma boa listagem. A experiência mostra que os resultados de uma campanha estão intimamente ligados à qualidade de uma lista.²³

²³ LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. p.242.

Recomenda-se que as listas sejam previamente testadas. Um critério frequentemente utilizado é testar 10% da lista, fazendo-se remessas para os clientes selecionados aleatoriamente e medindo-se posteriormente seu retorno. Aquela que der melhor retorno poderá ser a lista preferida, principalmente quando o empresário encontrar-se na situação de decidir entre várias delas.

Para Las Casas, as listas devem ser corretas dentro de uma margem de tolerância, pois houver erros excessivos elas perdem sua eficiência, além de prejudicar o retorno e aumentar os custos operacionais. É prejudicial para a imagem da empresa contar com nomes errados ou repetidos, cargos e endereços incorretos etc. Para evitar problemas, usa-se o computador, que permite cruzamento de informações e verificação de dados.²⁴

Atualização também é fundamental. Devem-se manter as listas, sempre que possível, atualizadas. Consideram-se atuais listagens que se desatualizam na ordem de 3% ao mês; no entanto, listagens com até 10% de modificações são consideradas atualizadas. As modificações devem ser devidamente registradas à medida que se vai recebendo devoluções dos envelopes. As listagens também devem ser mudadas, pois repetições também podem cansar os clientes.

Segundo Las Casas as listagens podem ser classificadas das seguintes formas:

- a. formação do próprio cadastro;
- b. compra ou obtenção de terceiros;
- c. aluguel.²⁵

Formação do próprio cadastro

Muitas empresas registram um número razoável de consumidores que pode ser arquivado, atualizado e mantido para ofertas posteriores de outros produtos. Cartões de visitas que executivos ou funcionários recebem, indicações de clientes, participação em eventos e espetáculos etc. São exemplos de fontes prováveis para a formação de cadastro próprio.

Compra ou Obtenção de Terceiros

Algumas entidades que reúnem associados vendem as listagens, enquanto outras podem fornecê-las por meio de permutas, parcerias ou mesmo sem custos. Entre essas fontes,

²⁴ Idem, ibidem.

²⁵ Idem, ibidem.

mencionamos associações, clubes, sindicatos, empresas que operam cartão de crédito, revistas, jornais e listas telefônicas.

Aluguel

Há empresas especializadas na comercialização de cadastros, formados mediante o uso de critérios diversos, mas sempre com a preocupação básica de proporcionar bons retornos. Nesses casos, os cadastros são, geralmente, alugados. A companhia locadora fornece os nomes dos clientes em etiquetas que são aplicadas nos envelopes cedidos pelos locatários. O controle por parte desta é no acompanhamento do representante do locador até o correio por ocasião da selagem e postagem. No entanto, há diferenças no nível de prestação de serviços entre os vários fornecedores. Enquanto alguns serviços de aluguel são completos, os de outros são limitados, cabendo ao locador a função de envelopagem e postagem ou outra qualquer.

Ainda explica Las Casas, que no caso de listas alugadas, deve-se perceber que não existem condições de muita barganha nesta área de negócios. Se a lista for muito barata, possivelmente deve-se ao fato de resultar de uma fácil obtenção dos nomes que a compõe ou mesmo porque os nomes e endereços podem estar desatualizados. Se for muito cara, talvez seja devido à dificuldade de se obterem os nomes ou mesmo por contar com endereços mais atualizados. O preço que se paga adianta a qualidade que se pode esperar do aluguel.²⁶

Crédito e cobrança

O crédito e a cobrança são dois fatores resultantes nas entradas monetárias de uma organização. Por isso torna-se importante que a base de dados de clientes da empresa estejam atualizados de forma que possa ser concedido o crédito adequado à cada um e que o índice de inadimplência reduza.

Segundo José Roberto Securato, na obra organizada por Fortes e Deiro, propiciar condições para que a população tenha acesso às riquezas é um dos principais desafios de um país. Para garantir o acesso a bens e serviços essenciais à vida e ao seu conforto, é necessária a utilização de instrumentos que viabilizem a aquisição de produtos, e o crédito é uma opção.

²⁶ LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000. p. 244.

O crédito é algo do dia a dia das pessoas, que facilita a compra e venda de serviços ou bens”.²⁷

Ficha cadastral e documentos para avaliação de crédito PF

Segundo Fortes e Deiro, a ficha cadastral de pessoa física (PF) deverá conter dados específicos de interesse pelo produto ou serviço que está sendo fornecido. Deverá ser totalmente preenchida e conter itens imprescindíveis como CPF, RG e referências como telefones e e-mail. É recomendável que se anexe cópias ou digitalize os seguintes documentos:

- CPF e RG (pode ser a carteira de motorista);
- Comprovante de residência;
- Comprovante de rendimentos;
- Certidão de casamento (se casado);
- Cópia do Imposto de Renda com declaração de bens pode ser bastante útil e sua exigência depende do valor do crédito.²⁸

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal propor uma ação de atualização de cadastros em uma empresa de varejo, pois dentre todas as opções que o varejo oferece aos consumidores na atualidade, é de suma importância que seja adotada uma estratégia na atualização da base de dados de clientes de uma empresa, pois é através desta que obtemos todas as informações necessárias, para que vários setores da empresa possam desenvolver-se. Além disto, no varejo, a sua demanda de vendas é o que torna decisiva a vida útil de uma organização no mercado, gerando novos clientes e conseqüentemente gerando lucros.

A expectativa é de que esta ferramenta amplie a produtividade da empresa, maximizando as vendas, a carteira de clientes, as informações da base de dados de clientes e principalmente superar as expectativas do público consumidor, estes que são as peças decisivas de uma organização.

²⁷ José Roberto Securato, Professor titular da PUC/SP. (FORTES, Jonathas Borges; DEIRO, Luis Francisco Moraes. Crédito e cobrança: tudo que a empresa precisa saber. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2011.p.13).

²⁸ FORTES, Jonathas Borges; DEIRO, Luis Francisco Moraes. Crédito e cobrança: tudo que a empresa precisa saber. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2011.p.14.

REFERÊNCIAS

- CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. Metodologia Científica 6.ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.
- CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa, Métodos Qualitativo, Quantitativo e Misto. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- DRUCKER, Peter F. Management: tasks, responsibilities, practices. New York: Harper & Row, 1973.
- FORTES, Jonathas Borges; DEIRO, Luis Francisco Moraes. Crédito e cobrança: tudo que a empresa precisa saber. Porto Alegre: Forma Diagramação, 2011.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- KOTLER, Philip. Marketing. Ed. Compacta. São Paulo: Atlas, 1996.
- LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Marketing de Varejo. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- _____. Técnicas de vendas. São Paulo: Atlas, 1989.
- MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MORGADO, Maurício Gerbaudo; GONÇALVES, Marcelo Neves (Orgs.). Varejo Administração de Empresas Comerciais. 3.ed. São Paulo: Senac, 2001.
- PRADO E SILVA, Adalberto. Dicionário Prático da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1975.
- RICHERT, Henry G. Retailing: principles and practices. 3.ed. New York: McGraw-Hill, 1954.
- SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23.ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007
- SHETH, Jagdish N.; MITTAL, Banwari; NEWMAN, Bruce I. Comportamento do cliente: indo além do comportamento do consumidor. São Paulo: Atlas, 2001.

COMPUTADORES E INTERNET NA EDUCAÇÃO, USAR OU NÃO USAR? EIS A QUESTÃO.

Clarissa Trojack Lopes¹

Everton Ávila²



RESUMO - Este artigo apresenta duas visões contrárias ao uso dos computadores e internet por crianças e adolescentes. A visão negativa dos tecnóforos e a visão positiva dos tecnófilos. São discutidas as duas visões, apoiadas em teóricos conceituados e o objetivo do artigo é que o leitor reflita sobre ambas e tire suas próprias conclusões. Afinal: Tecnologias na Educação, usar ou não usar? Eis a questão.

Palavras-chave: Tecnóforos, Computadores e Internet, Informática na Educação.

ABSTRACT - This article presents two opposite views to the use of computers and the Internet by children and adolescents. The negative view of technophobe and technophile positive view. They are elaborated upon in two views, respected and supported by aim theoretical and the purpose of the paper is to the reader ponder both and get his own conclusions. After all: Technology in Education, use it, or not? That is the question.

Keywords: Technophobes, Computers and Internet, Computers in Education.

1 – Professora do Curso de Matemática. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Campus São Jerônimo, RS, Brasil.

2 – Acadêmica do Curso de Matemática. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Campus São Jerônimo, RS, Brasil.

Dados para correspondência

Clarissa Lopes Trojack Lopes
Rua Rio Pardo, 631,
Charqueadas, RS, CEP:96745-000.
E-mail: clarissatrojack@gmail.com

Recebido em: 18/12/2013.

Revisado em: 15/12/2013.

Aceito em: 24/05 /2014.

Área: Metodologias e estratégias de ensino aprendizagens.

INTRODUÇÃO

Muito se fala sobre a importância do uso de Tecnologias na Educação e formação dos jovens. Nesse artigo apresentamos duas visões contrárias ao uso do computador.

Tudo começou quando a primeira autora, professora da disciplina de Estágio 2, da ULBRA/SJ, solicitou aos alunos que escrevessem um artigo sobre um dos assuntos abordados durante o semestre. Então, o segundo autor, ao assistir o programa de televisão Roda Viva da TVE de 01/12/2008, conheceu as ideias de Vademar Setzer e resolveu escrever um artigo intitulado “Os Meios Eletrônicos na Educação” sob a ótica do entrevistado. A primeira autora, que é especialista em Informática Aplicada à Educação tem uma visão diferente das ideias de Setzer. Diante desse impasse, os dois autores decidiram escrever esse trabalho, no qual expõem as duas visões e deixam em aberto ao debate. Afinal: Tecnologias na Educação, usar ou não usar? Eis a questão.

Novas invenções causam, em geral, estranheza e desconforto às pessoas. Assim, aconteceu com o uso da eletricidade, do telefone, do automóvel, da televisão e mais recentemente do computador. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, lemos que:

O computador tem feito uma trajetória na vida brasileira semelhante à televisão, ou seja, muitas famílias optam por ter um microcomputador em casa, em lugar de outros bens, que, teoricamente, seriam mais necessários. Saber operar basicamente um microcomputador é condição de empregabilidade. (BRASIL, 1999, p. 185).

Lévy *apud* Prado (2004), também faz referência à importância do uso da informática, quando diz que o surgimento dos computadores e da rede para interligar as pessoas em todo o mundo, a Internet, foi uma conquista tão importante para a humanidade como o controle sobre o fogo.

Atualmente, existem duas linhas de pensamento envolvendo o uso de novas tecnologias. A visão negativa dos *Tecnófobos*, que são radicalmente contra as transformações advindas da técnica, e a visão dos *Tecnófilos*, que vêem na tecnologia a transformação e desenvolvimento da consciência.

A visão negativa - os Tecnófobos

O tecnóforo Baudrillard (1992) afirma que o homem, ao transferir suas características para as máquinas, está abrindo mão de si mesmo ou não acredita em si. Abandona o pensar, assim como abandonou o poder. O homem passa a viver em um mundo que se encaminha para o fim da cultura humana e do pensamento. E ainda:

Se os homens criam ou fantasmam máquinas inteligentes é porque, no íntimo, descrêem da própria inteligência ou porque sucumbem ao peso da uma inteligência monstruosa e inútil, então eles a exorcizam em máquinas para poder jogar e rir com elas. Confiar essa inteligência a máquinas libera-nos de toda a pretensão ao saber, como confiar o poder a homens políticos nos dá a possibilidade de rir de qualquer pretensão ao poder. (BAUDRILLARD, 1992, p. 59).

Outro pessimista é o cientista político Sfez, que admite o homem passando de sujeito a objeto das máquinas. Ele escreve:

Frankenstein, um Frankenstein tecnológico nos ameaça. Pelo menos, nós o cremos. Fazem-nos crer nisso. Passamos a viver num mundo de máquinas de transportar, de fabricar, de pensar, Frankenstein, nosso duplo, aquele que criamos, assume sua autonomia e em seguida o poder. Evidência intuitiva imediatamente compensada por outra crença: graças à comunicação, podemos agora estabelecer um melhor contato com as nações, os grupos, os indivíduos, até com nós mesmos, já que as máquinas de pensar nos esclarecem acerca do nosso próprio espírito. [...] (SFEZ, 1994, p. 19).

E acrescenta o mesmo autor que, nesse mundo onde quase tudo se comunica, sem que se saiba a origem da emissão, a comunicação morre por excesso de comunicação.

O professor titular aposentado do Departamento de Ciência da Computação da Universidade de São Paulo, Valdemar Setzer é radicalmente contra o uso dos meios eletrônicos e do computador por crianças e adolescentes e são vários os seus argumentos, alguns óbvios, outros, resultados de pesquisas. Com relação ao uso do computador na escola, argumenta que o interesse despertado no aluno pela exposição de determinada matéria usando o computador, fica restrito apenas ao modo e à forma pela qual o conteúdo é apresentado (estímulo visual, auditivo e animação). Ou seja, o aluno fica atraído pelo recurso tecnológico na exposição da matéria, mas não pela matéria propriamente (SETZER, 2008).

Outro ponto contra o computador, apontado pelo mesmo autor, como ferramenta escolar é que ao ser usado um editor de texto semelhante a esse que estou usando, o aluno deixa de desenvolver uma série de habilidades tanto intelectuais quanto motoras, já que não é necessário se preocupar com a forma da letra, com a organização estética do texto como espaçamento, margem e outros, e muito menos com a ortografia, já que o editor de textos sublinha e corrige os erros de português.

Com relação ao uso da internet por crianças e adolescentes o problema pode se tornar ainda maior. Embora não se devam discutir as facilidades do acesso a informação proporcionadas pela internet, é preciso levar em conta que é necessária muita disciplina e discernimento para utilizá-la corretamente, requisitos esses que não se encontra em uma criança. Segundo Setzer (2008) o desenvolvimento do ser humano em sua fase inicial pode ser dividido em setênios, assim, considera que até o final do segundo setênio (14 anos) o adolescente não tem condições para escolher por onde navegar na internet. Na escola, mesmo a Matemática deveria ser ensinada artisticamente no segundo setênio.

É, portanto, um grande risco a exposição de crianças e adolescentes a Internet, principalmente nestes dois primeiros setênios. E isso é facilmente verificável, pois sabemos dos problemas advindos até mesmo de pedófilos que utilizam a rede para praticar seus crimes, o que é viabilizado pelo fato de na inocência da criança, ela facilmente pode informar dados pessoais e da família, rotinas da casa e de seus moradores. O aspecto da pedofilia é apenas o mais visível e que está na moda, mas existem outros. Apesar de tudo isso, Stezer não é completamente contra o uso da internet por adolescentes e crianças, desde que rigidamente e diretamente supervisionado pelos pais e em tempo extremamente restrito. O conselho que ele dá é que os pais fiquem do lado navegando junto. A possibilidade de navegar indiscriminadamente pela internet induz à indisciplina mental, assim como o próprio computador.

Outro tema abordado é que alguns dizem que no computador, a criança fica mais à vontade para aprender, pois pode seguir o seu próprio ritmo e não estará sujeita a ser repreendida. Isso, que muitas vezes é descrito como um ponto positivo é na realidade um ponto extremamente negativo, pois faz parte da aprendizagem a imposição de limites e a estimulação para seguir um ritmo adequado de aprendizagem. Até mesmo as “broncas” em determinada fase são parte do aprendizado, ou seja, “a sequência e o ritmo são absolutamente essenciais em educação”.

As perguntas básicas que se colocam no caso são as seguintes: independentemente das condições locais que são importantes, é válido colocar uma criança ou mesmo um jovem adolescente em contato com um computador? É válido, por meio desse contato, usar esse equipamento como instrumento de ensino?

A criança está formando uma imagem interior do mundo, uma imagem que lhe dará a possibilidade de assumir atitudes morais, como fazer um julgamento do que é bom ou mau, do que é belo ou feio. Ora, o computador não tem nada de intrinsecamente real da natureza, é uma criação humana absolutamente artificial, não tem valores, não tem essência e, o que é fundamental para a formação infanto-juvenil, não desenvolve a criatividade e a imaginação em um sentido humano amplo. Qual o desenvolvimento intelectual amplo que pode ser proporcionado por um equipamento que só pode estar tratando tudo, absolutamente tudo, de uma forma quantificada? O ensino tradicional é insatisfatório, mas talvez algumas de suas características venham de sabedorias antiquíssimas aperfeiçoadas no decorrer de gerações, e não provenientes das elucubrações de alguns computatas. Por exemplo: será que a decoreba da tabuada não tem um sentido profundo, que transcende o aprendizado dos poucos dados nela contidos? Isto é, será que o fato de uma criança decorar, usando o ritmo intrínseco das

operações aritméticas e dos números, não é um fator essencial no desenvolvimento humano amplo? O que poderá dar o computador além de dados e de formação abstrata?

Como se pode constatar, tudo escrito até o momento é contrário ao uso indiscriminado da tecnologia. Mas, existe a linha dos *tecnófilos*, que pensam de forma diferente.

A visão positiva - os Tecnófilos

Ong (1998) analisou pesquisas sobre o processo de interiorização da escrita entre os gregos, para estudar as diferenças entre as culturas escritas e orais. O argumento utilizado contra a escrita por Platão é o mesmo usado hoje contra os computadores pelos *tecnófobos*.

O autor conta que Platão pensava ser a escrita inumana, pois pretendia estabelecer fora da mente o que na realidade só pode estar na mente. A escrita é um produto manufaturado, o mesmo é dito dos computadores. Sócrates dizia que a escrita destruía a memória e os que a usavam se tornariam desmemoriados, pois utilizariam um recurso externo para aquilo que lhes faltava internamente. A escrita enfraqueceria a mente.

Atualmente, muitos ainda pensam que as calculadoras fornecem um recurso externo para o que deveria ser o interno, a memorização de tabuadas. As calculadoras enfraqueceriam a mente. Porém, foi realizado nos Estados Unidos um estudo sobre como os alunos aprendem Matemática na escola básica, intitulado “Adding it up” que contraria as ideias de Sócrates. No estudo, foi indicado que o uso de calculadoras não ameaça o desenvolvimento de habilidades básicas, tendo, pelo contrário, possibilidade de melhorar a compreensão dos conceitos, as habilidades e a disposição em relação à Matemática (PENTEADO; SCOTT, 2003).

Ainda conforme Ong (1998), um texto escrito é uma coisa inerte. Se pedirmos a uma pessoa para explicar uma afirmação, podemos obter uma explicação; mas se pedirmos a um texto, não obteremos nada, exceto as mesmas palavras às quais fizemos a pergunta inicial. A palavra escrita não pode se defender contra a palavra falada. O discurso e o pensamento sempre existem em um contexto de toma-lá-dá-cá. A escrita é passiva em um mundo irreal. Na crítica moderna, faz-se a mesma comparação em relação aos computadores.

Ao contrário dos *tecnófobos*, Ong vê as tecnologias como transformações que desenvolvem o interior da consciência. Basta analisarmos a importância da escrita no desenvolvimento da humanidade.

O filósofo francês Pierre Lévy (1999) defende o surgimento de um novo espaço sociológico onde poderá se realizar uma nova cultura e a verdadeira democracia. Os sujeitos deste espaço do saber (ciberespaço) formam uma *inteligência coletiva* (cibercultura).

Conforme o autor, estamos entrando na época da *inteligência coletiva*, que ele chama de “noosfera”, (o prefixo “noo” significa “relativo ao espírito”).

Para que se possam manter as práticas pedagógicas atualizadas com esses novos processos de transição de conhecimento, saindo de uma educação e de uma formação institucionalizada, no caso a escola, para uma situação de troca generalizada de saberes, é preciso assumir um papel fundamental. É necessário criar modelos de aprendizagem em que o professor seja um *animador da inteligência coletiva* do grupo de alunos, e não mais, um fornecedor de conhecimentos. Lévy *apud* Prado (2004) afirma que todos temos a obrigação de enriquecer nossa coleção de competências ao longo da vida. Ou seja, a divisão tradicional entre um tempo de estudo e preparo, e outro de trabalho já está ultrapassado. Para tal, o autor criou a expressão *inteligência coletiva* que é a capacidade de trocar ideias, compartilhar informações e interesses comuns, criando comunidades e estimulando conexões.

Neste novo modo de pensar, existe uma mudança qualitativa nos processos de aprendizagem, rumo a uma aprendizagem cooperativa. Essa é a melhor tradução de *inteligência coletiva* para o campo educativo. Num ambiente como este, o professor torna-se um *animador da inteligência coletiva* da turma. Estamos iniciando uma época em que iniciativa, liderança, ânimo e empenho serão características cada vez mais valorizadas. O que a sociedade precisa é que todos tentem desenvolver ao máximo de suas potências criativas.

Conforme Lévy *apud* Prado (2004), a escola pode participar desta construção da *inteligência coletiva* praticando-a e dando exemplos. Os professores devem estimular a *competição cooperativa* entre os alunos, ensinando-os a fazer parte de uma equipe e a usar os computadores ligados à Internet. Existe, naturalmente, uma grande disputa entre os alunos. Quem tem as melhores notas, quem é o segundo, quem é o último. A competição faz parte da escola, mas por si só ela é negativa. É função do professor usar essa energia para produzir questões como “quem é o mais criativo?” (em vez de “quem é capaz de repetir o que eu disse?”). Incentivar a cooperação entre os alunos é uma forma de estabelecer outro padrão de disputa e valorizar a integração. Isso é a *competição cooperativa*.

Vivemos numa cultura na qual o conhecimento muda muito rapidamente e por isto, a velocidade na aprendizagem aumentou. Se vivêssemos no século XIX, ou antes, o que tivéssemos aprendido quando jovens ainda seria válido depois de nossa morte e teria sido usado durante toda a vida. Hoje isto não mais acontece. Pela primeira vez na história da humanidade, a maioria das competências, adquiridas no começo dos percursos profissionais, serão obsoletas antes do fim das carreiras. A informação circula com enorme rapidez e é cada vez mais fácil ter acesso a ela, graças aos computadores e à Internet. Por isso, a escola precisa

acompanhar essa velocidade do mundo. “A indústria da informação torna-se importante no contexto contemporâneo. Através dela, a opinião pública se guia e, em muitos países, ela absorve significativo percentual de trabalhadores” (BRASIL, 1999, p.185). É o surgimento de um novo modelo de sociedade, chamada *informacional*.

O que deve ser aprendido não pode mais ser planejado, nem precisamente definido de maneira antecipada. Os percursos e os perfis de competência são, todos eles, singulares e está cada vez menos possível canalizar-se em programas ou currículos que sejam válidos para todo o mundo. Devemos construir novos modelos no espaço dos conhecimentos.

Pelo visto, a expansão da informação, através da Internet, não vai parar tão cedo, estamos apenas no início de uma espécie de explosão cultural, uma explosão que é infinitamente crescente e renova o sentido de liberdade. Porém, é preciso ter consciência de que a existência dos computadores e, mais precisamente, da Internet não significa que tudo possa ser acessado. Ao contrário, é importante saber que ganhamos opções, mas não precisamos concordar com tudo ou saber de tudo, e nem podemos (TROJACK, 2005).

Eco (1996) tem receio de que as novas tecnologias de comunicação e informação libertem ou destruam algumas coisas que até então eram consideradas preciosas e intocáveis. O autor está ciente do potencial das novas tecnologias para o desenvolvimento humano, mas percebe o risco da comunicação visual, isolada da comunicação da palavra.

O computador vai além do livro, por permitir a construção de hipertextos, que são malhas de textos não lineares. É uma evolução do livro, não é um problema. O problema é a comunicação visual preferida pelo hipertexto, para isso precisamos de um novo tipo de Educação.

Há alguns anos, quando se falava em uso de computadores na escola, parecia ser uma utopia. Mas os acontecimentos foram mais rápidos do que os esperados e eles estão aí, na universidade, no ensino médio e também no ensino fundamental.

É difícil conceber que ainda existam escolas e professores que não têm acesso a este recurso. O computador está presente em muitas atividades do dia-a-dia.

Conforme os PCN:

O objetivo da inclusão da informática como componente curricular da área de Linguagens, Códigos e Tecnologias é permitir o acesso a todos os que desejam torná-la um elemento de sua cultura, assim como aqueles para os quais a abordagem puramente técnica parece insuficiente para o entendimento de seus mecanismos profundos (BRASIL, 1999, p. 184).

No início, havia o receio de que os computadores substituíssem os professores, porém hoje já se sabe que estes continuam sendo fundamentais no processo de ensino e aprendizagem.

A informatização é irreversível e cabe a cada escola também se informatizar, para não correr o risco de que os conteúdos apresentados não sejam mais entendidos pelas novas gerações. Portanto, é necessário qualificar os professores para que participem deste desenvolvimento baseado numa perspectiva pedagógica de caráter mais global.

A resistência de uma grande parte de docentes que não se utilizam da Informática é compreensível, pois o computador é aparentemente um complicador. O professor precisa estar preparado para atuar num ambiente que gera incertezas e contradições. Ao usar o computador, o aluno pode fazer questionamentos sobre os quais nem sempre o professor havia pensado.

Conforme Trojack (2005), o professor precisa estar disposto e preparado para o processo de mudança. Na medida em que se tomar consciência de que o computador é uma ferramenta motivadora, um instrumento renovador, o seu uso terá sentido.

A identidade profissional de um educador é representada pela sua bagagem de conhecimentos e a parte representada pelas novas tecnologias é um elemento estratégico que pode ser usado em situações de prática, pois possibilita um meio auxiliar para apoiar a aprendizagem dos alunos, além de ser um instrumento de produção pessoal e busca de informações e materiais. Esses recursos mudam a metodologia com a qual os professores trabalham e o modo como se relacionam com os alunos, assim, teremos um impacto importante na natureza do trabalho docente, e conseqüentemente, na sua identidade profissional.

O processo de informatização é irreversível e produz modificações na aprendizagem. A atuação do professor não se limita a fornecer informações aos alunos, o computador pode ser um transmissor muito mais eficiente. Cabe ao professor a mediação das interações professor-aluno-computador de modo que este auxilie a promover o desenvolvimento da autonomia, da criatividade, da criticidade e da autoestima do aluno.

Cláudio e Cunha (2001) explicam:

Didaticamente, o professor pode optar entre dois perfis diante do uso do computador no ensino: usá-lo como máquina transmissora dos conhecimentos para o aluno, ou como um auxiliar na construção desses conhecimentos pelo aluno. Optando pelo primeiro perfil, ao professor cabe apenas o papel de colocar na máquina as informações que o aluno precisa saber e utilizar o computador na forma de tutorial, ou seja, como um “virador de páginas eletrônico” (p.174).

É por isso que muitos professores comparam o computador com um projetor de slides ou uma máquina de escrever, desconhecendo seu potencial. Ainda segundo os mesmos autores,

[...] se o professor se enquadra no segundo perfil, ele terá várias questões para refletir e muitas características para reforçar ou, até mesmo, acrescentar à sua conduta. Em primeiro lugar, para possibilitar ao aluno construir seu conhecimento, é preciso que o professor escolha um tipo de software adequado para isso, como as

linguagens de programação, os processadores de texto e os bancos de dados. É imprescindível que o professor tenha um profundo conhecimento do conteúdo que trabalhará e do software que adotará. Além disso, ele deve estar sempre interagindo com o aluno, questionando seus resultados, interpretando seu raciocínio e aproveitando os erros cometidos como forma de explorar os conceitos que não ficaram bem esclarecidos (CLAUDIO; CUNHA, 2001, p.174).

Os professores interessados no uso da informática devem lançar-se a desenvolver experiências, buscando um caminho para repensar a escola na era da informação. Em breve, o grau de analfabetismo de um povo terá também esta variável como um de seus componentes.

O uso das calculadoras e dos computadores na escola, além de liberar o aluno de tarefas mais técnicas, auxilia no processo de investigação de problemas matemáticos e permite um melhor gerenciamento do tempo e das ações de ensino e aprendizagem.

Contudo, existe uma série de dificuldades, tais como falta de verbas para a compra e manutenção de equipamentos nas escolas, ausência de planejamento específico para seu aproveitamento, a falta de propostas pedagógicas, de espaço físico adequado, de técnicos qualificados. Mesmo as instituições com mais recursos financeiros, também apresentam problemas em relação ao despreparo e resistência dos professores na utilização de novas tecnologias.

Para evitar que esses fatos ocorram, é necessário mais empenho dos órgãos governamentais, no sentido de equiparar escolas e de motivar os professores a buscar uma formação continuada, que oportunize troca de ideias e experiências e capacitação na utilização da informática.

Todos esses problemas contribuem para a permanência do ensino tradicional, apoiado no uso do livro didático, muitas vezes trabalhado de forma a reproduzir e não a construir conhecimentos.

Os PCN apontam as possíveis competências e habilidades a serem desenvolvidas em informática. A seguir, apontamos as que julgamos mais importantes e possíveis de serem trabalhadas no ensino médio:

- Reconhecer o papel da Informática na organização da vida sociocultural e na compreensão da realidade, relacionando o manuseio do computador a casos reais, ligados ao cotidiano do estudante, seja no mundo do trabalho, no mundo da educação ou na vida privada.
- Construir, mediante experiências práticas, protótipos de sistemas automatizados em diferentes áreas, ligadas a realidade do estudante, utilizando-se, para isso, de conhecimentos interdisciplinares.
- Reconhecer a Informática como ferramenta para novas estratégias de aprendizagem, capaz de contribuir de forma significativa para o processo de construção do conhecimento, nas diversas áreas. [...]

- Dominar as funções básicas dos principais produtos de automação da microinformática, tais como sistemas operacionais, interfaces gráficas, editores de textos, planilhas de cálculos e aplicativos de apresentação. [...]
- Dominar conceitos computacionais, que facilitam a incorporação de ferramentas específicas nas atividades profissionais. (BRASIL, 1999, p. 186).

Enfim, a utilização de novas tecnologias é fundamental para o ensino e aprendizagem, pois torna as aulas mais interessantes e participativas. Alguns professores podem ter receio em relação à utilização de recursos novos ou que apresentam uma tecnologia moderna. Por outro lado, existem docentes que estão sempre buscando novas metodologias, recursos mais avançados, sempre com o intuito de tornar suas aulas mais criativas. O fato de os professores buscarem uma educação continuada e a utilização de novas tecnologias não será um problema, mas uma solução.

Um dos desafios neste início de século XXI é repensar a educação e buscar formas alternativas para entusiasmar professores e promover o interesse dos alunos. A utilização adequada e inteligente de novas tecnologias, juntamente com a Modelagem, surge como uma maneira de mudar a metodologia com atividades inovadoras, criativas, desafiadoras e de reconstrução de conhecimento. Os recursos da Informática ajudam a facilitar a passagem de um modelo tradicional de ensino para um modelo instigante e com autonomia. O professor deixa de ser o centro do saber e passa, juntamente com o aluno, a ser um aprendiz.

O que se deseja é superar práticas antigas e buscar a construção do conhecimento que privilegia o processo e não o resultado final.

Os computadores, conforme Tikhomirov *apud* Borba e Penteado (2001) “reorganizam o pensamento”. A nossa tarefa, como professores, é verificar como este pensamento se constitui quando novas mídias se fazem presentes em sua investigação. Acredita-se que os computadores contribuam para modificar as práticas do ensino tradicional.

Uma das maiores preocupações dos professores com o uso das novas tecnologias é a perda de controle e obsolescência. Ao utilizar o computador, o professor pode se deparar com a necessidade de ampliar suas ideias e conhecimentos. Quanto mais ele mergulha no mundo da Informática, mais ele corre o risco de se deparar com uma situação que não conhece. Nesse momento, pode-se perceber que a escola, e mais precisamente a sua sala de aula, não é o único lugar de informações para os alunos. Diante de tantas descobertas, alguns professores desistem. Não é fácil lidar com uma máquina que traz respostas imediatas para de problemas que até poucos anos atrás eram considerados difíceis. É difícil ter que dizer “não sei” e encontrar tempo para investigar.

Uma mídia não extermina com outra. Foi o caso da escrita em relação à oralidade, e atualmente, da Informática em relação à oralidade e a escrita. O que está havendo são reorganizações ou transformações. O desconforto acontece porque o professor está com dificuldades de adaptação. Muitos não entendem que a inserção de novas tecnologias, na escola, traz a adoção de novos papéis, tanto de professores como de alunos. Aulas expositivas, seguidas de exemplos no computador, são apenas uma maneira “enfeitada” de ministrar as mesmas aulas tradicionais. Como bem diz D’Ambrósio (2004), o uso da tecnologia não é a salvação da Educação, mas a falta de tecnologia causa má Educação.

Entendemos que os educadores, preocupados com a integração de tecnologias ao seu trabalho docente, não acordam certa manhã procurando, em estantes, metodologias capazes de fazer mudanças. É um trabalho gradativo, lento, no qual a pesquisa, a boa vontade, a capacitação, a troca de ideias são de fundamental importância.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao escrevermos esse artigo nos deparamos com muitas reflexões. Ora somos a favor dos tecnóforos, ora a favor dos tecnófilos. Tanto uma visão como a outra apresentam argumentos bastante fortes e fundamentados.

Encontramos na atual Educação brasileira e mundial um volume bem maior de artigos e materiais falando positivamente do uso de computadores e internet, mas acreditamos que vale a pena, conhecer ideias que vão na contramão do desenvolvimento tecnológico, como as do professor Valdemar Setzer que tem livros sobre computadores na Educação publicados no Brasil, Inglaterra, Alemanha e Finlândia. Se estes livros existem é por que são lidos. Não queremos nesse artigo encerrar a discussão sobre o assunto, apenas queremos desestabilizar as ideias do leitor. Provavelmente, muitos dos que lerem os seus artigos e publicações, em quase sua totalidade disponível na sua página na internet, mudarão sua forma de pensar; de modo que recomendamos a leitura dos mesmos. Alguns são mais radicais do que outros e/ou mais atuais que outros, mas com um pouco de bom senso é possível tirar bom proveito e boas conclusões.

Mencionamos os pontos de vista que consideramos os mais relevantes, fazendo uma reflexão sobre eles, observando que são interessantes para professores em geral, uma vez que estes têm um papel dos mais importantes, talvez o mais importante na formação e transformação da sociedade em que vivemos.

Não pretendemos incitar os atuais e futuros professores a virar as costas para a tecnologia. Entretanto, cabe uma reflexão sobre os temas aqui abordados, mesmo que se

discorda parcialmente das posições defendidas. De qualquer forma, acreditamos que o objetivo, que aqui foi criar um contraponto à avalanche tecnológica e ao pensamento quase único, foi alcançado. Dessa forma, este trabalho é uma contribuição para discussões sobre possibilidades que se abrem para professores preocupados com mudanças e interessados em realizá-las.

REFERÊNCIAS

_____. Contra o Uso de Computadores por Crianças e Jovens. Disponível em: <www.ime.usp.br/~vwsetzer> Acesso em: 02 dez 2008.

_____. O Computador no Ensino: Nova Vida ou Destruição? . Disponível em: <www.ime.usp.br/~vwsetzer> Acesso em: 02 dez 2008.

_____. Entrevista do Prof. Setzer à Revista Veja de São Paulo, nº 17 de 03/05/06. Disponível em: <www.ime.usp.br/~vwsetzer> Acesso em: 02 dez 2008.

_____. Os Meios Eletrônicos e a Educação. Disponível em: <www.ime.usp.br/~vwsetzer> Acesso em: 02 dez 2008.

BAUDRILLARD, Jean. A transparência do Mal. Campinas: Papirus, 1992.

BORBA, Marcelo de C., PENTEADO, Miriam G. Informática e educação Matemática. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio. Brasília, 1999.

CLAUDIO, Dalcídio; CUNHA, Márcia L. As novas tecnologias na formação de professores de Matemática. In: CURY, Helena N. (org.) Formação de Professores de Matemática: uma visão multifacetada. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001. p. 167-190.

D'AMBRÓSIO, Ubiratan. Matemática e sociedade ou sociedade e matemática? A difícil questão da primazia. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 8., 2004, Recife. Anais... Recife: SBEM, 2004. Conferência de Abertura.

ECO, Umberto. From Internet to Gutenberg. Disponível em: <<http://www.italynet.com/columbia/internet.htm>> Acesso em: 27 mai 1996 .

LÉVY, Pierre. Cibercultura. São Paulo: Ed. 34, 1999.

ONG, Walter. Oralidade e cultura escrita. Campinas: Papirus, 1998.

PENTEADO, Miriam G; SCOTT, Patrick. Tecnologia da Informação e Comunicação na Educação Matemática: desafios e perspectivas. In: CONFERÊNCIA INTERAMERICANA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11., 2003, Blumenau. Anais... Blumenau: FURB, 2003. 1CD-ROM.

PRADO, Ricardo. Estamos todos conectados: O filósofo francês (Pierre Lévy) diz que a internet vai nos permitir construir uma inteligência coletiva. Disponível em: <http://novaescola.abril.com.br/index.htm?ed/164_ago03/html/falamestre> Acesso em: 15 mai 2004.

SETZER Valdemar. Computadores na Educação. Disponível em: <www.ime.usp.br/~vwsetzer> Acesso em: 02 dez 2008.

SFEZ, Lucian. Crítica da comunicação. São Paulo: Loyola, 1994.

TROJACK, Clarissa L. Modelagem Matemática e Novas Tecnologias: uma alternativa para a mudança de concepções em Matemática, 2005. Dissertação: Mestrado em Educação em Ciências e Matemática – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

CULTURA E CULTURA ORGANIZACIONAL: UMA REFLEXÃO ENTRE CONCEITOS.

Ávila de Casio Gonçalves^{1,2}



Revista Ciência e Conhecimento – ULBRA/São Jerônimo

RESUMO - O conceito de cultura é muito amplo e isso permite que diferentes pesquisadores focalizem suas concepções em diferentes áreas do conhecimento dentro dessa temática. Nesse sentido, este trabalho discute teoricamente o conceito de cultura e cultura organizacional na perspectiva de alguns autores. Para tanto, foram usadas como fonte de pesquisa quatro artigos e o livro: Cultura: um conceito antropológico. Os artigos analisados foram retirados da RAE (Revista de Administração de Empresas) ano 2003; da RAE Eletrônica, ano 2005; e da REAd (Revista Eletrônica de Administração), ano 2003. Ao final do trabalho pode-se perceber que a definição de cultura e cultura organizacional não é limitada, sendo possível ver diferenciadas formas de conceituá-la.

Palavras-chave: Cultura – Cultura organizacional – conceitos.

ABSTRACT - The concept of culture is very wide and this allows researchers to focus on their different conceptions in different areas of knowledge within that topic. Thus, this paper discusses theoretically the concept of culture and organizational culture in view of some authors. It had been used as a source of research articles and four books: Culture: an anthropological concept. The articles analyzed were removed from the SAR (Journal of Business Administration) 2003; SAR Electronics, 2005; and READ (Electronic Journal of administration), 2003. At the end of the work can be seen that the definition of culture and organizational culture is not limited and it can be seen different ways of conceptualizing it.

Keywords: culture – organizational culture – concepts.

1 – Universidade de Brasília – UnB.
Curso de pedagogia. Brasília, DF, Brasil.

Dados para correspondência
Ávila de Casio Gonçalves;
Quadra 8, conj. M, 30, Planaltina, DF.
CEP:73370-100
E-mail: avilald@hotmail.com

Recebido em: 18/01/2014.
Revisado em: 19/03/2014.
Aceito em: 27/04/2014.

Área: Metodologias e estratégias de ensino aprendizagens.

INTRODUÇÃO

Schein (*apud* PAIVA, 2003), afirma que cultura é um conjunto de pressupostos básicos que um grupo inventou, descobriu ou desenvolveu ao aprender como lidar com os problemas de adaptação externa e integração interna e que funcionaram bem o suficiente para serem considerados válidos e ensinados a novos membros com a forma correta de perceber, pensar e sentir em relação a esses problemas. Paiva e Sampaio (2003), citando Smircich, 1983, salientam que a cultura é um sistema de símbolos e significados partilhados e funciona como um mecanismo regulatório-adaptativo que permite a articulação dos indivíduos numa organização.

Por outro lado, a Cultura Organizacional é o modo de vida próprio de cada organização, é um conjunto de crenças, expectativas, valores e maneiras de fazer as coisas que, consciente ou inconscientemente, cada organização vai adotando e acumulando ao longo do tempo e que passam a condicionar fortemente o pensamento e o comportamento dos seus membros, (RÉVILLION, 2003). Este mesmo autor continua conceituando Cultura Organizacional como um conjunto de maneiras tradicionais e habituais de pensar, sentir e agir frente às situações com a qual a organização se defronta.

Sendo assim, o presente estudo tem como objetivos discutir e apresentar alguns conceitos de cultura e de cultura organizacional na perspectiva de alguns autores que abordam este tema. Para isso, foram consultados quatro artigos, sendo dois da revista READ (Revista Eletrônica de Administração) ano 2003, um artigo da RAE (Revista de Administração de Empresas) ano 2003, e um da RAE Eletrônica, ano 2005. Também foi utilizado o livro: Cultura um conceito antropológico, do autor: Roque de Barros Laraia.

Cultura

Laraia (2007) afirma que o conceito de cultura foi definido a primeira vez por Tylor, o qual a definiu, em 1871, como sendo todo o comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética. Este mesmo autor considera que tudo que o homem faz, aprendeu com os seus semelhantes e não decorre de imposições originadas fora da cultura; não existiria cultura se o homem não tivesse a possibilidade de desenvolver um sistema articulado de comunicação oral.

Révillion (2003), por sua vez, diz que o conceito de cultura é fundamental e que desde o seu surgimento, o significado e a definição do termo cultura tem sido disputado e que alguns autores enfatizam as fontes profundas, implícitas e inconscientes da cultura, enquanto outros enfatizam fontes mais explícitas e tangíveis das manifestações culturais, como normas declaradas e sistemas de recompensas, além disso, a cultura é alternativamente vista como um mecanismo integrador e como uma fonte de diferenciação. Este autor, citando Smirch, (1983) diz que existem múltiplas concepções de cultura e conseqüentemente múltiplas definições.

Na visão de Kotter e Heskett (*apud* RÉVILLION, 2003), a cultura é uma totalidade de padrões de comportamentos, artes, crenças, instituições e todos os outros produtos do trabalho e do pensamento humanos característicos de uma comunidade ou população, transmitidos socialmente.

Outros autores, como Paiva e Sampaio (2003), dizem que o conceito de cultura é bastante antigo e, citando Chauí (1989) explicitam que a raiz etimológica da palavra cultura se origina no latim *colere* e diz respeito ao cultivo de produtos relacionados com a terra, à educação, cuidado e desenvolvimento das faculdades infantis, e ao cuidado com os deuses.

Contribuindo para o conceito de cultura, pode-se destacar também Alcadipani e Crubellate (2003), os quais, citando Hofstede (1991), destacam que a cultura é o programa coletivo da mente que distingue os membros de grupos ou categorias de pessoas. Estes autores ainda salientam que cultura seria um programa mental que leva os indivíduos a se comportarem absolutamente em conformidade a padrões grupais e que a definição de cultura acaba por impor uma identidade sobre o sujeito que a ela pertence. Corroborando essa concepção, Machado (2005) afirma que a cultura é mais um elemento que interage no processo de formação da identidade.

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, Laraia (2007). Ainda de acordo com esse autor, a participação de um indivíduo em sua cultura é sempre limitada; nenhuma pessoa é capaz de participar de todos os elementos de sua cultura; não existe a possibilidade de um indivíduo dominar todos os aspectos de sua cultura.

Cultura Organizacional

A respeito da Cultura Organizacional, alguns teóricos destacam seus posicionamentos frente a essa questão e contribuem significativamente para o entendimento de conceitos e definições. Kotter e Heskett (*apud* RÉVILLION, 2003), por exemplo, destacam que a Cultura Organizacional atua em dois níveis, sendo que no nível mais profundo e menos visível, a cultura refere-se a valores que são compartilhados pelas pessoas de um grupo e que tendem a persistir com o tempo, mesmo quando mudam os membros do grupo. Neste nível é extremamente difícil mudar a cultura. Por outro lado, no nível mais visível, a cultura representa os padrões de comportamento ou as normas de uma organização que os empregados, de forma automática, incentivam os novos colegas a seguir. Neste nível ainda é difícil mudar a cultura, contudo não tão difícil quanto ao primeiro. Cada nível de cultura tem uma tendência natural de influenciar o outro.

A Cultura Organizacional também é composta, efetivamente, por valores que orientam a condutas das pessoas na organização. Nesta perspectiva, Révillion (2003) fala de forma clara que, para a organização, valores são todos aqueles elementos que ela valoriza em alto grau e que predominam sobre os outros na tomada de decisões, na solução de conflitos e em sua maneira de fazer as coisas. Por exemplo, se uma organização valoriza a hierarquia, ela tenderá a considerar todo procedimento que não consulte essa hierarquia como inaceitável. A autora ainda comenta que a organização precisa reunir um conjunto de valores que, ao ser compartilhado com todos os seus membros, gera uma ação coordenada para o alcance dos objetivos organizacionais; valores compartilhados facilitam a delegação, proporcionando eficácia às decisões, além de unidade de imagem e identidade à organização.

Vale ressaltar que esta mesma autora, citando Porter (2002), salienta que as características nacionais atribuídas à cultura geralmente têm raízes econômicas e que, inegavelmente, é muito difícil que os indivíduos agem conscientemente de maneira improdutiva, contrariando interesses próprios e os de sua empresa. O comportamento das pessoas em sociedade tem muito a ver com os sinais e os incentivos criados no sistema econômico em que vivem; os indivíduos são influenciados por uma complexa interação entre camadas culturais.

Machado (2005), também é outra autora que aborda a questão de cultura e, na sua concepção, afirma que a cultura amplia os domínios para o plano organizacional. Ela, que comenta sobre a Cultura Organizacional, citando Motta (1997), faz uma reflexão de que as

empresas brasileiras são marcadas por decisões que tendem a ser caracterizada por uma interação social intensa, bem como por um envolvimento ativo dos dirigentes superiores geralmente autocráticos. Para compreender a identidade de uma organização, segundo esta autora é preciso partir dos traços da cultura. É possível compreender que a identidade de uma organização só se transforma se acompanhada de uma mudança na cultura, sendo que esta abarca o repertório simbólico e de valores como os quais os indivíduos constroem as representações acerca dos fenômenos. Nesse sentido, o significado da organização é construído pelos seus integrantes a partir dos parâmetros culturais que eles dominam.

Révillion (2003), fazendo referência à cultura organizacional, evidencia que o estudo da cultura é relevante para a organização porque o mesmo se configura como um determinante-chave para o seu sucesso e para a implementação de estratégias. Segundo ela, a questão que surge é se a cultura organizacional seria uma característica de toda a organização, como uma corporação, ou se seria uma característica de grupos ou “subculturas” dentro da organização. A cultura organizacional se encaixaria melhor como uma característica de grupos do que como uma característica da organização como um todo (GREGORY *apud* RÉVILLION, 2003). A autora argumenta que qualquer organização compreende múltiplas culturas, ou seja, a cultura é essencialmente um fenômeno baseado em grupos. Vale lembrar que Laraia (2007, p. 93) acentua que “(...) entender a lógica de um sistema cultural depende da compreensão das categorias constituídas pelo mesmo”.

É interessante observar que na visão de Schein (*apud* RÉVILLION, 2003), a cultura organizacional pode ser aprendida em vários níveis, a saber: Nível dos artefatos visíveis - o qual faz referência ao ambiente construído da organização, arquitetura, a maneira das pessoas se vestirem, padrões de comportamentos visíveis; Nível dos valores que governam o comportamento das pessoas – mais difíceis de se observar diretamente; Nível dos pressupostos inconscientes – determina como os membros de um grupo percebem, pensam e sentem. A autora Révillion (2003), assinala que são vários os teóricos que conceituaram cultura organizacional. Ela aponta alguns, como se pode perceber abaixo:

- Pettigrew (1979, p. 574) diz que cultura organizacional é um “sistema de significados aceitos publicamente e coletivamente operando para um certo grupo em determinado período de tempo. É um sistema de termos, formas, categorias e imagens que serve de interpretação individual para a situação de cada pessoa”.
- Schwartz e Davis (1981, p. 33) “Padrão de crenças e expectativas compartilhado pelos membros da organização”.
- Shrivasta (1985, p. 103) “Um conjunto de produtos concretos através dos quais o sistema é estabilizado e perpetuado. Estes produtos incluem: mitos, sagas, sistemas de

linguagem, metáforas, símbolos, cerimônias, rituais, sistemas de valores e normas de comportamento”.

- Deshpandé e Webster (1989, p. 4) “Padrão de crenças e valores compartilhados que ajuda os indivíduos a compreender o funcionamento organizacional e, além disso, proporciona aos mesmos, normas de comportamento a serem seguidas dentro da organização”.

Tendo em vista o disposto acima, é bom lembrar quando Laraia (2007) afirma que a cultura é como uma lente através da qual o homem vê o mundo. Homens de culturas diferentes usam lentes diversas. Tomando por base esta afirmativa, pode-se dizer que a cultura organizacional pode ser conceituada e interpretada de várias formas, pois sua construção é resultado de visões diferenciadas de mundo.

Por outro lado, a variação cultural refere-se primordialmente aos hábitos e comportamentos de um grupo ou sociedade para outros (MOTTA *apud* RÉVILLION, 2003). Ainda de acordo com este autor, Révillion (2003), citando Freitas (1997), comenta que muitas organizações têm descoberto que novas estratégias e práticas gerenciais têm sentido do ponto de vista financeiro ou mercadológico, mas não podem implementar essas estratégias porque requerem crenças e valores muito diferentes daqueles pertencentes à cultura organizacional vigente; o sucesso não depende apenas de mudanças na estrutura das organizações, como padrões de autoridade, divisão do trabalho, métodos de controle, formas de comunicação interna, mas fundamentalmente das mudanças em atitudes e percepções dos indivíduos; uma mudança efetiva exige uma reformulação dos pressupostos básicos de determinada cultura organizacional.

A visão de Fleury (*apud* PAIVA, 2003) contribui significativamente para o conceito de cultura organizacional ao dizer que cultura organizacional é um conjunto de valores e pressupostos básicos, expresso em elementos simbólicos, que em sua capacidade de ordenar, atribuir significações, construir a identidade organizacional, tanto agem como elemento de comunicação e consenso, como ocultam e instrumentalizam as relações de dominação.

CONCLUSÃO

Neste estudo, ao analisar as concepções de alguns autores, foi possível perceber que existem muitos conceitos de cultura e de cultura organizacional, esses conceitos podem ou não se convergir. Nessa perspectiva, Bosi (*apud* ALCADIPANI e CRUBELLATE, 2003), afirma que já houve quem julgasse a cultura brasileira como unitária, coesa, cabalmente

definida por essa ou aquela qualidade, contudo, não existe uma cultura brasileira homogênea, matriz dos nossos comportamentos e dos nossos discursos. Ao contrário, a admissão de seu caráter plural é um passo decisivo para compreendê-la como efeito de sentido, resultado de um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço.

Paiva e Sampaio (2003), por sua vez, complementam que o conceito de cultura é amplo, como se pôde verificar, o que permite a diferentes pesquisadores focalizarem diferentes “regiões” dentro do mesmo conceito. Cada tipo de leitura que é feito da cultura possibilita interpretações diferenciadas. Ainda de acordo como esses autores, esta multiplicidade de abordagens tem sido objeto de debates por parte dos pesquisadores da área.

Por fim, é interessante quando Alcadipani e Crubellate (2003) comentam que a cultura organizacional brasileira é de fundamental importância para o desenvolvimento de análises que façam mais sentido dentro de nossa peculiaridade, a preocupação com especificidades e contextos que são extremamente plurais.

Pode-se concluir que o desenvolvimento deste artigo privilegiou analisar os diversos conceitos de cultura e cultura organizacional na perspectiva de alguns teóricos que trabalham com essa temática. Assim, por meio desta pesquisa bibliográfica, houve uma contribuição muito significativa para o entendimento das várias facetas que estão imbricadas no contexto da cultura e da cultura organizacional, proporcionando visões, posicionamentos e reflexões sobre este assunto.

REFERÊNCIAS

- ALCADIPANI, R; CRUBELLATE, J. M. Cultura organizacional: generalizações improváveis e conceituações imprecisas. RAE, v. 43, n.2, 2003.
- LARAIA, R. B. Cultura: um conceito antropológico. 21. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.
- MACHADO, H. V. Identidade Organizacional: um estudo de caso no contexto da cultura brasileira. RAE – eletrônica, v. 4, n.1, Art. 12, 2005.
- PAIVA, W. P; SAMPAIO, J. R. cultura organizacional no setor de higiene e beleza: um estudo de caso. REAd, ed. 35, v. 9, n.5, 2003.
- RÉVILLION, A S. Cultura nacional e cultura organizacional no contexto de marketing. REAd, ed. 34, v.9, n.4, 2003.

ÉTICA NO TRABALHO

João Batista Bregolin de Azevedo¹
Marco Miller Trainini¹



RESUMO - O presente artigo pretende abordar assuntos pertinentes à Ética no trabalho, através da pesquisa bibliográfica realizada pela turma de alunos da cadeira de Ética e Responsabilidade Profissional, do curso de Administração da ULBRA São Jerônimo 2012_1, desenvolve-se em conjunto o estudo da Ética e sua relação com o trabalho, confrontando a ética no trabalho e a profissão, desmistificando o código de ética e sua importância para a empresa, demonstrando de forma sistêmica sua relação com as áreas de Marketing, Vendas, Finanças e de Gestão de Pessoas. O presente estudo acrescenta ainda, uma visão holística da importância da Ética e a Responsabilidade Social Empresarial frente aos *stakeholders* (partes interessadas) em face do ambiente cada vez mais competitivo no qual as organizações estão vivenciando nos tempos atuais.

Palavras-chave: Ética. Trabalho. Responsabilidade Social.

ABSTRACT - This article seeks to address issues pertaining to ethics in the workplace, through the literature search conducted by group of students from the chair of Ethics and Professional Responsibility, the course of Directors of St. Jerome ULBRA 2012_1, develops together the study of Ethics and its relationship to work, comparing work ethics and profession, demystifying the code of ethics and its importance to the company, demonstrating a systemic way their relationship with the areas of Marketing, Sales, Finance and People Management. This study also adds a holistic view of the importance of Ethics and Corporate Social Responsibility front to stakeholders (stakeholders) in the face of increasingly competitive environment in which organizations are experiencing nowadays.

Keywords: Ethics. Work. Social Responsibility.

1 – Professor do Curso de Administração. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA/São Jerônimo, RS.

Dados para correspondência

João Batista Bregolin de Azevedo.
Rua Rio Branco, 817, São Jerônimo,
RS, CEP: 96700-000.
E-mail: batistabregolin@ibest.com.br

Recebido em: 10/11/2013.
Revisado em: 17/03/2014.
Aceito em: 25/05/2014.

Área: Desenvolvimento humano.

INTRODUÇÃO

Fala-se muito em ética nos dias de hoje, este é um assunto que está na moda, se ouve falar dele no rádio, em reportagens na televisão, nos jornais, nas mídias sócias, enfim em todos os meios de comunicação, as pessoas falam nas rodas de amigo, na internet nas salas de bate papo, em casa com suas famílias, ou seja, todo mundo fala de ética, mas quem realmente pratica isso, ou melhor, quem realmente a aplica nas ações do cotidiano de suas vidas? Outra grande dúvida será que todo mundo sabe o que realmente é a ética? Será que as pessoas buscam serem éticas nas suas vidas, nos diferentes papéis que cada um exerce, somos filhos, somos pais, irmãos, profissionais, amigos, enfim, diversos são os papeis que desempenhamos na sociedade, será que sabemos como nos portar diante das ações que são necessárias para o convívio interpessoal em sociedade. É lógico que não existe um manual com regras de como devemos agir em nossa vida, o que existe são tipos e formas de conduta mais ou menos aceitáveis de acordo com muitas variáveis como a cultura, leis, dentre outras.

Como exercemos muitos papéis nesta sociedade se torna muito difícil não errar em nossa conduta moral e ética. O importante nisso é sempre buscar a conduta de convívio melhor não só para si, mas também para o todo da sociedade.

Dentro da vida profissional nos dias de hoje, cada vez mais se torna difícil o convívio entre as pessoas. Uma vez que nosso mundo é totalmente capitalista, muitas pessoas agem de forma antiética, em benefício próprio ou de quem a contrata e ai se perguntam, será que esta é a maneira mais correta de ser um profissional, agindo de forma moralmente errada, tentando derrubar os colegas, chefes, concorrentes em muitas oportunidades usando até meios ilegais para obter o fim desejado, é neste contexto que se encontra a disciplina de ética e responsabilidade profissional. Está, entra na nossa vida, futuros administradores para passar a visão de como se ter uma conduta profissional adequada, ou seja, ser um profissional idôneo, acima de qualquer suspeita, aquele profissional que as empresas modernas buscam, sem vícios de conduta, um profissional moderno. Por este motivo se fez necessária o estudo da ética no trabalho que é o foco deste trabalho, assim como os profissionais devem ser éticos, as empresas teoricamente também, mas será que estas assim são? Será que elas fazem um bom uso das tecnologias e agem eticamente com seus colaboradores, clientes e fornecedores tanto do modo tradicional como na era digital? Vejamos a seguir.

ÉTICA NO TRABALHO

Conceito de ética

Mattos (2007, p.15), diz que ética é de origem grega (ethos) sendo um conjunto de regras e preceitos que serve como base para a construção de um sujeito com bom caráter.

Acrescenta ainda, que o ser humano é por natureza um ser ético, uma vez que é capaz de distinguir o bem e o mal e pode optar por fazer o bem em detrimento do mal. Logo, ele é responsável pela moralidade de seus atos.

Para Mattos (2007, p.118) a ética pode ser vista como um conjunto de princípios que rege e orienta a ação das pessoas e da sociedade.

Depreende-se ao estudar estas teorias que ética nada mais é que o estudo da moral e dos valores que regem a conduta das pessoas. Ética é um assunto que não é fácil de conceituar por ser algo que é muito abstrato, muito difícil de mensurar e ainda um assunto extremamente polêmico e que como este mexe com a conduta, no modo de agir e de pensar das pessoas, não é um assunto muito fácil de trabalhar.

Conceito de valores

Para Mattos (2007, p.13), o valor é descrito, não definido. Câmara (apud ZILLES et. al., 1992, p. 32) descreve valor como “o próprio ser, visionado racionalmente, numa perspectiva teológica, em livre posicionamento de conformidade dos dinamismos do ser com seus fins”. Já para Zilles (1992, p. 33), valor é a conjugação da liberdade com a exigência, com o desejo da vontade que quer o bem e clama para a sua realização.

Segundo Sá (1998, p. 21), o valor é uma expressão de um aspecto de aferição sobre o que se elege, escolhe ou atribui uma preferência (esse o sentido filosófico e que diverge daquele contábil, em que o valor é uma expressão de grandeza do fato patrimonial).

Para Vasquez (2011, p. 136), quando falamos em valores, temos presente a utilidade, a bondade, a beleza, a justiça, etc., assim como os respectivos polos negativos: inutilidade, maldade, fealdade, injustiça, etc. Em primeiro lugar, referir-nos-emos ao valor que atribuímos às coisas ou aos objetos, quer sejam naturais quer sejam produzidos pelo homem e, mais tarde, ocupar-nos-emos do valor com respeito à conduta humana e, particularmente, a conduta moral.

Vázquez (2011, p. 141), diz que o valor não é a propriedade dos objetos em si, mas a propriedade adquirida graças a sua relação com o homem como ser social. Mas por sua vez, os objetos podem ter valor, somente dotados realmente de certas propriedades objetivas.

Entende-se com as teorias acima descritas que valores são algo que está no íntimo do ser, que meios de agir ele escolheu para conduzir seus atos, suas atitudes, sua vida. Valores, assim como a própria ética, não é algo que seja tangível, está apenas no íntimo e é passível de diferentes julgamentos. Aquilo que é de valor para um ser pode não ser de mesmo valor para outro.

Mattos (2007, p.14-15), cita que os determinantes dos valores são família, escola, cultura, os meios de comunicação, grupos de companheiros, fatores pessoais e o tempo. Uma vez que somos seres sociais, nos relacionamos o tempo todo, dentro de nossos diversos papéis na sociedade e acabamos por nos influenciar por outras pessoas, por esta razão a teoria acima é realmente um fator determinante de nossos valores.

Ética no trabalho e profissão

Segundo Sá (1998, p.119), o conceito de profissão, na atualidade, representa: Trabalho que se pratica com habitualidade a serviço de terceiros, ou seja, prática constante de um ofício.

Este é um conceito básico que explica de forma sucinta e objetiva o conceito para profissão, ou seja, a prática constante de um ofício.

Segundo Mattos (2007, p.118), a ética pode ser considerada um conjunto de normas que determina a conduta das pessoas engajadas em atividades profissionais.

Para Nash (1993, p. 06), ética nos negócios é o estudo da forma pelo qual normas morais se aplicam às atividades e aos objetivos de uma empresa comercial. Não se trata de padrão moral separado, mas do estudo de como o contexto dos negócios cria seus problemas próprios exclusivos à pessoa moral que atua como um gerente deste sistema.

Segundo Mattos (2007, p.117), a busca por uma profissão já envolve a reflexão sobre como se deve proceder dentro do grupo profissional escolhido, isto é, todo corpo profissional deve seguir um conjunto de deveres, normas e regras inerentes à conduta profissional.

Mattos (2007, p.127) citando Glock e Goldin (2005) diz:

“a escolha por uma profissão é optativa, mas ao escolhê-la, o conjunto de deveres profissionais passa a ser obrigatório”.

De acordo com Sá (1998, p. 130), o que é natural, como ético, é que a profissão esteja a serviço social, quer das células, quer do conjunto indiscriminadamente.

Sá (1998, p. 131) nos diz que a ausência da responsabilidade para com o coletivo, gera consequência natural, a irresponsabilidade para com a qualidade do trabalho.

Para Sá (1998, p.136), todas as capacidades necessárias ou exigíveis para o desempenho eficaz da profissão é dever ético.

Segundo Sá (1998, p.137), a escolha da profissão implica o dever do conhecimento implica o dever da execução adequada.

Sá (1998, p.138), diz que o exercício de uma profissão demanda a aquisição de pleno conhecimento, o domínio sobre a tarefa e sobre a forma de executá-la, além da atualização constante e aperfeiçoamento cultural. Aceitar um encargo sem ter capacidade para exercê-la e uma prática condenável, em razão dos danos que pode causar.

Segundo Sá (1998, p. 139), buscar a perfeição na execução de uma tarefa e um dever profissional que depende do conhecimento e da aplicação plena do mesmo.

De acordo com Sá (1998, p.161), são virtudes básicas profissionais aquelas indispensáveis sem as quais não se consegue a realização de um exercício ético competente, seja qual for à natureza do serviço prestado.

Sá (1998, p.139) afirma que desconhecer, todavia, como realizar a tarefa ou apenas saber fazê-la parcialmente, em face da totalidade do exigível para a eficácia, e conduta que fere os preceitos da doutrina moral (ética).

Depreende-se que ética no trabalho seria o estudo da moral e da conduta do ser em seu meio profissional, como interage com os demais, seu nível de capacidade de lidar com as adversidades do convívio com vários indivíduos, ainda mais em um ambiente onde por natureza, cada um busca sempre um melhor espaço individual.

Também se entende que ética profissional é algo muito complexo. As teorias nos dizem que a atividade profissional primeiro deve ser bem escolhida, ou seja, não adianta eu querer ser um médico se não entendo nada de medicina, isso seria falta de ética se praticasse uma profissão a qual não se está apto. O profissional deve buscar prestar o serviço profissional sempre naquilo que tem maior aptidão, naquilo que poderá trazer maior retorno a instituição que o emprega, que lhe dará maior satisfação e que lhe trará retorno financeiro proporcional e também um bom convívio com o meio que está envolvido.

O profissional deve exercer sua profissão da melhor forma possível nos dizem os autores, fazer em parte ou não fazer é antiético.

Nash (1993, p. 3), diz que a atividade de ganhar dinheiro sempre teve uma aliança meio desconfortável com o senso particular de moralidade das pessoas.

Esta teoria demonstra lógica, uma vez que ganhar dinheiro sempre foi à busca do ser humano porque isso dá poder e poder é o que infelizmente e impensadamente, o ser humano busca por esta razão o autor cita que é desconfortável o senso moral das pessoas quando se fala em dinheiro.

Para Nash (1993, p.116), existem dois dilemas na ética dos negócios, o dilema agudo que é quando se tem situações que em que você não sabe qual é a coisa certa ou errada a fazer e o dilema da racionalização aguda que diz que existem situações em que você sabe o que é certo, mas deixa de fazê-lo.

Nesta teoria nos vemos diante do não saber o que é certo ou errado e dos casos em que se sabe o que é errado e se faz mesmo assim. Entende-se que se alguém sabe o que é errado e mesmo assim persiste tem culpa, age de forma imoral e sem ética. Já aquele que não sabe distinguir o certo e o errado é menos culpado por sua falha.

Sá (1998, p.144), diz que no exercício da profissão, o raciocínio para o social merece maior relevo, pois trabalhamos sempre para servir a alguém e, em função disto, extraímos o proveito para suprimento de nossas próprias necessidades.

Esta teoria é bastante interessante, ela diz que o profissional deve pensar sempre no todo, em servir, isso tem lógica, porém nosso egoísmo não nos deixa agir assim e se acaba agindo de forma imoral e sem ética. Em geral as pessoas não pensam desta maneira, e mais nossa cultura é de individualismo, acredita-se que isso seja assim até por estar-se em um mundo capitalista, onde como citado anteriormente a maturidade e a capacidade de ação de forma racional não é igual a todos.

Nash (1993, p.04), diz que embora muitos administradores estejam comprometidos com altos padrões éticos, muitos outros não estão convencidos de que a ética pode conciliar-se à economia, ou então encaram a moralidade como uma questão exclusiva de caráter pessoal.

Cita-se esta teoria por ela demonstrar o que muitos em nossa sociedade pensar que lidar com ética e dinheiro juntos é impossível, porém este é um dilema que é desafiador para nós que somos futuros administradores.

Sá (1998, p. 200), nos explica que honorários precisam, para garantia de boas relações de trabalho, ser tratados de forma clara, ostensiva, positiva, justa e prévia.

O mesmo autor nos diz também, que considerados os fatores que envolvam a caracterização da tarefa, as partes devem ajustar remuneração, previamente, evitando desgastes posteriores.

Este é um tema bastante delicado. Como falar em tarefa profissional versus salário. Nos dias de hoje a maioria das instituições já procuram formas de remuneração de seus colaboradores por merecimento, ou seja, você recebe aquilo que produz e que merece. Mas muita injustiça ainda ocorre por ambas às partes. Profissionais reclamam quando não teriam motivos, ou então empresas que pagam mal seus colaboradores, este com certeza é um dos pontos, mais polêmicos ainda em nossos dias porque na maioria dos casos o profissional diz que acha que deveria ganhar mais, a empresa diz que paga o que deveria, e cria-se então um novo dilema.

Código de ética na empresa

São normas e regras concretas criadas por profissionais com autoridade e reputação idônea da própria organização ou empresa contratada que visam um bem comum.

Infrações previsíveis e sanções

O código de ética tem caráter orientador, assim como punitivo ou sancionador, por isso muitas vezes segue o modelo dos códigos penais, sendo necessário especificar o delito e posteriormente a pena estabelecida que possa ir de simples advertência a suspensões e exclusões.

Necessidade de um código de ética

É fato que empresas vencedoras e com resultados relevantes tem em comum na sua gestão a adoção de padrões e normas que estabelecem uma melhor forma de controlar seus processos, colaboradores visando maior eficiência do negócio, com base nessa necessidade a implantação de um código de ética é primordial e atualmente um método reconhecido como fator essencial para sobrevivência das organizações.

Mercado

Dado a sua relação com a responsabilidade social e empresarial, governança corporativa, relacionamento com *Stakeholders* (parte interessada) e manutenção dos ativos intangíveis, a implementação do código de ética surge como um imperativo, tornando-se imprescindível em virtude dos inúmeros organismos e certificações centrados no tema.

Benefícios esperados

Em face ao melhor relacionamento tanto interno quanto externo, na empresa podemos relacionar alguns benefícios que são esperados com a sua devida implantação na organização.

Sendo os que seguem:

- Enfatizar os valores e comportamentos éticos;
- Melhorar as relações interpessoais no trabalho, e conseqüentemente o clima laboral;
- Conscientizar o corpo funcional e diretivo sobre a importância de promover comportamentos éticos;
- Disseminar comportamentos considerados desejáveis pela organização;
- Diminuir a exposição da empresa a riscos de imagem e trabalhistas;
- Alinhar a organização as práticas já adotadas pelo mercado;
- Atender exigências legais.

Vantagens e desvantagens

Abaixo segue o quadro descritivo dos principais vantagens e das possíveis desvantagens na adoção de um código de ética na empresa.

Vantagens	Desvantagens
<ul style="list-style-type: none"> - Fornecer critérios ou diretrizes para que as pessoas descubram formas éticas de se conduzir; - Garantir igualdade na forma de encaminhar questões específicas; - Estimular comprometimento de todos os colaboradores; - Aumentar a integração entre os funcionários da empresa; - Proteger interesses públicos e de profissionais que contribuem para a organização; - Agregar valor à imagem da empresa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Implantar um código de ética encomendado e engavetado; - Atribuir ao código de ética “efeito pacote”; - Ocorrer inconsistência e incoerência entre o que está disposto no código de ética e o que se vive na organização.

Fonte: http://wiki.bb.com.br/index.php/Sinapse/Rela%C3%A7%C3%B5es_com_Funcion%C3%A1rios_e_Entidades_Patrocinadas/Conhecendo_o_Programa_Gest%C3%A3o_da_%C3%89tica_no_Banco_do_Brasil.

Estruturações do código de ética

Uma possível estrutura de implantação de um código de ética pode seguir, por exemplo, um modelo de quatro etapas:

Etapa 1: Comunicação:

Conjunto estruturado de ações de comunicação destinado a esclarecer o corpo funcional sobre o programa de gestão da ética, divulgação do tema ética e assuntos relacionados.

Etapa 2: Capacitação:

Ações de capacitação, que podem ser presenciais ou auto instrucionais, sobre ética e temas correlatos para o corpo funcional.

Etapa 3: Estruturas operadoras e de controle

Essas estruturas podem ser subdivididas conforme características, viabilidade e necessidades da organização, tendo como uma das principais responsabilidades a deliberação sobre eventuais desvios. Na maioria das vezes são formados por representantes do corpo diretivo, gerencial e até mesmo funcionários eleitos pelos demais colegas.

Etapa 4: Principais tarefas do responsável pela elaboração do código de ética

- Definir a missão e os valores fundamentais da empresa
- Listar os principais dilemas de cada departamento
- Definir cargos responsáveis pela solução desses dilemas
- Definir os limites de atuação de cada nível hierárquico
- Divulgar o documento para o público interno e treiná-lo
- Fazer revisões periódicas para adaptar o código de ética e novas situações.

Ética e marketing

A ética dentro do conceito de marketing visa conhecer o processo e as necessidades e desejos do consumidor desenvolvendo uma relação harmoniosa, devendo atingir todos os itens do composto marketing. Isso implica em um processo no qual o oportunismo e a ganância não se sobreponham ao objetivo claro dessa relação, que é o de satisfazer a demanda real, e não impor o consumo, nunca transformar em necessidade o que é supérfluo.

Conforme o conceito básico do marketing, tendo como principal objetivo satisfazer as necessidades humanas através de um processo de troca em longo prazo, oferecendo produtos, serviços e ideias. Na simples função de atendimento deste conceito, a ética seria garantir apenas o cumprimento do mesmo em suas etapas, como abaixo:

- **Produto:** garantir a qualidade de seus produtos de forma que atenda as principais necessidades do cliente e seja durável.
- **Preço:** garantir que o valor do produto esteja de acordo com o mercado, não visar somente o ganho da empresa.
- **Praça ou distribuição:** o ponto de venda deve atender as necessidades do cliente e não visar somente o consumo. A linguagem do vendedor deve sanar as dúvidas do consumidor e não somente sua comissão;
- **Promoção:** a divulgação do produto deve ser verdadeira de forma que não cause ilusão ao consumidor, vender o produto ou divulgá-lo para o seu verdadeiro fim.

Atendendo os requisitos básicos em todas as etapas, teríamos um cenário ideal, porém se houver algum erro no processo a empresa pode estar agindo de uma forma incorreta, sendo responsabilidade da mesma garantir o processo desde a fabricação até seu consumo efetivo.

Deveres no exercício cotidiano da profissão

Portanto e de acordo com o código de ética no marketing é dever do profissional da área:

- Aceitar todas as responsabilidades inerentes à atividade profissional;
- Buscar com diligência os resultados de natureza material ou institucional que tenham sido estabelecidos na estratégia de marketing da instituição a qual trabalhe;
- Manter sigilo absoluto sobre qualquer informação que não seja de caráter público;

- Não apresentar como seu – total ou parcialmente – o trabalho de outra pessoa.

Ética na propaganda

Podemos dizer que a propaganda por sua vez, tem a finalidade de informar, sugerir o consumo ou compra e provocar reações do público. É um modo específico de apresentar informação sobre um produto, marca, empresa ou política que visa influenciar a atitude de uma audiência para uma causa, posição ou atuação. Os anúncios têm impacto profundo sobre as pessoas, em termos de compreensão do mundo e de si mesmas no que tange a valores, escolhas e comportamentos. Conforme Lei 4.680 e decreto 57.690, a propaganda é regida por lei e deve respeitar os interesses da sociedade, respeitando-a e responsabilizando o anunciante e a agência pelos atos irregulares dentro da mesma, tanto no que diz referência a concorrência como também aos males causados diretamente ao usuário devido ao uso do produto ou serviço anunciado.

Porém de acordo com Cunningham (*apud* DRUMWRIGHT e MURPHY, 2004, p.8) o estudo de ética na propaganda é definido como "o que é correto ou bom na conduta da função de propaganda. A preocupação do que deve ser feito não se limitando ao que diz a lei.", ou seja, diferentemente de estar normatizado a moral deve prevalecer nem sempre ações corretas são verdadeiramente justas.

Agências fiscalizadoras

Para garantia da concorrência leal e em defesa do consumidor os órgãos abaixo foram criados para regulamentar o Marketing e a propaganda, conforme segue:

- CONAR. Conselho Nacional de Auto-Regulamentação Publicitária;
- AMPRO. Associação do Marketing Promocional;
- ABEMD. Associação Brasileira de Marketing Direto;
- SBPM, ANEP, ABIPME. Código Internacional para a Prática da Pesquisa Social e de Mercado, adotados pelas associações de pesquisa brasileira.

Ética em vendas

Segundo Oliveira et al. (2010, artigo Ética em vendas), “a ética de vendas é um instrumento que pode ser utilizado para o bem ou para o mal, podendo obter resultados benéficos ou prejudiciais, caso sejam ignorados os critérios éticos. Por característica ética em vendas implica uma poderosa força de persuasão, chegando a modelar atitudes e comportamentos.”

Nos dias atuais, o profissional de venda tem livre acesso a informações importantes que em algumas vezes são sigilosas, tanto da empresa quanto do cliente. Com isso as empresas estabelecem normas éticas para padronizar a conduta de seus profissionais de venda seja no convívio interno ou no relacionamento com o consumidor e concorrente.

Oliveira et al. (2010, artigo Ética em vendas) define:

A ética em vendas concretiza-se em vários aspectos: nos motivos apontados pelo profissional de venda, na veracidade da informação, na sinceridade sobre as limitações dos produtos ou serviços, no respeito aos concorrentes, mas, sobretudo na ênfase dada à necessidade real do comprador em relação ao objetivo de venda ou da prestação dos serviços.

Diretrizes éticas em vendas

Oliveira et al. (2010) ainda acrescenta que dentro da organização são estabelecidas diretrizes éticas, nas quais os profissionais de venda devem basear-se, abaixo segue alguns exemplos:

O profissional de vendas deve ter uma postura ética frente ao cliente, não induzindo a decisão de compra errada.

Na apresentação dos produtos deve-se utilizar de informações comprováveis e sempre mencionar a fonte de origem.

Quanto à propaganda do produto, as ofertas devem ser claras e completas, de forma que esclareça o cliente quanto a preço, formas de pagamento, taxas eventuais de contrato.

Diante do consumidor o vendedor torna-se responsável para esclarecer dúvidas que possam surgir no momento da compra, auxiliando o consumidor a identificar a sua real necessidade e benefícios que o produto pode proporcionar a ele.

Conforme Arruda (2000, página 82 a 86) a ética se divide em fases, sendo as que seguem:

- **Em relação à concorrência:** Um vendedor criterioso é reconhecido por uma atitude transparente e delicada em relação aos concorrentes, em especial quando se trata de produtos novos e desconhecidos. Sua conduta ética predispõe o comprador a receber sua visita, sua argumentação e suas ofertas com muito mais consideração.
- **Contribuição da propaganda ética:** A propaganda serve como suporte à atividade de vendas e para o próprio vendedor, é enriquecedora a oportunidade de relacionar-se com um público diversificado, o que lhe exige constante aprimoramento e agilidade intelectual. Por essa razão, também, suas atitudes implicam responsabilidade social.
- **Venda ética em fase do consumismo:** Em termos éticos, o consumismo configura um desvio de comportamento, porque a ânsia de ter obnubila à capacidade de avaliar a real necessidade do bem ou serviço, em detrimento de outros valores inerentes ao ser humano.
- **Ética do profissional de vendas:** O profissional de vendas deve se preocupar com a consistência de seus argumentos, evitando comover e chocar deliberadamente o consumidor com apelos que parecem suaves, mas que de fato podem expor crianças e jovens à pornografia, à exaltação da violência, corrompendo seus valores morais. Espera-se de um profissional de vendas o compromisso de nunca usar a tática de mentir, enganar ou roubar, nem intencionalmente envolver a entidade representada.
- **Ética no marketing direto (ética em televendas):** Marketing direto é um sistema interativo que usa uma ou mais mídias para obter uma resposta ou transação mensurável em algum lugar. Uma das maiores habilidades de um vendedor é saber ouvir seus clientes. Com efeito, o consumidor tem a expectativa de trocar ideias e eventualmente ser aconselhado, ou apenas ouvir a opinião do vendedor. Isto revela especialmente no marketing direto, tão propalado hoje em dia.
- **Vendas em contexto de pais em desenvolvimento:** A venda pessoal guiada por normas morais leva ao desenvolvimento integral do homem e do bem comum, apoiando honesta e eticamente uma competitividade responsável.

Conforme as condições socioeconômicas e culturais do consumidor ou comprador, o respeito pede que não sejam feitas promessas de difícil cumprimento em termos de prazo, desempenho de produto ou assistência técnica.

Principais diretrizes da conduta ética

- Desencorajar o recebimento de presentes;
- O setor de vendas deve definir um valor monetário adequado tanto para ser oferecido por vendas como para ser recebido por compras, sob a forma de presentes ou brindes;
- Evitar pagamento bilateral para almoços de negócios;
- Evitar descontos diferenciais conforme o cliente/empresa.

Consequências de atitudes antiéticas

Fraude e disfarce são palavras comuns em negociação, podendo assumir diferentes formas tais como:

- 1) Adulteração de uma posição perante o oponente;
- 2) Befe;
- 3) Fraude;
- 4) Falsificação;
- 5) Exposição seletiva ou adulteração de elementos.

Ao se analisar porque algumas pessoas usam comportamentos antiéticos, a primeira coisa que ocorre é acreditar que as pessoas são corruptas, degeneradas ou imorais. Na verdade, essa análise é muito simplista. Além disso, ela não ajuda a entender e controlar o próprio comportamento, ou influenciar e prever com sucesso o comportamento do outro em um ambiente de negociação.

Segundo Vilhena (2003, artigo Ética nas negociações comerciais) “A dificuldade em ser ético em vendas é justamente discernir sobre o que é certo e errado”. Uma regra de grande validade nestes casos é posicionar-se no lugar da pessoa que estará sendo afetada por seu ato. Quer seja um empregador, um colega, um concorrente ou um cliente, é preciso observar a questão sob o ponto de vista do outro.

Duas alegações clássicas que são feitas pelo vendedor:

- 1ª. alegação:** esse é o menor preço pelo qual podemos vender esse produto;
- 2ª. alegação:** você não encontrará nada melhor (ou mais barato) no mercado.

E duas alegações clássicas que são feitas pelo comprador:

- 1ª. alegação:** esse preço supera nossa percepção quanto ao valor de sua oferta;
- 2ª. alegação:** já pesquisei e encontrei outras ofertas melhores do que a sua.

Segundo Azevedo (2008, artigo Fechando a Venda com ética) “Devemos ser éticos com nós mesmos, com nossa profissão e principalmente com a nossa carteira de clientes, uma venda bem feita é construída como um edifício, laje após laje, o esqueleto deve ser finalizado, para que somente depois comecemos a levantar as paredes, para que no fim possamos dar o acabamento, sem esquecer é claro que de tempos em tempos, devemos verificar se tudo está bem com a estrutura, se existem rachaduras, infiltrações, curtos na fiação elétrica, enfim,

construa sua carteira de clientes com solidez, com clientes reais, satisfeitos, embasados em decisões de compra verdadeiras, pois assim, sua jornada será menos árdua, e você terá seus clientes sempre se lembrando de você e trabalhando em seu favor, não se esquecendo de sempre manter contato e realizar um perpétuo pós-venda, pois é a sua imagem profissional que está em questão”.

Ética em finanças

Na área financeira, é muito comum que os profissionais atentem para a ética em finanças apenas no momento em que grandes escândalos acontecem. O que acaba sendo uma prática incorreta, pois as transações financeiras necessitam estar apoiadas em regras e comportamentos morais para que não se transmita a impressão de oportunismo para os cidadãos, empresas e instituições financeiras.

Diferentemente da administração financeira, que busca os meios, na ética busca-se os fins e o objeto, as circunstâncias e as consequências geradas pela falta de ética. Essas consequências devem ser estudadas pelo administrador financeiro antes de escolher uma opção que maximize a riqueza dos seus clientes, sem ferir no que ele julgue correto ou ético.

Os administradores financeiros, corretores ou instituições devem agir de maneira responsável, honesta e ter um comportamento ético para atrair a confiança dos clientes, para isso o ideal é que eles se baseiem pela ética das virtudes.

As virtudes são elas: liberalidade, magnificência, prudência, veracidade e austeridade.

Agir desta maneira, na área de finanças, não acarretará em geração de lucros, porém fidelizará o cliente e dará credibilidade ao administrador financeiro, que deverá sempre ser sincero com seu cliente, informando-o as condições aplicáveis através de diferentes situações, deixando-o livre para tomar suas decisões. Outro fator importante é o fato de os administradores financeiros não usarem seu poder para tomar uma decisão por capricho, o mesmo deverá analisar a situação do cliente, avaliar responsabilmente, e somente após este processo, verificar se o cliente merece ou não uma autorização de crédito, por exemplo. O bem comum princípio e conceito tipicamente ético deverão prevalecer, neste caso, e em todos os outros casos cabíveis às instituições financeiras.

O comportamento ético, através da ética das virtudes, em uma administração financeira, deve ser utilizado de maneira global, por todos os colaboradores, desde a alta diretoria, até o cargo mais simples. Todos devem viver todas as virtudes morais, não apenas as mencionadas no código de ética ou guias de conduta.

Dessa maneira, o mercado financeiro será mais valoroso e atraente para investidores, pessoas e organizações.

Ética na administração financeira

Existem diversos pontos na área financeira de uma organização que devem ser considerados éticos. Naturalmente conforme citado antes exigem certos princípios, mas para a execução da atividade financeira de uma organização devem-se ser identificados cinco pontos principais:

- **Informação correta e imparcial** - As informações deverão sempre ser claras e reais, pois caso haja uma omissão de informação poderá ocasionar um problema ético assim para os demais gerando comportamentos inesperados no mercado de capitais e poderá atingir nas ações estratégicas da organização.
- **Restaurar a confiança** - O administrador financeiro tem a função principal de passar confiança para a economia, e para que os *stakeholders* e *stackholders* não se iludam por um ganho financeiro rápido.
- **Gestão de riscos** - Todo novo investimento gera risco e precisa ser bem administrado, pois a organização precisa estar preparada para eventuais ocasiões negativas. A empresa deverá garantir sempre a rentabilidade estabelecendo a segurança e se precaver da forma mais precisa.
- **Concepção dos objetivos de finanças** - Como as organizações dependem dos capitais de terceiros, preocupam-se muito com a maximização de lucros dos interesses dos acionistas, mas devem considerar o bem-estar dos demais, desenvolvimento de seus colaboradores e na sociedade em que esta inserida.
- **Sentido ético geral da sociedade** - Alguns investidores priorizam as empresas em que praticam projetos ou ações sociais fora do ramo de seu interesse, outros se dirigem principalmente as organizações em que se preocupam com os impactos que o negócio pode causar na sociedade e no que trará de benefícios como a lucratividade e se atenderá as necessidades dos clientes sendo assim atraindo diversos tipos de investimentos. A organização seguindo estas exigências dos acionistas a empresa se tornará mais atraentes para novas aplicações e se tornará uma empresa ética e com credibilidade.

Ética em finanças no mercado

Hoje existem diversas políticas e normas que tratam do tema ética, mas tempos que salientar que todo ser humano tem interesse sobre as coisas. Em finanças as informações privilegiadas sigilosas estão nas mãos de indivíduos eticamente corretos? Como saber que alguém que trabalha em setores financeiros está sendo sinceros legais e condizentes com a ética da empresa e em finanças.

Analisamos hoje que só aparecem os grandes escândalos quando alguém que age eticamente correto coloca na sociedade o tema, ou o "furo" que nunca antes havia sido citado, ou mesmo sendo ocultado de todos, para evitar problemas.

Cada empresa que trabalha com área financeira, bolsa de valores, entre outros, deve colocar ao seu cliente e funcionário, qual a forma correta sobre as diversas condições para as operações, passando tranquilidade.

Códigos de ética e conduta devem ser seguidos não pelos colaboradores da empresa, mas também pelos seus superiores, sendo assim todos estão voltados ao mesmo foco, buscando a valorização dos seus clientes, colaboradores e da organização em geral.

Instituições financeiras têm grande influência na sociedade, na vida dos clientes, pois ajudam a decidir e a criar sonhos aos clientes, se não há ética neste segmento de finanças, os clientes não realizam o que procura e a própria instituição não se mantém em virtude da falta de ética. Com a quantidade elevada de informações importantes, comprometem a confiança e também a estabilidade do sistema de finanças. O risco nesta questão de finanças é muito alto, mesmo que em alguns casos membros mais elevados da empresa tenham concordado, e quando há problemas e perdas, a responsabilidade se volta somente a quem realizou a operação e correu risco. Em muitos casos o setor financeiro de um banco ou mesmo empresa subestima alguém que por mais simples que seja possa aplicar grande quantidade de valores e até mesmo contribui para o crescimento da empresa, perdendo um bom cliente ou colaborador.

Ética na gestão de pessoas

O tema "ética na gestão de pessoas", nunca esteve tão em alta como nos dias atuais, as empresas estão tendo que se atualizar sobre o assunto que está cada vez mais integrado com a gestão nas instituições.

O que realmente está faltando são gestores líderes em suas equipes, que consigam tratar com naturalidade o tema, que não usem isso como oportunismo utilizando a ética como base nos relacionamentos.

O ideal é que a ética seja intrínseca na organização utilizando da moralidade e não simplesmente como cumprimento de uma legislação. A criação de código de ética próprio da empresa é uma ferramenta importante e proporciona processo profissional.

A ética está ligada a toda vida profissional do colaborador, desde a sua contratação, passando pelo tempo de trabalho até o seu desligamento da empresa, isso envolvem muitos fatores, citaremos alguns a seguir:

CONTRATAÇÃO	PERMANÊNCIA	DESLIGAMENTO
Ser clara sobre a visão, cultura e missão da empresa	Ética na questão de remuneração	Cumprir suas funções sem boicotes, ameaças ou trabalhos mal feitos
Não haver discriminação por raça, tipo físico, situação socioeconômica	Busca de atualização e novos conhecimentos	Utilizar critérios claros para demissão por desempenho
Não usar de poder para desclassificar candidato em benefício de outro	Clima organizacional saudável	Pagamento de todos os direitos dos colaboradores

Fonte: próprio autor.

Segundo Farah (2004, p.119-121), os critérios para uma avaliação justa durante a permanência do colaborador são: regras escritas, divulgação das regras, vinculação às normas, igualdade, meritocracia, objetividade, consistência, fundamentação da avaliação, comunicação da avaliação, prazo para reflexão e direito de apelação.

Outro seguimento muito importante na gestão de pessoas são os casos dos estagiários, o objetivo do estágio é estabelecer uma forma de aprendizado na prática, mas no Brasil a maioria das empresas utiliza os estagiários para as mesmas funções dos seus colaboradores efetivados, então o papel da organização deve ser de incentivar o aprendizado, colaborando para a formação de um profissional capaz de ter uma conduta ética.

A empresa que utilizam estagiários deve saber o seu grau de importância na formação desse profissional, o exemplo de conduta provavelmente será seguido durante o desempenho de sua função.

Estamos em um momento onde as organizações que não são transparentes não conseguem colocação no mercado, a exigência por honestidade, lealdade e competência são valores indispensáveis para as empresas que pretendem manter se no mercado.

O comprometimento com as pessoas, com o meio ambiente e com a comunidade onde está inserida, fazem parte da receita de sucesso de uma organização.

Responsabilidade social empresarial

A Responsabilidade Social Empresarial ganhou notoriedade das organizações perante seus *stakeholders* (partes interessadas). A importância deve-se principalmente em razão do fenômeno chamado “globalização”, definida por *Stuart Hall* como um processo multidimensional de integração social, econômica, política e cultural, decorrente da interconexão de todas as regiões e comunidades do planeta Terra por sistemas de comunicação on-line em tempo real, cujo resultado deve-se primeiramente aos avanços na tecnologia da informática.

No início da década de 1970 o conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE) estava relacionado estritamente ao retorno do capital empregado pelos acionistas das empresas, com foco apenas em retorno financeiro. Na década seguinte este conceito é ampliado onde não só o acionista da empresa se beneficia com a instituição, contemplando retorno para os acionistas, empregados e toda a comunidade.

Com a evolução do conceito de RSE na década de 90 as empresas passam a buscar o desenvolvimento sustentável, atendendo as necessidades do presente sem comprometer as das gerações do futuro, se preocupando com o meio ambiente e natureza, retribuindo à sociedade onde atua e apoiando os governos e sociedade desenvolvendo conceitos e ações de sustentabilidade.

Segundo Carnegie (1899), o princípio do zelo, estabelece que:

O papel da empresa é também aumentar a riqueza da sociedade, por meio de investimentos prudentes e uso cauteloso dos recursos sob sua responsabilidade.

Percebe-se que a economia global exige das organizações a adoção de padrões éticos e morais mais perenes, dada a necessidade de se manter uma boa imagem perante o público, e que estes padrões tendem a se tornar cada vez mais homogêneos e rigorosos.

As organizações atuais precisam aprender de forma urgente a equilibrar a necessidade de obtenção de lucro, possuir comportamento ético e envolver-se em atividades de responsabilidade social, principalmente nas comunidades em que atuam. Além disso, atenção e atualização constante frente a novas tecnologias de informação, quanto às formas com que são concebidos e comercializados os produtos, exige das organizações um esforço acentuado por lidar com questões éticas e com particularidades ligadas à diversidade cultural reinante entre os povos.

Inúmeros processos de mudança sejam, no Estado ou na sociedade civil, reforçam a atenção dispensada à ética e à responsabilidade social das organizações diante dos inúmeros problemas que afligem a sociedade, criando um ambiente dinâmico e um diferencial competitivo fundamental para as empresas capacitadas e preparadas para atuar nesta área, uma vez que o seu papel social está sendo repensado. É imperativa a necessidade das organizações adotarem uma visão de mundo e um valor cultural antes restrito apenas a outras áreas da sociedade, a saber: é preciso agir de maneira correta com o próximo (cliente, funcionário, acionistas, comunidade, meio ambiente, fornecedor).

A responsabilidade social “é vista como um compromisso da empresa com relação à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas de seu desempenho baseado na apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem.”

Na visão socioeconômica defendida pelo economista Paul Samuelson as empresas devem buscar além do lucro, a proteção e a melhoria da qualidade de vida das comunidades em que elas estão inseridas e da sociedade como um todo. Alguns pontos importantes como a melhoria do clima das organizações socialmente responsáveis – gerando um ambiente de idealismo e de valorização da própria empresa por seus empregados, resultando em aumento da produtividade – e o crescente interesse por parte de investidores na aquisição de ações destas empresas são fortes argumentos dos defensores da Responsabilidade Social Empresarial.

Em 2010, houve a publicação da norma internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social. A ISO 26000 tem-se por uso voluntário e não de apropriação de certificação onde se expressa o desejo e o propósito das organizações incorporarem considerações socioambientais em seus processos decisórios e a responsabilizar-se pelos impactos de suas decisões e atividades na sociedade e no meio ambiente.

A norma fornece orientações para todos os tipos de organizações, abordando os seguintes conceitos:

- Conceitos e definições referentes à responsabilidade social;
- Características da responsabilidade social;
- Princípios e práticas relativas à responsabilidade social;
- Os temas centrais referentes à responsabilidade social;
- Integração, implementação e promoção de comportamento socialmente responsável por meio de suas políticas e práticas;
- Identificação e engajamento de partes interessadas;

- Comunicação de compromissos, desempenho e outras informações referentes à responsabilidade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou demonstrar de maneira clara a importância da ética na vida das pessoas e também das organizações, buscou evidenciar a importância da ética frente ao trabalho, confrontando a ética nos negócios desde sua contextualização até mesmo sua inter-relação entre as diversas funções empresariais.

A ética no trabalho traz-nos a reflexão de como devemos agir de maneira ética e moral no nosso dia a dia profissional não deixando sobrepor os vícios frente às virtudes, o mal sobre o bem. Desta maneira podemos conduzir nossas atividades profissionais com lealdade aos colegas e clientes bem como, à empresa. Acrescenta ainda o presente artigo a importância das organizações adotarem um código de ética empresarial que é conceituado como as normas e regras concretas criadas por profissionais com autoridade e reputação idônea da própria organização ou empresa contratada que visam um bem comum. Neste contexto o código de ética regula a atividade profissional frente aos clientes e fornecedores bem como a organização frente aos seus colaboradores. Sendo este, uma vez adotado, que norteará seus colaboradores numa trajetória profissional de forma ética e moral.

Ao abordar sua influência no marketing, acrescenta que a ética dentro do conceito de marketing visa conhecer o processo e as necessidades e desejos do consumidor desenvolvendo uma relação harmoniosa, devendo atingir todos os itens do composto de marketing. Demonstrando que a empresa que age de forma ética nos seus processos de marketing empresarial é reconhecida pelo mercado e em longo prazo obtêm grande aumento na sua lucratividade.

O estudo passa pelas funções de vendas, finanças e de gestão de pessoas fazendo um paralelo da forma de atuar eticamente com sua clientela no caso das vendas, fidelizando estes e dando exemplos de condutas éticas e antiéticas neste processo de venda. Salienta que nas vendas muitas empresas agem ainda de forma antiética “empurrando” seus produtos aos clientes, tendo retornos financeiros de curto prazo, porém no longo prazo acabam perdendo estes clientes ao perceberem que foram “enrolados”.

Nas finanças o texto evidencia que a ética esta diretamente relacionada com o sucesso financeiro das organizações, pois, uma organização que age de forma transparente e de forma ética frente aos seus *stakeholders* (partes interessadas) obtêm retornos em forma de

investimentos destes, que aumentam seus investimentos nas organizações por entender que a empresa é segura para fortalecer seus investimentos.

Com relação a ética na gestão de pessoas, o artigo em tela ratifica que a empresa deve agir de forma ética e de acordo com seus códigos de conduta desde o momento da contratação do profissional passando pela permanência deste na empresa até seu desligamento.

Fechando o presente artigo é demonstrado que para as organizações não basta apenas agir de forma ética, mas também é importante desenvolver suas atividades com responsabilidade social, pois, a responsabilidade social é vista como um compromisso da empresa com relação à humanidade em geral, e uma forma de prestação de contas de seu desempenho baseado na apropriação e uso de recursos que originalmente não lhe pertencem. Desta maneira as organizações conseguem de forma ética e com responsabilidade social perpetuarem sua existência, objetivo de qualquer organização.

REFERÊNCIAS

- ARRUDA, MARIA CECÍLIA COUTINHO DE; Fundamentos de Ética Empresarial e Econômica, 4ª edição, São Paulo: Atlas, 2009.
- AZEVEDO, FÁBIO; Artigo Fechando a Venda com ética, publicado em 27 de fevereiro de 2008.
- DRUMWRIGHT e MURPHY; 2004, p.8 Journal de Marketing V58 p 1-19 1994
- FARAH, FLÁVIO; Ética na Gestão de Pessoas: uma visão prática. São Paulo: Edições Inteligentes 2004.
- GURGEL, CLÁUDIO; RODRIGUEZ, MARTINS VICENTE RODRIGUEZ Y; Administração: elementos essenciais para a gestão das organizações, São Paulo: Atlas, 2009.
- KOTLER, PHILIP. Princípios de Marketing. Rio de Janeiro: 1999
- MATTOS, AIRTON POZZO DE; Ética e Responsabilidade Profissional, Curitiba: IESDE, 2007.
- MEIRA, PAULO RICARDO; OLIVEIRA, RENATO. Comportamento do Cliente. Pelotas: EDUCAT, 2004. 452p.
- NASH, LAURA L; Ética nas empresas: Boas intenções a parte, Makrom Books, 1993.
- OLIVEIRA, ALEXANDRO GONÇALVES; ALVES, APARECIDA; SILVA, JOSEANA GONÇALO DA; Artigo Ética em vendas, publicado em: 24/08/2010.
- SÁ, ANTÔNIO LOPES DE; Ética Profissional, 2º edição, São Paulo: Atlas, 1998.
- Site: <http://www.implantandomarketing.com/etica-na-pesquisa-de-mercado> (consulta em 13/06/2012).
- Site: <http://www.redactor.com.br/downloads/artigos/23.pdf> (consulta em 13/06/2012).
- Site: <http://www.selecoes.com.br> acesso em 26/05/2012 às 16h30min.

Site: http://www.wandrade.com.br/prof/etica_psq_mkt.ppt (consulta em 13/06/2012).

Site: <http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/fechando-a-venda-com-etica/21445/>, pesquisado em 16 de maio de 2012.

Site: <http://www.artigonal.com/>, pesquisado em 30 de maio de 2012.

Site: <http://www.institutomvc.com.br/>, artigo ÉTICA NAS NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS, autor JOÃO BAPTISTA VILHENA, pesquisado em 30 de maio de 2012.

STONER, J. A. F.; FREEMAN, R. E. Administração. Rio de Janeiro: Prentice-Hall do Brasil, 1999.

VÁZQUEZ, SANCHEZ ADOLFO; Ética. 32ª edição, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

VILHENA, JOÃO BAPTISTA; MEINBERG, JOSE LUIZ; Artigo Ética nas Negociações Comerciais, publicado em julho de 2003.

Observação - Este trabalho foi desenvolvido com a colaboração dos seguintes acadêmicos do Curso de Administração: Aline dos S. A. Carneiro, Amanda D. da Silva, Ana Maria Macagnan, Ana R. da S. Iankoski, Andreia T. S. dos Santos, Angela D. de Souza, Cassius D. R. Ferrao, Cintia de Q. Oliveira, Dalton E. R. de Souza, Ederson T. Meneghini, Eduardo de Lima Fraga, Elington F. Foppa, Fernando S. Louzada, Francini L. Santos, Gabriel M. M. de Souza, Glenio P. Sant'ana, Henry S. Bittencourt, Joao A. S. de Castro, Joao R. P. Silva, Jocelaine de Andrade Hahn, Leandro T. Machado, Leonardo D. Echevengua, Lisandro F. Mello, Luiz Eduardo S. Freitas, Monica D. Souza, Nadia Ayres Faleiro, Paulo J. C. Duarte, Rafaella N. da Silva, Rodrigo C. V. Fryga, Sandro Schwengber, Silvia M. de Campos, Simone S. Jacobsen, Tiago A. de Freitas e Vanessa Trasel.

O “DIREITO SUMULAR”: UMA BREVE ANÁLISE DE SUAS CARACTERÍSTICAS E DE SUA (IN)ADEQUAÇÃO FRENTE AO PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL

Simbard Jones Ferreira Lima¹



Revista Ciência e Conhecimento – ULBRA/São Jerônimo

RESUMO - o crescimento do poder sumular, inclusive com força vinculante a todos os órgãos da administração pública, tem gerado grandes debates. O presente ensaio pretende demonstrar, mesmo que de força despreziosa, algumas das características do modelo brasileiro, de matriz romano-germânica, a fim de demonstrar o comprometimento da fundamentação que embasa a vinculação sumular, principalmente em razão dos vários fatores que acabaram por gerar enfraquecimento da ideia substantiva do modelo positivista, agora revisitada com o estabelecimento da súmula vinculante.

Palavras-chave: Positivismo. Hermenêutica. Súmula vinculante.

ABSTRACT - growth sumular power, including binding force on all bodies of public administration, has generated great debates. This essay aims to demonstrate, even though unpretentious strength, some of the characteristics of the Brazilian model, Roman-Germanic mother in order to demonstrate the commitment of the reasoning that underlies the sumular binding, mainly because of several factors that have generated weakening of the idea of the positivist model, now revisited with the establishment of binding precedent.

Keywords: Positivism. Hermeneutics. Binding precedent.

1 - Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. Curso de Direito. São Jerônimo, RS. Brasil.

Dados para correspondência

Simbard Jones Ferreira de Lima
Rua Monteiro Lobato, nº 147, Sol
Nascente, Triunfo, RS, Brasil.
CEP 95840-000
E-mail: jones.lima@ibest.com.br

Recebido em: 08/12/2013.
Revisado em: 10/03/2014.
Aceito em: 20/05/2014.

Área: Desenvolvimento humano.

INTRODUÇÃO

Instaurou-se, na atualidade, significativa discussão relativa à necessidade de efetividade da prestação jurisdicional e sobre os meios aptos a alcançar tal desiderato. A discussão eclodiu, ao que tudo indica, principalmente, em razão da morosidade processual até então verificada, o que se justificara, principalmente, pela persecução de certeza (acertamento), mas que acabou por se confundir com burocratização e rigorosismo formal.

A vinculação a precedentes sumulados tem sido um dos “remédios” encontrados para fazer frente à necessidade desta celeridade na prestação jurisdicional. Porém, tal medida tem encontrado muita resistência em vários setores, principalmente na doutrina, que acena para incompatibilidade da vinculação obrigatória das súmulas com o ordenamento jurídico pátrio.

Não é desconhecido que nas últimas décadas, na busca de melhoramento do sistema processual pátrio, houve uma aproximação expressiva a instrumentos vinculados ao sistema *Common Law*, o que teve seu ápice com a positivação da súmula vinculante, através da edição da Emenda Constitucional nº 45/2004.

Entretanto, tal fenômeno de estabelecimento de hermenêutica vinculante, culminando com a imposição aos demais órgãos da administração de suas decisões sumuladas, para muitos, trata-se de mera uniformização do Direito²⁹. Enquanto que os opositores manifestam-se no sentido de que em muitos casos a imposição sumular representaria criação de normas abstratas e genéricas, atribuição precípua do Poder Legislativo³⁰, além de que restaria violada a autonomia judicial.

Neste passo, impõe-se uma reflexão sobre o tema, até porque mudaram os paradigmas que davam sustentação à visão reducionista que nisto era exteriorizada, tendo em vista a sociedade ter sido objeto de reestruturações em razão de fatores culturais, econômicos e

²⁹ Dentre os argumentos favoráveis à inovação referida, temos aqueles que se posicionam pela constitucionalidade, porquanto “No choque de dois grandes direitos fundamentais de igual hierarquia (colisão de direitos fundamentais), parece ser mais condizente diante da realidade forense pátria a garantia da segurança jurídica e do princípio da igualdade substancial ou material, em vez da liberdade irrestrita do magistrado nas causas já decididas e pacificadas no Supremo Tribunal Federal, ‘desafogando’, por consequência, o Poder Judiciário, das milhares de causas repetidas. Por outro lado, os que se posicionam desfavoravelmente encontram consistentes embasamentos, inclusive, frente à declaração de inconstitucionalidade dos assentos portugueses, que serviram de paradigmas para o modelo sumular pátrio, além dos que argumentam no sentido de que há invasão de competência Legislativa, bem como cerceamento da autonomia judicial. Isto porque a autonomia da função judicial referente à criação jurídica encontra no disposto no artigo 468, do Código de Processo Civil brasileiro, quando sua original e acertada limitação, posto que “a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, força de lei nos limites de lide e das questões decididas”. Conforme refere Nelson Nery Júnior e Roda Maria de Andrade Nery, a sentença de mérito transitada em julgado transforma o caráter abstrato da lei ou de direito na situação concreta específica objeto da decisão do juiz. Caracteriza-se como *lex specialis* entre as partes, que prevalece contra a *lex generalis* existente no ordenamento jurídico.

³⁰ STRECK, Lênio Luiz. *Súmulas no Direito Brasileiro – Eficácia, Poder e Função*. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 148: “pois, primeiro, ‘legislar’, ao conceberem a interpretação ‘correta’ de determinada norma; depois, quando existe discordância de tal interpretação, no bojo de qualquer processo em qualquer unidade da federação, tal discordância é impedida de prosperar”

científicos³¹, principalmente em decorrência da positivação de direitos de segunda, terceira e quarta dimensões³² nas Cartas Constitucionais.³³

Do aumento de demanda por prestação jurisdicional – apontamentos iniciais

O Poder Judiciário tem enfrentado um grande aumento de demanda por prestação judicial, principalmente após a Constituição de 1988, que outorgou inúmeros novos direitos, bem como estabeleceu um formato de Estado Democrático, marcado pela ideia de ampla participação popular nos destinos sociais. Ademais, vivemos em meio a uma sociedade reconhecidamente plural e, portanto, conflituosa por natureza.

O número de processos que ingressam anualmente em nossos fóruns é impressionante. Mas o que também chama a atenção é que o maior responsável é o próprio Estado, campeão em sofrer demandas em nosso país.

Com a instituição do modelo democrático, viram-se ampliar instrumentos de cidadania, dentre os quais a ampla possibilidade da busca de direitos, inclusive por meio dos recursos. Ademais, não se pode desconsiderar os ricos procedimentos estabelecidos para proteção e efetivação dos direitos fundamentais, dentre os quais o da ampla defesa e do contraditório.

Por sua vez, o estabelecimento do primado da lei em nada se sustentaria se esta não fosse efetivamente observada, razão pela qual se previu, dentre outras garantias, a da necessidade de delimitação legal do procedimento a ser seguido pela autoridade estatal quando da restrição de direitos, seja na sua própria elaboração, ou mesmo na sua aplicação, bem como quanto à cogência em sua estrita observância.

Bastos³⁴ traz significativa lição sobre a importância do primado em questão, ao mencionar que “por ele [devido processo legal] visa-se a proteger a pessoa contra o arbítrio do Estado”.

³¹ “A teoria jurídica formalista, instrumental e individualista vem sendo profundamente questionada por meio de seus conceitos, de suas fontes e de seus institutos diante das múltiplas transformações tecno-científicas das práticas de vida diferenciadas, da complexidade crescente de bens valorados e de bens valorados e de necessidades básicas, bem como da emergência de atores sociais, portadores de novas subjetividades (individuais e coletivas). Desse modo, as necessidades, os conflitos e os novos problemas colocados pela sociedade no final de uma era e no início de outro milênio engendram também ‘novas’ formas de direitos que desafiam e põem em dificuldade a dogmática jurídica tradicional, seus institutos formais e materiais e suas modalidades individualistas de tutela”. WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os Novos Direitos no Brasil: Natureza e Perspectivas - Uma Visão Básica das novas Conflituosidades Jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003, p. 3.

³² “Só os direitos fundamentais como ordem valorativa legitimam o poder do Estado”. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 576.

³³ BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1997, p. 556 e 557: “[...] com efeito, os métodos tradicionais, embora aplicáveis satisfatoriamente às leis no campo do Direito Privado, são, porém, de todo inadequados e insuficientes para captar o sentido das cláusulas não raro *principais* de uma Constituição ou o alcance normativo pluridimensional de um direito fundamental. A Constituição, de natureza, apresenta-se, tanto quanto aquele, aberta e indeterminada, contendo cláusulas gerais e *principiais*, cujo conteúdo só se completa no ato concreto de aplicação em face do problema.

Seguindo, podemos verificar que a previsão legal da garantia “tem permitido o florescer de toda uma construção doutrinária e jurisprudencial que tem procurado agasalhar o réu contra toda e qualquer sorte de medida que o inferiorize ou impeça de fazer valer as suas autênticas razões”. Sintetizando, o autor arremata que “o *‘due process of law’* se caracteriza para a parte a partir do momento em que ele tenha acesso ao Judiciário e possa se defender amplamente”³⁵.

José Afonso da Silva³⁶, com relação ao princípio do devido processo Legal, anota que

Garante-se o processo – e “quando se fala em processo, e não em simples procedimento, alude-se a formas instrumentais adequadas, a fim de que a prestação jurisdicional, quando entregue pelo Estado, dê a cada um o que é seu, segundo os imperativos da ordem jurídica. E isso envolve a garantia do contraditório, a plenitude do direito de defesa, a isonomia processual e a bilateralidade dos atos procedimentais [...].

Rui Portanova³⁷ também contribui no entendimento da ampliação da proteção estatal e traz elemento que nos aproxima dos fundamentos que fazem repercutir drasticamente no acréscimo de demanda, quando menciona que

O princípio [do devido processo legal] é tão amplo e tão significativo que legitima a jurisdição e se confunde com o próprio Estado de Direito. Assim, aplica-se tanto na jurisdição civil e na penal como nos procedimentos administrativos. Ademais, engloba a reivindicação de direitos (inclusive de declarar a inconstitucionalidade de lei), a eficaz defesa e a produção de provas. No devido processo legal estão enfeixadas garantias representadas principalmente pelos princípios do contraditório, ampla defesa, duplo grau de jurisdição, publicidade, juiz natural, assistência judiciária gratuita.

Pinto Ferreira³⁸, dissertando sobre o “devido processo legal”, também traz significativa contribuição, quando refere que

O devido processo legal significa o direito a regular curso de administração da justiça pelos juízes e tribunais. A cláusula constitucional do devido processo legal abrange de forma compreensiva: a) o direito à citação, pois ninguém pode ser acusado sem ter conhecimento da acusação; b) o direito de arrolamento de testemunhas, que deverão ser intimadas para comparecer perante a justiça; c) o direito ao procedimento ao contraditório; d) o direito de nos ser processado por leis ‘ex post facto’; e) o direito de igualdade com a acusação; f) o direito de ser julgado mediante provas e evidência legal e legitimamente obtida; g) o direito ao juiz natural; h) o privilégio contra a auto-incriminação; i) a indeclinabilidade da prestação jurisdicional quando solicitada; j) o direito aos recursos; l) o direito à decisão com eficácia de coisa julgada.” [...] “A ampla defesa deve ser assegurada aos litigantes tanto no processo judicial como no processo administrativo. O devido processo legal (*‘due process of law’*) do direito norte-americano equivale à fórmula da ampla defesa. A Constituição Federal vigente usa as expressões devido processo

³⁴ BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 21. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2000, p. 226.

³⁵ Idem. Ibidem.

³⁶ SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros, 2005, p. 154.

³⁷ PORTANOVA, Rui. Princípios do Processo Civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 145.

³⁸ FERREIRA, Pinto. Comentários à Constituição Brasileira. I Vol. São Paulo: Saraiva, 1989, p. 175.

legal e ampla defesa no art. 5º, respectivamente aos incisos LIV e LV”. (Grifos nossos).

Ademais, não podemos deixar de anotar que o princípio do “devido processo legal” é entendido como tradução de garantia de “justo processo legal”³⁹, o que, sabidamente, relaciona-se à essência de Estado de Direito.

Disto, podemos verificar que o princípio que garante a todos a proteção contra o arbítrio é instrumentalizado através da necessária observância de um processo com base legal, a qual, por sua vez, deve ter por conteúdo medidas efetivas de defesa (conteúdo material), com o fito de distribuição de justiça.

Neste sentido, impende trazer à colação a ideia de que o princípio do devido processo legal consubstancia-se nos corolários da ampla defesa e do contraditório, os quais, por sua vez, são exteriorizados através de várias garantias, dentre estas, a ampla produção probatória, bem como o acesso aos recursos⁴⁰.

Das reflexões acima, podemos visualizar a importância do princípio do duplo grau de jurisdição na afirmação do devido processo legal, uma vez que neste aquele também encontra sua exteriorização, já que umbilicalmente ligados. “Nesse passo é importante salientar que é exigência do ‘due process of law’, como consequência, a existência do princípio do duplo grau de jurisdição”⁴¹.

Por seu turno, sabemos que os fundamentos que circundam o princípio que garante a possibilidade de revisão de decisões judiciais relacionam-se à falibilidade do julgador, bem como com o inconformismo das partes, característica própria do ser humano. Ademais, não é desconhecida que “a confirmação da sentença, por outro órgão tribunal, dá-lhe mais prestígio porque ela passa pelo crivo de juízos de mais antiga investidura”⁴², bem como a importância do controle jurisdicional como limitador do órgão judiciário contra o despotismo^{43 44}, como explicitado em tópico precedente. Ou, ainda, o fato de que a hermenêutica jurídica afastou-se da mera técnica silogística, porquanto acrescidas novas variáveis, dentre as quais a da abertura material dos princípios que compõe as vigas do ordenamento jurídico pátrio.

Enfim, podemos dizer que o princípio do duplo grau de jurisdição “é, por assim dizer, garantia fundamental de boa justiça”⁴⁵ e consiste “em estabelecer a possibilidade de a

³⁹ PORTANOVA, Rui. *Princípios do Processo Civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 145.

⁴⁰ MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. 9 ed. Atual. com EC nº 31/00. São Paulo: Atlas, 2001, p. 117.

⁴¹ NERY JUNIOR, Nelson. *Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1997, p. 41.

⁴² PORTANOVA, Rui. *Princípios do Processo Civil*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999, p. 104.

⁴³ Além dessas circunstâncias, há ainda o fato de que o juiz único poderia tornar-se despótico, sabedor de que sobre as decisões não haveria controle algum, conforme sábia advertência de Montesquieu.

⁴⁴ Neste sentido, alerta-nos o professor Rui Portanova sobre a circunstância de que em determinados momentos históricos, o princípio teve maior ou menor alargamento, mas sempre possuindo um viés ideológico de controle. In PORTANOVA, op. cit., p. 106.

⁴⁵ NERY JUNIOR, op. cit., p. 37.

sentença definitiva ser reapreciada por órgão de jurisdição normalmente de hierarquia superior à daquele que proferiu, o que se faz de ordinário pela interposição de recurso”⁴⁶.

Entretanto, a explosão democrática não se fez acompanhar, em regra, por um aparelhamento efetivo para atendimento desta demanda, o que tem gerado problemas crônicos em nosso país. Muitas são as soluções sugeridas, mas ganham proeminência as medidas de limitação da tutela recursal e o aumento do Poder dos Tribunais, os quais passaremos a abordar a partir de agora.

A expansão do poder sumular

Temos visto a cúpula do Poder Judiciário, em pleno protagonismo jurídico, passar à detentora do direito de imposição aos demais órgãos da administração de suas decisões sumuladas. Para muitos, trata-se de mera uniformização do Direito. Já os opositores manifestam-se no sentido de que em muitos casos a imposição sumular representaria criação de normas abstratas e genéricas, atribuição precípua do Poder Legislativo, além de que restaria violada a autonomia judicial. Tal questão não é recente. Porém, a discussão vem sendo ampliada nos últimos anos.

Originalmente, o ordenamento jurídico, primando pela unicidade do Direito, estabeleceu alguns instrumentos com tal finalidade. Primeiramente, citamos o incidente de uniformização de jurisprudência, previsto nos artigos 476 a 479, do Código de Processo Civil Brasileiro, no qual se dá o conhecimento da divergência jurisprudencial ao Tribunal Pleno, a fim de que este se pronuncie previamente sobre a matéria, sendo que tais decisões, a teor do artigo 479, serão objeto de súmulas.

Todavia, historicamente, criado como substitutivo à vinculação dos enunciados, as súmulas adotadas com objetivo de uniformização do direito por parte dos Tribunais vinculavam somente aos demais órgãos do próprio pretório que os adotassem. Neste sentido, convém transcrevermos importante referência colacionada por Streck⁴⁷, na medida em que

Por ocasião da discussão sobre o tema do anteprojeto do Código de Processo Civil, de autoria do Professor Buzaid, Aragão (1969. P. 66) alertava ser duvidosa a legitimidade constitucional da atribuição que o anteprojeto pretende outorgar aos Tribunais de editar “assentos” com força de lei. Isso seria exercer função peculiar ao Congresso Nacional e às Assembléias Legislativas.

Depois de ampla discussão, a corrente que entendia que criar Súmulas com caráter obrigatório feria o texto constitucional foi vencedora.

⁴⁶ Idem. Ibidem.

⁴⁷ STRECK, Lênio Luiz. Súmulas no Direito Brasileiro – Eficácia, Poder e Função. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998, p. 113.

Em sede constitucional, o direito pátrio adotou outros institutos com o mesmo objetivo de conceder unicidade ao ordenamento, como o recurso especial, previsto no artigo 105, III, “c”, da CRFB⁴⁸, bem como o próprio recurso extraordinário, constante no artigo 102, III, da CRFB⁴⁹.

No plano infraconstitucional, destacamos a existência, na órbita trabalhista, do Recurso de Revista, que possui o mesmo objetivo de uniformização, na medida que será cabível, nos termos do artigo 896, da CLT⁵⁰, quando se der ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado o mesmo ou outro Tribunal Regional, através do Pleno ou de Turmas, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, [...].

Assim, podemos constatar que vários são os mecanismos de uniformização do direito, que se encontram afinados aos princípios que dão sustentação ao direito pátrio, notadamente o da legalidade estrita, recursibilidade, duplo grau de jurisdição, ampla defesa, dentre outros.

Porém, sob o pretexto de outorgar celeridade ao processo, o Poder Judiciário, por meio de seus Tribunais Superiores, viu sua importância ampliada, de forma que suas decisões obtivessem valor semelhante, e porque não dizer superior, aos comandos normativos emanados do Poder Legislativo,

[...] pois, primeiro, ‘legislar’, ao conceberem a interpretação ‘correta’ de determinada norma; depois, quando existe discordância de tal interpretação, no bojo de qualquer processo em qualquer unidade da federação, tal discordância é impedida de prosperar.⁵¹

Neste contexto, o disposto no artigo 38, da Lei 8.038/90⁵² criou nova forma de vinculação da jurisprudência, ao passo que outorgou ao relator poder de decidir sobre o recurso de plano, através de juízo monocrático, inclusive quando este afronte súmula do respectivo Tribunal, o que também ensejou manifestações pela sua inconstitucionalidade, nos termos dos princípios que envolvem os recursos.

Nelson Luiz Pinto⁵³ posiciona-se sobre o tópico referindo que o dispositivo legal confere tamanhos poderes e competência ao ministro relator do recurso, que descaracteriza a

⁴⁸ BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

⁴⁹ Idem.

⁵⁰ Brasil. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

⁵¹ STRECK, Lênio Luiz. Súmulas no Direito Brasileiro – Eficácia, Poder e Função. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 1998, p. 148.

⁵² BRASIL. Lei n.º 8.038, de 28 de maio de 1990. Institui normas procedimentais para os processos que especifica, perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal.

⁵³ PINTO, Nelson Luiz. Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça. Teoria geral e admissibilidade. São Paulo : Malheiros, 1992, p. 146.

natureza dessas decisões como sendo de tribunais, que de regra são fruto de um colegiado, e não da cabeça de um só magistrado.

Ademais, vemos que o dispositivo em questão já atribuía cogência às súmulas dos tribunais superiores, ao arripio do artigo 5º, II, da CRFB, quanto às partes, não obstante, ainda, tratar-se de faculdade do relator. Como se depreende do dispositivo, este empresta poder ímpar às súmulas, o que também não deixou de ser alvo de críticas.

As Leis números 9.139/95 e 9.756/98 alargaram os poderes dos relatores, inserindo-se parágrafos ao artigo 557, do CPC, com previsão, inclusive, de imposição de multa com valor de dez por cento do valor da causa para ataques inadmissíveis ou infundados à decisão unipessoal do relator (art. 557, § 2º).

Avançando-se, podemos fazer referência ao estatuído pela emenda Constitucional nº 3, que criou a Ação Direta de Constitucionalidade, a qual não possui precedentes no direito comparado, como bem alerta Slaibi Filho⁵⁴, tendo em vista que esta ação possui pela versão formalmente recorrente o condão de uniformização de questões polêmicas com rapidez, ofertando ao cidadão e ao Estado uma interpretação definitiva, através de decisão do Supremo Tribunal Federal, todavia, com efeito *erga omnes*. Como vimos, encontra-se estampado neste dispositivo o prelúdio da Súmula Vinculante.

Pela inconstitucionalidade de tal Emenda que introduziu a ação referida ergueram-se várias vozes, como a de Ives Gandra Martins⁵⁵, mencionando que

[...] a força vinculante atribuída, pela redação do art. 103, à decisão que reconheça a constitucionalidade da lei ou ato federal por esta via retira dos demais órgãos do Judiciário e do próprio Supremo Tribunal Federal a legitimidade ativa para deflagrar novo julgamento a respeito, impedindo que questões individuais possam ser suscitadas ou subam à superior instância, pois estarão sumariamente decididas, sem o exaurimento do devido processo legal e sem exercício da ampla defesa e do contraditório.

Não obstante o esforço de vários seguimentos jurídicos pátrios, a Suprema Corte decidiu, através da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1, pela constitucionalidade do dispositivo.

Em 2001, quando da criação dos Juizados Especiais Federais, surgiu mais um braço da vinculação obrigatória dos precedentes, tendo em vista a modelagem do recurso a ser interposto para o Superior Tribunal de Justiça (pertinente à lei federal). Isto porque a manifestação do Superior Tribunal de Justiça sobre recurso oriundo do Juizado Especial

⁵⁴ SAIBI FILHO, Nagib. Ação declaratória de constitucionalidade. Rio de Janeiro: Forense, 1994, p. 10-12.

⁵⁵ MARTINS, Ives Gandra. Ação Declaratória de Constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 1994, p. 128.

Federal vincula todas as demais demandas do país sobre o assunto ali tratado, no que pertine à uniformização de interpretação de lei federal.

Com a Emenda Constitucional nº 45/2004, reconheceu-se imperativa observância de decisões de tribunais (súmulas), baseando-se, principalmente, no argumento de implementação do postulado que garante a igualdade perante a lei, da segurança jurídica, bem como da celeridade processual.

Importa registrarmos que a presente inovação deriva da mesma discussão que culminou com a aprovação da instituição da “Súmula Vinculante” e que será objeto de tópico próprio.

No mesmo sentido, a EC45/04 criou o instituto da repercussão geral do recurso extraordinário, ampliando também os poderes do Excelso Tribunal, sendo tal matéria regulamentada no artigo 543-A, do CPC. Nestes termos, ainda, restou positivado no §3º, do mesmo artigo que “haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante do Tribunal”.

Como vimos, a importância das decisões dos Tribunais Superiores é fator que fora incontestavelmente ampliado, o que restou ainda mais fortalecido com a edição da Lei 11.276, de fevereiro de 2006, que instituiu a chamada “súmula impeditiva” do recurso de apelação, através da inserção do § 1º, ao artigo 518, do CPC, no qual se previu que “O juiz não receberá o recurso de apelação quando a sentença estiver em conformidade com súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal”.

Sobre os fundamentos que justificaram a promulgação, posicionou-se o então Ministro da Justiça, Márcio Tomaz Bastos, quando subscreveu a EM Nº 00182 - MJ⁵⁶:

2. Sob a perspectiva das diretrizes estabelecidas para a reforma da Justiça, faz-se necessária a alteração do sistema processual brasileiro com o escopo de conferir racionalidade e celeridade ao serviço de prestação jurisdicional, sem, contudo, ferir o direito ao contraditório e à ampla defesa.

3. De há muito surgem propostas e sugestões, nos mais variados âmbitos e setores, de reforma do processo civil. Manifestações de entidades representativas, como o Instituto Brasileiro de Direito Processual, a Associação dos Magistrados Brasileiros, a Associação dos Juizes Federais do Brasil, de órgãos do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do próprio Poder Executivo são acordes em afirmar a necessidade de alteração de dispositivos do Código de Processo Civil e da lei de juizados especiais, para conferir eficiência à tramitação de feitos e evitar a morosidade que atualmente caracteriza a atividade em questão. [...]

5. O anteprojeto igualmente altera o art. 518 do CPC, e de maneira a inserir em seu § 1º a previsão do não recebimento, pelo juiz, do recurso de apelação, quando a sentença estiver em conformidade com Súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.

⁵⁶ BASTOS, Márcio Tomaz. Exposição de motivos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/MJ/2004/182.htm, acessado em 25-08-2006.

6. Trata-se, portanto, de uma adequação salutar que contribuirá para a redução do número excessivo de impugnações sem possibilidades de êxito.

7. Estas, Senhor Presidente, as razões que me levam a submeter a anexa proposta ao elevado descortino de Vossa Excelência, acreditando que, se aceita, estará contribuindo para a efetivação das medidas que se fazem necessárias para conferir celeridade ao rito do processo civil.

Assim, a "súmula impeditiva de recurso" fora criada com o escopo de se imprimir celeridade aos processos judiciais, visando alcançar a tão almejada efetividade das decisões judiciais, o que, segundo a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, remeteria à constitucionalidade da norma que a institui, porquanto encontraria respaldo no recente inciso LXXVIII, do artigo 5º da CRFB, criado pela EC 45/2004.

Na mesma esteira de avanço do poder dos Tribunais Superiores, o artigo 543-C, caput, do CPC, incluído pela Lei nº 11.672, de 2008, estabelece que "Quando houver multiplicidade de recursos com fundamento em idêntica questão de direito, o recurso especial será processado nos termos deste artigo. § 1º Caberá ao presidente do tribunal de origem admitir um ou mais recursos representativos da controvérsia, os quais serão encaminhados ao Superior Tribunal de Justiça, ficando suspensos os demais recursos especiais até o pronunciamento definitivo do Superior Tribunal de Justiça. § 2º Não adotada a providência descrita no § 1º deste artigo, o relator no Superior Tribunal de Justiça, ao identificar que sobre a controvérsia já existe jurisprudência dominante ou que a matéria já está afeta ao colegiado, poderá determinar a suspensão, nos tribunais de segunda instância, dos recursos nos quais a controvérsia esteja estabelecida. § 3º O relator poderá solicitar informações, a serem prestadas no prazo de quinze dias, aos tribunais federais ou estaduais a respeito da controvérsia. § 4º O relator, conforme dispuser o regimento interno do Superior Tribunal de Justiça e considerando a relevância da matéria, poderá admitir manifestação de pessoas, órgãos ou entidades com interesse na controvérsia. § 5º Recebidas as informações e, se for o caso, após cumprido o disposto no § 4º deste artigo, terá vista o Ministério Público pelo prazo de quinze dias. § 6º Transcorrido o prazo para o Ministério Público e remetida cópia do relatório aos demais Ministros, o processo será incluído em pauta na seção ou na Corte Especial, devendo ser julgado com preferência sobre os demais feitos, ressalvados os que envolvam réu preso e os pedidos de habeas corpus. § 7º Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça, os recursos especiais sobrestados na origem: I - terão seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; ou II - serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça. § 8º Na hipótese

prevista no inciso II do § 7º deste artigo, mantida a decisão divergente pelo tribunal de origem, far-se-á o exame de admissibilidade do recurso especial. § 9º O Superior Tribunal de Justiça e os tribunais de segunda instância regulamentarão, no âmbito de suas competências, os procedimentos relativos ao processamento e julgamento do recurso especial nos casos previstos neste artigo”.

Assim, quando houver multiplicidade de recursos, com fundamentos em idêntica controvérsia, o instrumento que uniformiza vincula as decisões de recursos com idêntica fundamentação, o que se mostra posição alinhada à ideia do crescente aumento do poder dos Tribunais Superiores.

Além destes remédios, vê-se que está previsto contra o descumprimento das decisões vinculantes o remédio constitucional da Reclamação perante o Supremo Tribunal Federal.

O instituto da Reclamação, de assento constitucional, tem por objeto (i) a preservação da competência do STF, (ii) assegurar a autoridade de suas decisões, para (iii) assegurar as decisões de mérito em ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade, para assegurar a (iv) observância em Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental das (v) decisões em Mandado de injunção e (vi) em observância a súmula vinculante⁵⁷.

Da análise acima, depreende-se que o poder jurisprudencial tem sido aumentado, o que tem sido utilizado como forma de standardização da interpretação das normas, como verdadeiro intérprete autêntico com conseqüente vinculação da referida exegese a todos os demais órgãos estatais, o que se atrela ao aumento de demanda pelo Poder Judiciário e à necessidade de segurança jurídica, primados tipicamente liberais.

A súmula vinculante

O avanço em direção ao dirigismo jurisprudencial teve seu ápice com o advento, pela Emenda Constitucional 45/04, do artigo 103-A a Constituição da República Federativa do Brasil. Estabeleceu-se no mencionado dispositivo que “O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de 2/3 dos seus membros, após reiteradas decisões sobre a matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à

⁵⁷ MEIRELLES, Hely Lopes; MENDES, Gilmar Ferreira; Wald, Arnaldo. Mandado de Segurança e Ações Constitucionais. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009, p. 769-808.

administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei”.

A edição de súmula com a referida força vinculante, a teor do artigo 103-A da CRFB, trata de atribuição exclusiva do Supremo Tribunal Federal. Ademais, o comando que também alinha os requisitos necessários à implantação deste efeito, quais sejam: (i) que haja reiteradas decisões sobre matéria constitucional, (ii) controvérsia atual entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública que (iii) acarrete grave insegurança jurídica e (iv) relevante multiplicação de processos sobre questão idêntica, nos termos do artigo 103-A, caput e § 2º, da CRFB.

A primeira questão que chama a atenção, assim, é para o fato de somente matéria constitucional será objeto de súmula vinculante, o que, todavia, não impede que haja manifestação sobre legislação infraconstitucional à luz da Constituição. Assim, a súmula versará sobre a validade, a interpretação e a eficácia de normas constitucionais determinadas.

Além disto, a controvérsia deve ser atual e existente entre órgãos judiciários ou entre esses e a administração pública. Por outro turno, o pressuposto que parece mais importante diz respeito à possibilidade de que a controvérsia acarrete grave insegurança jurídica. Assim, o adjetivo utilizado demonstra que o debate jurídico está a causar graves repercussões no âmbito jurídico. Ademais, e aqui se extrai a verdadeira fundamentação da edição de súmulas vinculantes, há necessidade de que a controvérsia jurídica esteja a produzir multiplicação de processos.

Como se depreende do já alinhado, o crescimento de demanda por prestação judicial não se fez acompanhar de eficiente aparelhamento do Poder Judiciário, o que tem remetido a drásticas medidas legislativas, notadamente de cerceamento do direito ao duplo grau de jurisdição, em detrimento de política efetiva de reaparelhamento da máquina estatal.

A identidade de questões é outro requisito para a expedição de súmulas, traduzindo-se na necessidade de que a matéria ventilada seja de direito. Entretanto, tal questão já se mostra tormentosa, porquanto a matéria mesmo que de direito sofre influxos dos fatos postos em causa, como visto no segundo capítulo, sem falar que os termos legais são, na maior parte das vezes, passível de várias interpretações, sendo, portanto, questionável a legitimidade para imposição de um só entendimento, o que, aliás, representa tarefa decisória tipicamente legiferante.

A Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006⁵⁸, regulamentou a disposição constitucional sobre a Súmula Vinculante, estabelecendo a forma de edição, revisão e cancelamento (art. 2º), bem como o objeto, que será a validade, a interpretação e a eficácia de normas determinadas (art. 2º, § 1º), dentre outros disciplinamentos sobre o tema.

Gilmar Ferreira Mendes⁵⁹ refere ser a Súmula Vinculante “instituto jurídico adaptado do direito processual alemão, que tem por objetivo outorgar maior eficácia às decisões proferidas por aquele Tribunal”. Por suas vezes, Cappelletti⁶⁰ e Cruz e Tucci⁶¹, associam a origem do instituto ao *stare decisis*, do *Common Law*, embora com algumas características diversificadas. Além do mais, houve no direito lusitano instituto congênere, os Assentos, que estabeleciam também força vinculante às decisões da Corte Constitucional portuguesa.

Castanheira Neves⁶², ao seu turno, historia o instituto dos Assentos, reportando-se às “façanhas” e aos Assentos das Relações, mas, sobretudo, os Assentos da Casa de Suplicação, ou mesmo aos “*arrets de reglements*” dos antigos parlamentos franceses. Por outro lado, o autor lusitano aponta similitude do instituto dos assentos ao sistema jurídico soviético.

A similitude entre o instituto brasileiro e o lusitano é inconsteste, na medida em que o Código Civil Português, Decreto-lei nº 47.344/66, estabeleceu em seu artigo 2º que “Nos casos declarados em lei, podem os tribunais fixar, por meio de assentos, doutrina com força obrigatória geral”. Já o Código de Processo Civil português estabelecia os requisitos para a edição de assentos, que seriam: (i) haver uma contradição entre dois acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça, relativamente à mesma questão fundamental de direito, ou a contradição entre dois acórdãos da relação, desde que não fosse admissível recurso por motivo estranho à alçada do tribunal; (ii) que tivessem sido proferidos no domínio da mesma legislação, desde que o acórdão recorrido ainda não tivesse transitado em julgado. Atendidos tais pressupostos, o Pleno do Supremo Tribunal de Justiça em composição especial (4/5 dos juízes conselheiros deveria resolver o litígio e proferir o assento. Castanheira Neves refere que estabelece que a supressão do artigo 769 e com ele abrindo-se a possibilidade de revisão dos assentos isto jamais ocorreu, o que na prática se traduzia em uma imutabilidade, fixa e inalterável das proposições normativas emitidas pelo Poder Judiciário.

⁵⁸ BRASIL. Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

⁵⁹ MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. Controle concentrado de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 337.

⁶⁰ CAPPELLETTI, Mauro. O processo civil no direito comparado. Tradução de Hiltomar Martins oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2001, p. 102.

⁶¹ CRUZ E TUCCI, José Rogério. Precedente judicial como fonte de direito. São Paulo: RT, 2004, p. 250.

⁶² NEVES, A. Castanheira. O Instituto Jurídico dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais. Coimbra: Coimbra, 1983, p. 6-7.

Inúmeros doutrinadores pátrios identificam os institutos em questão, inclusive alinhando o mesmo vício de inconstitucionalidade, como se depreende dos escritos de Ovídio Batista⁶³, quando refere que

A súmula obrigatória – como o regime dos assentos praticados em Portugal – reproduz a concepção iluminista, que a segunda metade do século XX superou, eu reivindicava a lei um ilusório sentido de univocidade a que poderão, talvez as ciências ditas exatas, nunca uma ciência essencialmente hermenêutica, como o Direito.

Por outro lado, Marinoni refere que o instituto brasileiro não se equipara ao português, na medida em que o lusitano teria sido declarado inconstitucional por trazer impossibilidade de revisão, o que não ocorreria com o pátrio. Entretanto, o próprio Castanheira Neves já aponta para o fato de que a possibilidade formal de revisão nada representa frente à natureza do instituto, notadamente relacionado – e fadado - à estagnação e à imutabilidade. Ademais, o autor português refere que em toda a história dos assentos português, no período em que possível a revisão, nenhum foi alterado ou cancelado, o que sustentaria sua tese. Ademais, basta ver a burocrática forma de alteração, revisão e cancelamento das sumulas vinculantes para se concluir pela sua natureza imutável. Para tanto, somente é necessário a análise da legitimidade para iniciativa do procedimento⁶⁴, os quais são, em sua maioria, os mesmos legitimado para ingresso da Ação direta de Inconstitucionalidade.

A natureza jurídica da Súmula Vinculante, por sua vez, comporta acalorada discussão e é debate fundamental para a aferição de sua validade frente ao ordenamento jurídico. Isto porque o debate encontra-se no fato de ser o instituto ‘norma material’ ou ‘jurisprudência’; ‘fonte de direito’ ou ‘acto de aplicação’, ‘lei’ ou ‘decisão jurisprudencial’, ‘simples norma interpretativa’ ou ‘possível norma inovadora’, ‘interpretação autêntica’ ou ‘interpretação jurisprudencial’, ‘verdadeira norma jurídica’ ou ‘apenas instrução hierárquica’⁶⁵.

⁶³ SILVA, Ovídio Batista da. *Processo e ideologia: o paradigma racionalista*. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 240.

⁶⁴ BRASIL. Lei nº 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências: “Art. 3º São legitimados a propor a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante:

I - o Presidente da República;

II - a Mesa do Senado Federal;

III - a Mesa da Câmara dos Deputados;

IV - o Procurador-Geral da República;

V - o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI - o Defensor Público-Geral da União;

VII - partido político com representação no Congresso Nacional;

VIII - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional;

IX - a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal;

X - o Governador de Estado ou do Distrito Federal;

XI - os Tribunais Superiores, os Tribunais de Justiça de Estados ou do Distrito Federal e Territórios, os Tribunais Regionais Federais, os Tribunais Regionais do Trabalho, os Tribunais Regionais Eleitorais e os Tribunais Militares.

§ 1º O Município poderá propor, incidentalmente ao curso de processo em que seja parte, a edição, a revisão ou o cancelamento de enunciado de súmula vinculante, o que não autoriza a suspensão do processo”.

⁶⁵ NEVES, A. Castanheira. *O Instituto Jurídico dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais*. Coimbra: Coimbra, 1983.

E solução extrema e radical, porque, ao mesmo tempo que atribui a um órgão judicial um poder que deveria caber apenas ao legislador constitucionalmente titulado, o poder de interpretação autêntica – se é que não atribui mesmo um poder que vai para além do que a esta interpretação corresponde estritamente – afecta de um modo frontal, nos limites da eficácia daquele poder atribuído, a independência juridicamente decisória dos juízes ou dos tribunais, ao interpor entre a lei e a sua concreta decisão jurídica uma obrigatória pré-determinação desta.⁶⁶

Por seu turno, a originalidade do problema em torno do instituto em questão está no fato de se conferir a um órgão judicial o poder de estabelecer critérios jurídicos universalmente vinculantes, mediante o enunciado de normas (no sentido estrito de normas gerais, ou de “preceitos gerais e abstratos”) que se abstraem (na sua intenção) e se destacam (na sua formulação) dos casos ou decisões jurisdicionais que tenham estado na sua origem, com o propósito de estatuírem para o futuro, de se imporem em ordem a uma aplicação futura⁶⁷.

As características do instituto da súmula vinculante, neste sentido, nos faz visualizar no poder sumular uma (i) usurpação do poder legiferante, bem como (ii) o renascimento do positivismo jurídico, que impõe ao intérprete a técnica silogística, em afronta (iii) ao princípio da independência dos juízes, (iv) estagnando a evolução jurisprudencial.

Como vimos no capítulo precedente, no sistema de origem romano-germânico, em que pese o alargamento da função jurisdicional, é imperativa a observância do estabelecido na lei. Assim, à lei é atribuída a tarefa de estabelecer os comandos jurídicos que vincularão a todos. Estes comandos serão enunciados em prescrições gerais e abstratas, em direção ao futuro. Já a jurisprudência é a compilação dos entendimentos a respeito de um dado enunciado, sempre com base em seu caráter histórico-concreto. Vincula-se, pois, ao caso concreto, diversamente o que ocorre com a súmula vinculante.

Por sua vez, a uniformização da jurisprudência, como restou abordado, não se dá pela sua estagnação, mas pela continuidade de procedimento, o que faz possível a alteração da mesma, sem que haja ruptura e, assim, insegurança. Deste modo, quando a jurisprudência se afasta da ideia de uniformização e se propõe a estabelecer enunciados gerais e abstratos, afasta-se de sua natureza e passa a assumir contornos legiferantes.

Neste sentido, à semelhança dos assentos portugueses a súmula vinculante “é norma (constitui-se ex-novo visando o futuro) e não jurisprudência (consagração de soluções que vêm do passado e persistem)”⁶⁸. Até porque “tem formalmente, intencionalmente e eficazmente uma natureza normativa. São normas formalmente, e a sua intenção e eficácia são

⁶⁶ Idem, p. 98 e 99.

⁶⁷ Idem, p. 4.

⁶⁸ NEVES, A. Castanheira. O Instituto Jurídico dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais. Coimbra: Coimbra, 1983, p. 11.

as de uma prescrição normativa: a imposição de um critério jurídico para uma aplicação geral e futura”⁶⁹.

Não bastasse, não se tratam de normas interpretativas, como querem muitos, até porque tal tarefa, atrelada a interpretação autêntica, é de alçada exclusiva do Poder de onde emanam as prescrições.

Do mesmo modo, como também abordado no capítulo anterior, a norma jurídica, mesmo a questão eminentemente de direito não possui sentido unívoco, sempre devendo ser analisada em consonância com as particularidades do caso concreto. Aí a importância da independência do magistrado, para que possa buscar a justiça dentro das várias opções ofertadas pelo texto legal. Assim, a independência dos juízes é instrumental que garante o Direito, impondo a necessidade de autonomia. Neste sentido,

No seu sentido político-jurídico, o princípio da independência dos tribunais vai implicado tradicionalmente na pretensão de impor o Estado de Direito... com o domínio do poder legislativo e ainda com incondicional identificação do direito com a lei. Por isso o que neste contexto se pretende ao proclamar-se que os juízes são independentes e devem unicamente obediência à lei, é que os juízes fiquem apenas e puramente perante a lei, para que assim só esta possa ser aplicada por eles, rigorosa e incondicionalmente, como critério das suas decisões...por isso deviam ser afastados todos os fatores, fossem institucionais fossem intencionais que pudessem desviar os juízes dessa estrita obediência [...] daí que o princípio o juiz independente significa a exclusão ou a proibição de quaisquer instruções da imposição de quaisquer critérios e prescrições normativas que não unicamente a lei[...]”⁷⁰

Do visto acima, a independência do julgador torna-se meio indispensável para a realização do direito e da justiça. Em que pese a justiça ter sido preterida à segurança no modelo liberal, nos moldes democráticos o valor justiça retoma sua posição de superioridade, sendo também objeto de preocupação do concretizador do Direito. Se antes o método subsuntivo se mostrava prevalecente, agora a concretização dos direitos fundamentais ganha relevo. Assim, não é mais sustentável a aplicação lógico-subsuntiva e formalmente analítico-dedutivo.

Ademais, na vinculação obrigatória das posições sumuladas dos Tribunais Superiores, vislumbra-se o ressurgimento da ideologia positivista (formalista) com nova roupagem, já que são fixados jurisprudencialmente sentidos únicos ao texto legal, o que se mostra medida totalmente superada frente aos fundamentos que embasam a Ciência Jurídica contemporânea. Assim, o sentido normativo da vinculação jurisprudencial está vinculada a uma concepção do

⁶⁹ Idem, p. 282.

⁷⁰ NEVES, A. Castanheira. O Instituto Jurídico dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais. Coimbra: Coimbra, 1983, p. 103.

direito, qual seja, à concepção própria do legalismo estrito⁷¹. Neste sentido, a vinculação jurisprudencial significaria

[...] um legalismo de segundo grau ou elevado a segunda potência, um legalismo resistente e à outrance que, não se conformando com a superação que dele impõem as exigências normativas da histórica realização jurídica e não aceitando a verdadeira função prático-normativa da jurisprudência, força a sua própria recuperação a esse mesmo nível da realização histórico-jurisprudencial do direito em que se vê recuperado.⁷²

Além disto, as súmulas vinculantes, além de interferir na atividade judicial através da imposição de enunciados estandardizados, acabam por inibir o processo de evolução jurisprudencial.

Em profundo estudo, Castanheira Neves⁷³ demonstrou que os Assentos portugueses representariam fonte primária de direito, já que apresentam normas de interpretação autêntica do direito legislado, acrescentando a este, geral e abstrato, não um direito materialmente determinado e concretamente realizado, mas outro, agora judicial, duplicamente geral e abstrato.⁷⁴ Assim, da leitura do estudo mencionado, podemos extrair que o instituto dos assentos, à semelhança da súmula vinculante brasileira, (i) invadia a esfera legislativa, ao apresentar interpretação autêntica; (ii) afrontava a autonomia judicial, corolário do Estado de Direito; (iii) desconsiderava a evolução do direito, na medida que a objetivação acabava por torná-lo fixo e imutável, em afronta aos parâmetros contemporâneos; (iv) ademais, o autor demonstra a inexistência da total dissociação entre questão de fato e de direito, as quais sempre demandam apreciação conjunta.

Deste modo, em obra que se tornou clássica, nos idos de 1983, o autor português já chamava a atenção para a inconstitucionalidade da norma que instituiu os "Assentos", porquanto demonstrou que o instituto se traduz no exercício da função legislativa e assim,

Ao ser chamada a função jurisdicional, através dos "assentos", ao exercício da função legislativa, é desse modo aquela função investida num estatuto que está em contradição com o sentido (intencional e funcional) que lhe deverá corresponder no sistema político do Estado-de-Direito social dos nossos dias – o sistema político que a Constituição materialmente pressupõe e assimila enquanto afirma o nosso Estado como um "Estado de Direito democrático", pois este Estado por aquele sistema em último termo se determina. E por isso os "assentos" são, nesta mesma medida, materialmente inconstitucionais⁷⁵.

⁷¹ Idem, p. 271.

⁷² Idem. Ibidem.

⁷³ Idem.

⁷⁴ Idem., p. 92.

⁷⁵ NEVES, A. Castanheira. O Instituto Jurídico dos "Assentos" e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais. Coimbra: Coimbra, 1983, p. 618 e 619.

Deste modo, nas palavras do autor acima resta demonstrada a violação à Separação de Poderes. Ademais, restringe-se a atuação livre judicial e o próprio acesso à justiça, o que também foi anotado por Streck⁷⁶, também crítico da vinculação obrigatória dos precedentes sumulados, já que

Ao editar uma súmula com efeito vinculante, oponível *erga omnes*, o Supremo Tribunal Federal passa a exercer poder maior do que o reservado ao Poder Legislativo, uma vez que assume feições legiferantes, agregando ao produto legislado uma prévia interpretação, o que, no mínimo, viola a cláusula da divisão de poderes inscrita na Constituição Federal. A institucionalização das súmulas com efeito vinculante atropela vários princípios basilares do Estado Democrático de Direito, como a divisão de atribuições de poderes, a formação democrática da lei a partir da vontade geral representada pelo parlamento, a independência de parte do poder Judiciário, além de colocar em risco o sustentáculo do modelo de direito firmado na lei adotado em nossa Constituição (sistema romano-germânico).

Enfim, após muita discussão jurídica a respeito do tema, o Tribunal Constitucional português exarou decisão reconhecendo a inconstitucionalidade dos “assentos”, a qual foi tombada sob o número 810-93.⁷⁷ Sintetizando o referido acórdão, Marinoni⁷⁸ transcreve trechos da referida decisão, notadamente

(a) a aprovação do princípio da tipicidade dos actos legislativos e consequente proibição de atos legislativos apócrifos ou concorrenciais, com a mesma força e valor de lei; (b) a ideia de que as leis não podem autorizar que a sua própria interpretação, integração, modificação, suspensão ou revogação seja afectada por outro acto que não seja uma outra lei”. Advertiu o acórdão ser “evidente que a proibição de actos não legislativos de interpretação ou integração das leis não exclui todos os actos interpretativos ou integrativos com eficácia externa. A administração e os tribunais não podem deixar de interpretar e integrar as leis quando as aplicam. O que se pretende proibir é a interpretação (ou integração) autêntica das leis através de actos normativos não legislativos, seja de natureza administrativa (regulamentares) seja de natureza jurisdicional (sentenças). Após o acórdão lembrou que Canotilho e Vital concluíram que daí “deriva, entre outras coisas, a inconstitucionalidade dos ”assentos” em relação às normas legais, porque, independentemente da sua caracterização dogmática como *legislatio* ou *jurisdictio*, eles se arrogam ao direito de interpretação (ou integração) autêntica da lei, de forma vinculativa para terceiros; de resto, eles sempre estariam por natureza excluídos em matéria de reserva da lei, pois aí só a lei pode estabelecer normas”.

Como visto, o instituto dos “assentos” foi tido por incompatível com o ordenamento jurídico português, na medida em que invadia esfera reservada à lei, cujas marcas são a generalidade, abstracção, inovação e, principalmente, a vinculação geral obrigatória.

Assim, os que se posicionam desfavoravelmente à súmula vinculante encontram consistentes embasamentos, inclusive, frente à declaração de inconstitucionalidade dos

⁷⁶ STRECK, Lenio Luiz. O efeito vinculante e a busca de efetividade da prestação jurisdicional. Da revisão constitucional de 1993 à reforma do Judiciário. In AGRA, Walber de Moura (coord.) Comentários à reforma do Poder Judiciário. Rio de Janeiro: Forense, 2005, p. 152-153.

⁷⁷ PORTUGAL, Tribunal Constitucional de Portugal. Acórdão 810-93, rel. Cons. Monteiro Diniz; j. 07.12.1993. Disponível em: <www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos>, acesso 15-12-2011.

⁷⁸ MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. São Paulo: RT, 2010, p. 201-202

”assentos” portugueses, que serviram de paradigmas para o modelo sumular pátrio, além dos que argumentam no sentido de que há invasão de competência Legislativa, bem como cerceamento da autonomia judicial.

Por sua vez, recolhem-se na doutrina^{79 80} inúmeras posições no sentido de que os precedentes vinculantes são válidos porquanto afinados à tutela da segurança jurídica e da confiança; da previsibilidade; da estabilidade; do princípio da igualdade⁸¹; da legalidade substancial; do respeito à hierarquia; da coerência; do controle do poder do juiz⁸²; do desestímulo à litigância; do favorecimento de acordos; da despersonalização das demandas – maior facilidade de aceitação da decisão; da racionalização do duplo grau de jurisdição; da contribuição à duração razoável do processo; da economia de despesas; da maior eficiência do Poder Judiciário, dentre outros.

Vemos, porém, que a maioria dos argumentos em defesa da possibilidade jurídica de edição de precedentes vinculantes atrelam-se aos ideários do modelo liberal, que primava pela segurança e, assim, pela previsibilidade das atuações estatais. Ademais, como visto, na busca de tais valores, decorreu a Escola Positivista.

Por outro lado, a estabilidade buscada pelo modelo liberal e por seu direito codificado, mostravam-se plenamente coerente com as características da sociedade da época. Todavia, a ideia democrática impõe um novo conceito de justiça, já que a sociedade atual está em constante transformação, decorrente da interação dos atores sociais, especialmente diante do pressuposto de que o conflito de ideias é legítimo, o que alimenta a busca pela justiça, a qual não é mais dada e sim construída. Deste modo, importante é a conclusão de Reale, transcrita na primeira parte da presente pesquisa, no sentido de que a “certeza estática e definitiva acabaria por destruir a formulação de novas soluções mais adequadas à vida, e essa impossibilidade de inovar acabaria gerando a revolta e a insegurança”.

⁷⁹ MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. São Paulo: RT, 2010, p. 121-190.

⁸⁰ “Consideramos que as noções de previsibilidade e segurança são inerentes à ideia de Direito. Pode-se, de fato, constatar, como já se observou, que, de algum modo, em todas as épocas históricas, por meio do direito, se procurou obter algum tipo de estabilidade. Têm variado os graus de estabilidade que se tem pretendido obter e as técnicas jurídicas pelas quais se tem pretendido sejam estes níveis alcançados. A adoção do sistema da súmula vinculante, neste contexto, pode ser vista como uma das técnicas que tendem a levar àquele resultado, no sentido de se chegar perto da previsibilidade que, ao que parece, considera-se desejável”. In MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz. Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A Súmula Vinculante vista como Meio Legítimo para Diminuir a Sobrecarga de Trabalho dos Tribunais Brasileiros. Disponível em <http://www.advogadobr.com/comentarios-ao-CPC/00_sumula_vinculante_meio_legitimo.php>, acesso em 03 de dez. 2011.

⁸¹ DAIDONE, Décio Sebastião. A Súmula Vinculante e Impeditiva. São Paulo: LTr, 2006, p. 81: “A adoção trará como consequência lógica, uma igualdade na interpretação legal, que segundo a Constituição Federal, deve ser a mesma para todos os cidadãos e [...] implica também, em defesa do princípio da segurança jurídica e previsibilidade das decisões judiciais em causas idênticas.”

⁸² MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A Súmula Vinculante vista como Meio Legítimo para Diminuir a Sobrecarga de Trabalho dos Tribunais Brasileiros. Disponível em <http://www.advogadobr.com/comentarios-ao-CPC/00_sumula_vinculante_meio_legitimo.php>, acesso em 03 de dez. 2011.

Como visto no capítulo anterior, o direito é ciência em constante modificação, sendo que o intérprete tem que buscar em cada caso a solução mais adequada, diante das inúmeras possibilidades. Com Häberle podemos dizer que a solução é construída através de um processo discursivo, o que rechaça a ideia de que haja uma única interpretação possível ao texto legal, como pretende a vinculação jurisprudencial.

O princípio da igualdade também tem sido utilizado como forma de justificar a padronizada interpretação da lei. Todavia, como abordado no primeiro capítulo, a igualdade perante a lei, formal, cedeu espaço para o princípio da isonomia (igualdade material), que reconhece as diferenças e a necessidade de consideração destas no processo concretizante do direito. Mesmo que se mostre coerente a aplicação idêntica da lei a casos idênticos, o fato a considerar é que mesmo a questão meramente de direito sempre acaba por sofrer o influxo valorativo dos fatos.

O respeito à hierarquia⁸³ é outro argumento defendido por aqueles que vêm no instituto validade. Todavia, a Constituição Federal, em capítulo próprio, estabeleceu inúmeras garantias aos magistrados para que possam agir com independência funcional em sua atividade típica. Trata-se de garantia de existência do próprio Estado de Direito. Ademais, como também restou demonstrado, o princípio da independência é garantia de justiça, bem como de óbice a interferências arbitrárias na construção do direito. Deste modo, com base no inciso II, do artigo 5º, da CRFB, somente a lei vincula a todos, bem como ao aplicador, sem o que sua tarefa seria além de legalista, mero reproduzidor dos comandos superiores. Além disto, o controle do poder judicial é garantido pelo duplo grau de jurisdição, que é garantia constitucionalmente assentada e que não inibe a apreciação vinculada, mas criativa do julgador.

No direito brasileiro, a autonomia da função judicial referente à criação jurídica encontra respaldo, além do disciplinado constitucionalmente, no disposto no artigo 468, do Código de Processo Civil brasileiro, quando sua original e acertada limitação, posto que “a sentença, que julgar total ou parcialmente a lide, força de lei nos limites de lide e das questões decididas”. Conforme referem Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery,

[...] a sentença de mérito transitada em julgado transforma o caráter abstrato da lei ou de direito na situação concreta específica objeto da decisão do juiz.

⁸³ MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A Súmula Vinculante vista como Meio Legítimo para Diminuir a Sobrecarga de Trabalho dos Tribunais Brasileiros. Disponível em <http://www.advogadobr.com/comentarios-ao-CPC/00_sumula_vinculante_meio_legitimo.php>, acesso em 03 de dez. 2011: “[...] o nosso sistema, como regra geral, ao que parece, não admite que o juiz decida senão com base, fundamentalmente, na lei. O juiz tem, como regra, portanto, no sistema brasileiro, segundo a opinião que predomina, a possibilidade de optar pela interpretação da lei que lhe pareça a mais acertada. Nos casos em que vier a incidir a súmula vinculante, desde logo o juiz terá de se curvar àquela interpretação que terá sido sumulada. Observe-se, todavia, que não estará deixando de decidir **de acordo com a lei** (em sua interpretação ‘oficial’)”.

Caracteriza-se como *lex specialis* entre as partes, que prevalece contra a *lex generalis* existente no ordenamento jurídico.⁸⁴

Por sua vez, o argumento referente ao desestímulo à litigância afronta diretamente aos princípios que dão sustentação ao Estado Democrático de Direito, notadamente o que reconhece o conflito de ideias legítimo, bem como o que busca a conscientização e efetivação dos direitos em direção à ampla participação política. Deste modo, temos que a busca por justiça decorre de um processo de politização da sociedade que não deve ser sumariamente repellido, mas trabalhado em direção ao crescimento social.

Por seu turno, a ampla busca de acesso à justiça – sendo a prestação jurisdicional serviço público por excelência – deve ser seguido por um efetivo aparelhamento estatal, do qual decorra agilidade dos procedimentos. Ademais, os instrumentos de repressão à utilização inadequada do acesso à Justiça, ou mesmo dos recursos já existem e devem ser remédios para correção de tais problemas, em vez do frontal cerceamento dos mesmos.

Além disto, há aqueles que, em posição intermediária, reconhecem a vinculação aos pilares do sistema jurídico pátrio, mas que se manifestam favoráveis à inovação referida, levantando que não há direito absoluto, e que

No choque de dois grandes direitos fundamentais de igual hierarquia (colisão de direitos fundamentais), parece ser mais condizente diante da realidade forense pátria a garantia da segurança jurídica e do princípio da igualdade substancial ou material, em vez da liberdade irrestrita do magistrado nas causas já decididas e pacificadas no Supremo Tribunal Federal, “desafogando”, por consequência, o Poder Judiciário, das milhares de causas repetidas.⁸⁵

Assim, o amplo poder que vem sendo atribuído às súmulas inclusive com maior significado, na medida em que se relaciona com a possibilidade de restrição de acesso ao próprio duplo grau de jurisdição, o que compromete o atuar jurídico por meio de uma visão reducionista sobre a lei. Assim, torna-se flagrantemente questionável a utilização dos novos patamares hermenêuticos fechados, como a súmula vinculante, especialmente para o fim de evitar o reexame pelo Tribunal da questão posta em causa.

Além do mais, verifica-se no aumento do poder jurisprudencial nova técnica atrelada ao positivismo jurídico, já que se inibe a possibilidade de mais de uma interpretação para o texto legal. Ademais, o estabelecimento de normas, mesmo que de interpretação, viola o primado da Legalidade estrita, como visto no segundo capítulo, e da separação de poderes, princípios basilares do sistema jurídico pátrio, como demonstrado na primeira parte deste

⁸⁴ NERY JÚNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. Código de Processo Civil Comentado. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: RT, 2006, p. 468 e 469.

⁸⁵ LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 8. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Método, 2005, p. 381.

trabalho. Não bastasse, veja-se que o instituto brasileiro foi mecanismo adaptado do modelo português que, por sua vez, já lhe reconheceu a inconstitucionalidade, caminho a ser seguido pelo direito pátrio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a mudança extremada em direção ao dirigismo jurisprudencial, além de não possuir contornos bem definidos, possui vários óbices de ordem estrutural do ordenamento jurídico pátrio o que instiga à pesquisa, principalmente quando se tem constitucionalmente assentado que no sistema jurídico brasileiro somente à lei é relegada a tarefa de impor limitação a direito (CRFB. art. 5º, II).

Diante da evolução histórica do Estado podemos extrair as bases que dão sustentação ao modelo atual, dentre os quais a que prevê proteção contra interferências entre os Poderes, a autonomia para que o juiz tenha condições de livremente apreciar o caso em análise, com suas particularidades e pudesse aplicar a lei sempre na busca da justiça.

No mesmo sentido, ainda, vislumbra-se a ideia de segurança jurídica e certeza, bem como o papel que o direito desempenha neste contexto, notadamente liberal. Não obstante, com a evolução do estudo, vê-se que os valores jurídicos foram sendo alterados e que, da sociedade estabilizada no modelo liberal, passamos a sofrer o influxo democrático e com ele a relativização da própria ideia de justiça. Assim, a forçada estabilização jurídica com base nos valores certeza e segurança, diante da constante modificação social, culmina com insegurança jurídica, ao arrepio da finalidade precípua do Direito.

Por outro lado, a própria estabilidade angariada representa cerceamento à possibilidade de ampla discussão jurídica, em afronta ao sustentáculo de construção pluralística de novos conhecimentos, corolário da formatação democrática.

Assim, na tentativa de fazer frente à grande demanda por tutela jurisdicional, busca-se reprimi-la ou mesmo solucioná-la através da limitação do acesso à justiça, ou mesmo dos meios garantidos constitucionalmente para sua efetivação. Vemos, hoje, inclusive, o Poder Judiciário patrocinando propagandas de desincentivo à litigiosidade, em que pese para nós esta demanda social traduzir-se reflexo de politização e de conscientização da necessidade de se obter meios de efetivação dos direitos legalmente reconhecidos.

Ainda no viés liberal, encontra o Positivismo Jurídico e com ele a atividade silogística da hermenêutica jurídica, em que ao julgador era imposta tarefa peculiar de meramente

aplicar a lei. Por sua vez, a igualdade buscada era a diante da lei, a qual foi superada pela ideia de isonomia, de reconhecimento das diferenças e com ela a necessidade de tratamentos diferentes. Além do mais, com a positivação de valores nas Constituições, com o destaque do fator pragmático, com os influxos da teoria do procedimento e da prática discursiva, pode-se depreender que o Direito representa muito mais do que meramente aplicar a lei, mas exige um trabalho sistêmico e participativo do intérprete.

Não há como se deixar de identificar a vinculação jurisprudencial obrigatória à Escola Positivista, na medida em que, como visto, seus objetivos são os mesmos, bem como pela forma como estão estabelecidas suas características, especialmente a de sedimentação de alternativas hermenêuticas únicas a textos legais, como se isto fosse possível.

De outra banda, as mudanças do modelo brasileiro em direção ao dirigismo jurisprudencial sequer podem ser comparadas àquela existente no sistema Common Law, já que lá os paradigmas precedentes ingleses não são analisados de forma isolada – em normas abstratas – como se pretende com as inovações legislativas em tela, mas vinculados aos fatos que lhe deram origem, fazendo com que se busque a validade dos comandos normativos ali contidos.

No sistema Civil Law genuíno, pois, a jurisprudência desempenha papel diverso, posto que sua função seja mediata e informativa frente à Lei. Assim, comprometida mostra-se a análise que outorga amplos poderes de produção de comandos abstratos aos Tribunais Superiores, inclusive com função de impedir o acesso à justiça através dos recursos, já que tal função não está dentre as atribuições do Poder Judiciário, violando os princípios herdados do movimento Iluminista.

Por outro lado, resta plenamente demonstrada, pois, a similitude entre os institutos dos Assentos e a Súmula Vinculante. Vimos que a vinculação obrigatória a precedentes sumulados resta visivelmente superada diante da declaração de inconstitucionalidade dos “Assentos” portugueses no qual se espelha a “adoção” brasileira. Naquela decisão, reconheceu-se ofensa ao princípio da legalidade, da Separação de Poderes e da autonomia judicial. Deste modo, o caminho a trilhar pela adoção brasileira não se mostra diverso, já que nasceu espelhada em instituto invalidado pelo direito de mesma origem estrutural.

Se o princípio da legalidade mostra-se violado, o mesmo podemos dizer sobre o princípio do amplo acesso ao Judiciário, já que neste está contida a ideia de que estejam disponibilizados mecanismos capazes de potencializar a garantia, dentre os quais o duplo grau de jurisdição.

Assim, vimos que a instituição da vinculação judicial representa visível retrocesso, impedindo a alteração de posicionamentos com construção de novas alternativas para os anseios da sociedade, em prol de argumentos que se mostram de alcance restrito, maculando direitos fundamentais reconhecidos, alterando legitimidade constitucionalmente distribuída, bem como ferindo garantias legítimas de construção efetiva da justiça.

Além do que as alterações que têm sido objeto o direito pátrio acabam por reprimir as justas expectativas da sociedade em sua luta por direitos, ressuscitando corrente até então tida por superada, como pôde se verificar.

Como meio alternativo, inicialmente vemos no reforço do aparelhamento estatal a alternativa viável para solução dos problemas estruturais de excesso de demanda e morosidade processual. O investimento em servidores, em ambiente adequado, em mecanismos de desburocratização do acesso à Justiça, em efetiva punição àqueles que buscam o Poder Judiciário de forma inadequada. Já há no Brasil inúmeros órgãos judiciais bem aparelhados, com altos investimentos em virtualização de processos, tornando ágeis os procedimentos. A Justiça Comum Federal, a Justiça do Trabalho, têm se mostrado bons exemplos disto. Ademais, inúmeros mecanismos de punição para o uso excessivo dos recursos, para a litigiosidade de má-fé, etc., existem, entretanto, em nosso sentir, não muito utilizados.

Enfim, podemos constatar que realmente existem problemas crônicos no Brasil de excesso de demanda por prestação judicial, entretanto há mecanismos de enfrentamento destes problemas relacionados a investimento e racionalização de recursos. Por tal motivo, a solução que tem sido encontrada na restrição de acesso a recursos e do crescimento dos poderes dos tribunais mostra-se – além de inválida materialmente por ferir as bases de nosso sistema jurídico – totalmente desarrazoada, ensejando o reconhecimento de sua inconstitucionalidade por ferir as vigas mestras do sistema pátrio.

REFERÊNCIAS

- BASTOS, Márcio Tomás. Exposição de motivos. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/MJ/2004/182.htm, acessado em 25-08-2006.
- BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de Direito Constitucional. 21. ed. atual. São Paulo: Saraiva, 2000.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 1997.
- BRASIL. Constituição Federal. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

_____. Lei n.º 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

_____. Lei n.º 11.417, de 19 de dezembro de 2006. Regulamenta o art. 103-A da Constituição Federal e altera a Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, disciplinando a edição, a revisão e o cancelamento de enunciado de súmula vinculante pelo Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.

CAPPELLETTI, Mauro. O processo civil no direito comparado. Tradução de Hiltomar Martins oliveira. Belo Horizonte: Líder, 2001.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. Precedente judicial como fonte de direito. São Paulo: RT, 2004.

DAIDONE, Décio Sebastião. A Súmula Vinculante e Impeditiva. São Paulo: LTr, 2006.

FERREIRA, Pinto. Comentários à Constituição Brasileira. I Vol. São Paulo: Saraiva, 1989.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 8. ed. rev., atual. e ampl. – São Paulo: Método, 2005.

MARINONI, Luiz Guilherme. Precedentes Obrigatórios. São Paulo: RT, 2010.

MARTINS, Ives Gandra da Silva; MENDES, Gilmar Ferreira. Controle concentrado de constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARTINS, Ives Gandra. Ação Declaratória de Constitucionalidade. São Paulo: Saraiva, 1994.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A Súmula Vinculante vista como Meio Legítimo para Diminuir a Sobrecarga de Trabalho dos Tribunais Brasileiros. Disponível em <http://www.advogadobr.com/comentarios-ao-CPC/00_sumula_vinculante_meio_legitimo.php>, acesso em 03 de dez. 2011.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Luiz Rodrigues; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A Súmula Vinculante vista como Meio Legítimo para Diminuir a Sobrecarga de Trabalho dos Tribunais Brasileiros. Disponível em <http://www.advogadobr.com/comentarios-ao-CPC/00_sumula_vinculante_meio_legitimo.php>, acesso em 03 de dez. 2011.

MEIRELLES, Hely Lopes; MENDES, Gilmar Ferreira; Wald, Arnaldo. Mandado de Segurança e Ações Constitucionais. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2009.

MORAES, Alexandre de. Direito Constitucional. 9 ed. Atual. com EC n.º 31/00. São Paulo: Atlas, 2001.

NERY JUNIOR, Nelson. Princípios Fundamentais – Teoria Geral dos Recursos. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1997.

NEVES, A. Castanheira. O Instituto Jurídico dos “Assentos” e a Função Jurídica dos Supremos Tribunais. Coimbra: Coimbra, 1983.

PINTO, Nelson Luiz. Recurso Especial para o Superior Tribunal de Justiça. Teoria geral e admissibilidade. São Paulo : Malheiros, 1992.

PORTANOVA, Rui. Princípios do Processo Civil. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

PORTUGAL, Tribunal Constitucional de Portugal. Acórdão 810-93, rel. Cons. Monteiro Diniz; j. 07.12.1993. Disponível em: <www.tribunalconstitucional.pt/tc/acordaos>, acesso 15-12-2011.

SAIBI FILHO, Nagib. Ação declaratória de constitucionalidade. Rio de Janeiro: Forense, 1994.

SILVA, José Afonso da. Comentário Contextual à Constituição. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, Ovídio Batista da. Processo e ideologia: o paradigma racionalista. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 240.

STRECK, Lênio Luiz. Súmulas no Direito Brasileiro – Eficácia, Poder e Função. 2. ed. rev. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1998.

WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. Os Novos Direitos no Brasil: Natureza e Perspectivas - Uma Visão Básica das novas Conflitualidades Jurídicas. São Paulo: Saraiva, 2003.

ALGUMAS IMPLICAÇÕES DOS IDEAIS DOS PROFESSORES NO TRABALHO COM ALUNOS POSSUIDORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS: UMA PERSPECTIVA PSICANALÍTICA.

Élide Avila Kessler¹
Sabrina Eliz Inacio²



1 – Professora do Curso de Psicologia. Universidade Luterana do Brasil – ULBRA. Campus São Jerônimo, RS, Brasil.

2 – Professora tutora na Pós-graduação Flex EAD – Grupo UNIASSELVI.

Dados para correspondência

Élide Avila Kessler;
E-mail: elideakessler@gmail.com

Recebido em: 01/12/2013.
Revisado em: 17/02/2014.
Aceito em: 27/04/2014.

Área: Desenvolvimento humano.

RESUMO - Levando em consideração a possibilidade de articulação entre a psicanálise e a prática escolar, temos por objetivo compreender o discurso sobre os ideais dos professores com relação aos alunos em uma Escola de Educação Especial. O trabalho de psicologia escolar, em particular na escola de educação especial, se depara, sem cessar, com a demanda dos professores sobre como lidar com os alunos e, principalmente, com alunos com necessidades de cuidados especiais. O trabalho buscou entender através das entrevistas o discurso dos professores, o que idealizam para seus alunos e se está próximo do que acontece no seu fazer diário. Foi possível encontrar elementos como: os ideais ficam a nível das ideias, sem serem colocados em prática, sem que eles tenham clareza dessa distância entre o que pensam e o que realmente conseguem realizar com o aluno, existindo uma falta de reconhecimento do que eles idealizam e o que o aluno parece buscar deles. Reforça uma posição de que o que eles almejam está distante do que o aluno pretende. De posse desses dados, aproveitar essas compreensões para implementação no trabalho dos professores junto aos alunos na instituição escola.

Palavras-chave: Professor. Ideais. Educação especial.

ABSTRACT - Taking into consideration the possibility of links between psychoanalysis and school practice, we aim to understand the discourse on the ideal of teachers in relation to students in a Special Education School. The work of school psychology, particularly in special education school, faces, without ceasing, the demand for teachers on how to deal with students, and especially with students with special care needs. The study sought to understand speech through interviews of teachers, which idealize for its students and is close to what happens in your everyday. It was possible to find elements like: the ideals are at the level of ideas, without being put into practice, without their clarity that distance between what they think and what they actually can do with the student, there is a lack of recognition of what they idealize and the student seems to seek them. Strengthens a position that they crave it's far from what the student wishes. With this data, take advantage of these insights for implementation in teachers' work with students in the school institution.

Keywords: Teacher. Ideals. Special education.

INTRODUÇÃO

Uma suposição primeira que se poderia fazer de um professor dentro da escola seria a de um sujeito desejante em uma educação transformadora, inspirada por ideais elevados e assim por diante. De fato, é bom que seja assim: por mais difícil que seja o cenário e por mais arruinado que esteja o mundo, é importante vislumbrar alternativas de uma vida melhor. No entanto, isso não impede, e até exige, que tenhamos um olhar crítico para nossa realidade.

Os ideais dos professores com relação aos alunos em Educação Especial se manifestam diante das dificuldades encontradas e trazidas por eles mesmos no cotidiano escolar. Nos últimos anos de trabalho, e pertencendo a uma equipe de saúde escolar desde 1988 tenho tido uma demanda dos professores, cada vez maior, de como lidar com aluno. Como psicóloga itinerante e trabalhando também dentro de uma Escola Especial, esses pedidos aumentam, talvez pela pluralidade de dificuldades com as quais estão se deparando. A busca é entender melhor os ideais destes professores, especificamente da Escola Especial através do discurso do professor, para que de posse dos elementos levantados, quem sabe, amenizar o mal-estar que a relação professor-aluno muitas vezes causa.

Para a compreensão dos discursos foram propostos objetivos como: a) Escutar os discursos dos professores que trabalham com alunos especiais; b) Buscar elementos que possibilitem a compreensão desses ideais em relação ao aluno; c) Fazer uso das compreensões levantadas para, quem sabe, implementar junto aos professores no seu cotidiano na instituição escolar.

EDUCAÇÃO ESPECIAL

Um breve histórico

Quando se fala de educação especial parece que ela sempre esteve assim, com essa configuração. As pessoas são diferentes, isso parece nunca foi negado. A pergunta que poderia ser feita é; como fazer mais e melhor uma educação de qualidade para todos sem exceção.

Depois do percurso exclusão, separação, integração, enfim chegamos à inclusão. No momento em que vivíamos na história da humanidade a plena exclusão poderíamos associar com o que se pensava sobre o sujeito com determinada deficiência e, então, como

refere Baptista (2003, p.47) era também uma questão da condição de idiotia ser associada à ausência de crença na educabilidade do sujeito.

Mesmo com a evolução do conhecimento científico, por muito tempo a marca corporal desses sujeitos com deficiência estava ligada ao corpo e as marcas corporais, então, só se ocupariam dessa manutenção os que conheciam os males do corpo.

Segundo Baptista in Maraschin (2003, p. 47) as primeiras propostas de atendimento de educação chamada “especial” surgiram associadas às características de cuidado/afastamento e à intervenção de tipo ortopédico, no sentido de corrigir o sujeito “desviante”.

As escolas de educação especial foram um grande passo no sentido de diminuir a segregação. Surgiram ainda com uma posição, em princípio, transitória, (Glat, 1998 e Beyer, 2005, p.15) in caderno Específico de Ed. Especial da Uniasselvi. Essa solução deveria ser passageira.

UM MOMENTO MAIS ATUAL DA HISTÓRIA

A partir de década de 70, poderíamos dizer que começou a apontar para um processo de desinstitucionalização e, então, a ideia era uma transferência de sujeitos que já estavam tendo oportunidade que o ensino regular não rejeitava oportunizar para essas pessoas possuidoras de necessidades especiais.

As escolas especiais têm como alunos - por princípio - alunos em que a idade cronológica está em desacordo com a idade mental, caracterizando em muitos casos um DÉFICT INTELECTUAL⁸⁶, mas que não deixam de estar associados à problemas psíquicos, e também se encontrar associados a diferentes tipos de perturbações afetivas e do comportamento, os quais impedem que sujeitos possam utilizar suas - mesmo que reduzidas - capacidades em um grupo social ou profissional.

Diz-se que a criança considerada com DEFICIÊNCIA MENTAL é alguém que adquire uma personalidade particular, fruto de seus próprios conflitos e do seu modo de relacionar-se num mundo por si só exigente. Fatores tais como a própria comparação no contato com as pessoas que o rodeiam ou nos jogos com os amigos, os fracassos escolares, a percepção do êxito mais frequentes dos outros, a transferência de classe ou a instituição

⁸⁶ Foi inserido aqui para dar uma caracterização como uma defasagem entre idade cronológica e mental.

especial, acabam por fazer com que o deficiente veja sua própria diferença, entendida como inferioridade.

OS IDEAIS DO PROFESSOR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Os ideais do professor numa visão psicanalítica

Quando se escolhe uma escola ou um lugar para trabalhar, talvez não se consiga ter esta clareza ou determinação. Então, escolhemos este lugar de trabalho baseado em que?

Para falar de ideais de cada um de nós, e em específico com relação aos professores dentro de uma visão psicanalítica, teríamos que percorrer o caminho do desejo da transferência e nessa composição os ideais.

Segundo Carrara org. (2004, p 99) A relação triádica precisa ser assumida na relação professor –aluno, ou seja, é necessário explicitar que entre o aluno e o conhecimento objeto de seu desejo há um terceiro, o professor, que funcionará como elemento de regulação do acesso a esse objeto.

O aluno com o qual o professor vai se relacionar nunca irá corresponder ao idealizado, por mais que tudo pareça maravilhoso, sempre é diferente do imaginado. Tanto nunca irá corresponder que assistimos na clínica, a casos em que a sintomatologia de um portador de déficit aparece mesmo não estando presente nenhuma lesão orgânica real. São casos em que aparece a denominada lesão imaginária, cujo registro, estruturalmente, situa-se no sujeito psíquico.

Para seguir falando sobre os ideais, podemos consultar o que significa ideal no dicionário da Língua Portuguesa, o Aurélio (1999, p. 1071): “*Que existe somente na ideia; imaginário, fantástico. O sonhador não abre mão de sua riqueza interior*”. Que é síntese de tudo que aspiramos, de toda a perfeição que concebemos. O conceito que se aproxima mais de nossa abordagem. Ainda no Aurélio: “*Aquilo que é objeto de nossa mais alta aspiração intelectual, estética, espiritual, afetiva, ou de ordem prática*”.

E na educação, o ato de educar tem a conotação de civilizar, ou seja, inscrever os sujeitos em códigos, nos hábitos nos costumes que já estavam dados no tempo/local em que se veem ao nascer.

Baseado no que Calligaris (1996, p. 50) coloca, há dois caminhos para se constituir um sujeito fazendo parte dessa construção interna. O Ideal do Eu caracterizando-se como

ligado aos valores, obrigações, tradições de sua cultura. Já o Eu Ideal busca coincidir com a imagem que poderia satisfazer aos outros (primeiro aos pais).

Para um professor que referiu a possibilidade de seus ideais no dia a dia diz: P3 “*Comigo não é assim os ideais são colocadas em prática*” ou ainda podem se contradizer como o P2 “*Porque ele é concreto e se não se concretizar ele só ficará a nível de ideias, pensamentos.*” “*Se não virar uma ação não é um ideal, às vezes fica somente na ideia.*”

Então se os ideais ficam a nível das ideias e nem todos colocados em prática, podemos inferir que existe uma falta de clareza dessa distância entre o que pensa e que consegue realizar com o aluno.

Lajonquière (1999, p. 92) nos lembra que a forma como se tratam os ideais (simbólicos e imaginários) é inseparável daquela com que se pretende educar. Mesmo com a constatação acima da leitura do discurso do professor, temos que trabalhar com esse dado que fica implícito na fala deste para entender a relação do professor com o aluno.

Em psicanálise podemos destacar o Ideal do Eu (simbólico). Esses ideais em larga medida são tributários das primeiras realizações da humanidade, vêm a determinar a unidade cultural de um povo, ou seja, compõem a trama do tecido que o abriga e suporta enquanto humanos. Para que este cenário possa se desdobrar, precisamos do mundo, das pessoas e das coisas para que o objeto de desejo se produza desde quando nascemos. Esse campo que se estabelece é a transferência. Professor e aluno não fogem deste lugar onde se instalam expectativas de um e de outro, por mais marcas físicas e limitações intelectuais que possam estar em jogo nesta relação. A Transferência é um investimento de desejo. Chemama (1995, p.217) como tal, é a “*margem que separa, devido à linguagem, o sujeito do objeto supostamente perdido. Esse objeto é a causa do desejo*”.

Outra fase do P3: “*Eles é que me ensinaram*”. Está aqui um exemplo de possibilidade de troca, quando se abre essa via transferencial de mão dupla. Para que ocorra o aprendizado de ambos, professor e aluno, é preciso abdicar da posição de poder que o investimento transferencial lhe coloca.

A relação com um outro que ensina envolve aprender com alguém; na escola está na figura do professor esse lugar. Algo terá que ocupar esse lugar esvaziado de uma referência até então operada pela tradição, encarnada na denominada função paterna. Aí é que vão se enlaçar, amarrar, os elementos constitutivos e orientadores daquilo que é fundante do sujeito, uma vez que conforma as balizas que o situam no mundo. A importância do professor então, não é qualquer. É de elementos como estes que Lacan in Kessler, Elide A. (2005, p. 28) se

utiliza para definir o inconsciente como “*discurso do outro*”. Quando alguém entra no sistema escolar, é imediatamente projetado no tempo: “o que será quando crescer”. Surgem as expectativas dos pais e pessoas próximas sobre o filho; da sociedade, sobre o futuro cidadão. Configura-se um ideal – um ponto de referência situado adiante – a ser perseguido e que passará a orientar os passos da pessoa.

Se acreditarmos no inconsciente, temos que supor que essa transmissão se realiza de inconsciente para inconsciente e que poderá gerar efeitos tanto no professor, mas também no aluno, ainda que não saibamos quais sejam. O professor teria que ser tomado como no sentido mais amplo da palavra, uma espécie de agente cultural, e não como um reles tecnocrata dos conteúdos, especialista em informações, ou domador de feras, suas inimigas. O professor é também um sujeito marcado por seu próprio desejo inconsciente

Segundo Kessler (1999, p. 65)

Um professor não terá a menor chance restringindo-se a ser bom conhecedor dos temas da área, um bom ‘técnico’, um mero transmissor de informações e conteúdos. Necessitaria estar ligado (plugado) aos acontecimentos de forma ampla, as novidades tecnológicas ao debate do momento entre filósofos, ao que anima os comentários dos ‘simples mortais’ e que repercute via imprensa, à última tendência entre os jovens.

Historicamente a tentação de abusar desse lugar de poder sobre o aluno é muito forte então Kupfer (1989 p.93):

No caso do professor, abusar do poder seria equivalente a usá-lo para subjugar o aluno, impor-lhe seus próprios valores e ideais. Em outras palavras, impor seu próprio desejo, fazendo sobrepor-se àquele que movia seu aluno a colocá-lo em destaque.

O campo fértil para colocação dos desejos, e em conjunto os ideais que movem o sujeito no mundo, encontram lugar na transferência. A transferência ocorre na análise e fora dela, nos neuróticos, psicóticos enfim, com todos os sujeitos. As relações humanas contém uma mistura de reações transferenciais e do que podem ser pensadas como mais realistas.

Com toda esta expectativa de que o que é dos ideais faz parte do que tem que concretizar, passa a inviabilizar qualquer possibilidade de espaço criativo, ou seja, temos que ter nossos ideais, até porque, sem eles não conseguiríamos seguir, mas fica muito difícil do professor seguir nessa perspectiva de que ideal está ligado ao concreto, dificultando e muito o trabalho junto ao aluno na escola.

A fala de outra professora mais experiente (com mais tempo de trabalho em educação) aponta para possibilidades de como lidar com ao engessamento do jogo dos ideais com

prática. P2 “*Acha o que se aprende nos cursos foge da realidade. Adaptar para sair-se bem no trabalho, Esta vivência que é proporcionada pelo espaço físico e pela região onde trabalha*”, ou seja, só a vivência do dia a dia vai construindo essas novas possibilidades de trabalho. O professor fica então no lugar de um possibilitador e o psicólogo na escola pode, com seu embasamento teórico e uma leitura outra, que não aquela mais explicitada, auxiliar na compreensão da relação professor/ aluno.

Qual seria o lugar dos ideais do professor na escola de educação especial?

A relação professor/aluno, desde a perspectiva psicanalítica, é tomada dentre vários elementos que cumprem uma possibilidade de leitura da cena que se monta para que ocorra a aprendizagem. É a partir disso, então, que tanto o sucesso como o fracasso na aprendizagem são considerados, desde uma dimensão não apenas cognitiva, mas sim vinculada ao que o sujeito em sua estrutura carrega, suporta, enquanto determinação. Com relação aos ideais dos sujeitos envolvidos na relação ensino/aprendizagem cabe serem colocados junto ao desejo⁸⁷, que vai se desenrolar na transferência diante de um outro.

O ideal do eu e o eu ideal, como foi levantado na subseção anterior, articulam este sujeito desejante, sendo que o desejo ou o sujeito desejante pode aparecer no que tantas vezes os educadores descrevem como motivação. Aqui, falaremos em desejo de saber, ou simplesmente desejo. Uma pessoa, um EU, é, antes de tudo, um EU para alguém, para um OUTRO⁸⁸; primeiro de tudo, um filho, é um filho de alguém que o quis, que o desejou.

A estrutura transferencial que se monta na relação e é definida pelos ideais da cada um, é que será intermediário entre os sujeitos, no caso aqui, professor e alunos, e com os objetos inconscientes de que dispõe os sujeitos envolvidos. Reforçando o que Kupfer (1989, p. 89) define que “*transferir é então atribuir um sentido especial àquela figura determinada pelo desejo*”.

É importante alertar novamente que a condição de espelhamento é inevitável na relação professor-aluno e precisa ter a devida consideração. Obviamente o professor não deve se valer dessa condição de ideal do aluno para dominá-lo e assujeitá-lo.

O professor, tal como a mãe, funciona como um espelho através do qual o aluno irá construir sua imagem enquanto pessoa e, particularmente, enquanto sujeito em busca de

⁸⁷ Falta inscrita na palavra e efeito da marca do significante sobre o ser falante. CHEMAMA, 1995, p. 42

⁸⁸ Lugar onde a psicanálise situa além do parceiro imaginário, aquilo que, anterior e exterior ao sujeito, não obstante o determina. CHEMAMA, 1995 p. 152

conhecimento. O olhar do professor é também fator importante para a imagem que o aluno forma de si mesmo no campo da relação entre os dois na construção do conhecimento. Para o P1 a frase abaixo pode ilustrar como lecionam agora com alunos que diferem daqueles que imaginaram: P1 “*Com os diferentes alunos. Por essa diversidade que se apresenta tem uma angústia de buscar mais e melhor conhecimento. Para conseguir contribuir para a formação do sujeito*”.

O impacto do que o professor imaginou para o aluno que se apresenta diante dele pode ter um efeito importante para seguir num crescimento no processo educativo, assim como, pode até ser danoso.

Do mesmo modo, o professor é diferente do seu aluno, e aquilo que o professor pensa ser o melhor para seu aluno, o que pode despertar o interesse desse aluno, pode não ser efetivamente o que ele quer de uma aula interessante. O que o professor pensa pode ser uma chatice segundo a opinião do aluno, e vice-versa. Aquilo que o professor quer, seus valores, seus ideais e projetos são seus, não do aluno, cujo desenvolvimento e aprendizagem dependem fundamentalmente dos ideais, do desejo do próprio aluno.

Reconsiderando a questão transferencial, na relação professor-aluno, segundo Kupfer (1989, p 91), a transferência se produz quando o desejo de saber do aluno se aferra a um elemento particular que é a pessoa do professor. Transferir é então atribuir um sentido especial àquela figura determinada pelo desejo.

Também no próprio discurso do professor poderemos encontrar alternativas para o que eles mesmos se questionam, então, teremos essa colocação do P2 “*Atualmente o importante é mudar a maneira de pensar e se adaptar ao aluno*”. Teríamos que pensar como é esse se adaptar, que pode ser encarado como uma forma de sair da mesmice que muitas vezes domina o dia a dia do professor, procurando fazer uma leitura do que deseja o aluno.

O educador tem, a partir daqui, elementos que deveriam indicar-lhe alguns aspectos estruturais constitutivos dos sujeitos os quais deverá levar em consideração para trabalhar. O aluno já chegaria com sua história particular de vida, onde a relação com os pais, irmãos e demais grupos sociais, provavelmente estaria marcada por este elemento específico a ele, que é o déficit psíquico ou orgânico. Sua tarefa de ensino será, portanto, atravessada pelos elementos dessa relação que se estabelece entre ele e o aluno com toda a história de vida – pelas expectativas, ansiedades vigilância dos pais e do próprio aluno.

Para ilustrar, o P1 pode nos fazer pensar: “*Antes era DM – agora – mais doente mental, muitos transtornos mentais – obsessivos – transtornos opositores. Clientela que antes*

era Down, PC hoje tem uma doença – hoje é mais difícil. Era só o atraso e agora com doença, é transtorno para poder efetivar o aprendizado, hoje tem que conhecer mecanismos de aprendizagem. Eles não só são treináveis e hoje se trabalha os níveis de conhecimento”. Temos que nos munir de um grupo muito maior de profissionais para trabalhar. Com alunos com necessidades de cuidados especiais o ajuste que o professor tem que buscar fazer no seu cotidiano escolar parece exigir não só o seu preparo individual, mas o de uma equipe de trabalho multi e interdisciplinar:

Retomando a questão de transferência professor/aluno, a bagagem de história de vida de cada um e, principalmente, nas expectativas no diz respeito às atividades ligada ao aprender. No caso de alunos com necessidades de cuidados especiais, os elementos jogados na transferência estariam potencializados por elementos que se relacionam muitas vezes à limitação orgânica ou psíquica.

No módulo específico da Uniasselvi D7. p. 51:

A deficiência mental desafia a escola comum nos seus objetivos de ensinar e de fazer com que esse aluno aprenda o conteúdo curricular proposto. O aluno com deficiência mental tem uma maneira própria de lidar com o saber, que não corresponde ao que a escola preconiza.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente pode ser constatada que a postura da deficiência era, mesmo com a evolução do conhecimento científico, ligada à marca corporal dessas pessoas, sem possibilidade de deslocamento de como lidar com o psiquismo de cada um. E então, só quem entendia do corpo se encarregava desta tarefa de trabalhar com estes indivíduos com deficiência. Ampliando a leitura sobre a pessoa com DEFICIÊNCIA MENTAL, podemos dizer que, que é um sujeito que adquire uma personalidade particular, fruto de seus próprios conflitos e do seu modo de relacionar-se num mundo por si só exigente. A alteração de postura em relação à deficiência mental abre possibilidades que antes seriam impraticáveis.

À luz da psicanálise, e lembrando os significados de ideais desdobrados anteriormente, boa parte é fruto de um imaginário, ou ainda, pelo dicionário Aurélio, ficam a nível das ideias. Nenhum dos conceitos apresentados tratou de um imperativo que teria que ser colocado em prática. A análise que foi aqui imprimida diz respeito aos professores

que foram entrevistados nesta escola, mas podem estabelecer direções para seguir pesquisando, levantando hipóteses para estudos futuros e auxiliar na prática docente.

Através da leitura do discurso dos professores aqui entrevistados, pode ser entendida a existência da distância entre o que pensa o professor e o que ele realmente consegue realizar com o aluno. Apresenta-se uma falta de reconhecimento do que ele idealiza e do que consegue colocar em prática, reforçando a posição de que o que este professor almeja fica distante do que o aluno pretende. Também foi levantado através da fala destes professores que a complexidade que os alunos apresentam atualmente é bem maior do que anteriormente apresentavam. Atualmente teríamos além da deficiência mental quadros clínicos associados como; o autismo⁸⁹ a psicose⁹⁰ e também um sujeito em estado limite⁹¹. Ilustrado por esse discurso do P3 “A demanda maior agora é o desvio de conduta. Trazer algumas pessoas para ajudar para lidar. A contenção, eles sabem o que estão fazendo. Tem todo o conhecimento do mundo da rua. O professor é ameaçado caso faça algo contrário. Este tipo de aluno além de fazer, não se controlando, ele insere o colega num outro mundo”.

As queixas dos professores oscilam no que diz respeito aos subsídios teóricos, e que, mesmo buscando se especializar e acreditando que a universidade deveria fornecer algum embasamento também, mas, que parece não ser suficiente para trabalhar com sujeitos com necessidades especiais.

A P3, com mais tempo de trabalho, refere ter conseguido aprender no dia a dia e com os lugares e comunidades que a escola esteve inserida, adequar mais seu trabalho ao que vivenciou nestes espaços. Com essa constatação levou em consideração as potencialidades de seus alunos dentro da sua comunidade. A descoberta mais afinada de como lidar com seus alunos no caso da P2, ela coloca que: “Sempre acreditei que eles podiam melhorar se não é assim, não se consegue nada”.

Baseado em Kupfer (p. 97):

[...] o educador inspirado por ideias psicanalíticas renuncia a uma atividade excessivamente programada[...]podendo organizar seu saber mas não tem controle sobre os efeitos que produz. A psicanálise pode então transmitir ao educador uma ética que pode gerar uma posição de trabalho [...] o aluno: ser um indivíduo livre e prestativo.

⁸⁹ Retração, sobre o mundo interior, do sujeito, que recusa o contato com o mundo exterior, que pode ser concebida como um efeito de um fracasso radical na instalação da imagem do corpo. CHEMAMA, 1995 p. 22

⁹⁰ Processo mórbido que se desenvolve no lugar e em vez de uma simbolização não realizada. CHEMAMA, 1995 p. 173.

⁹¹ Caso limítrofe que definiria, no plano nosológico e estrutural, como intermediário ou “na fronteira” entre uma estrutura neurótica e uma estrutura psicótica. CHEMAMA, 1995 p. 63

É preciso, pois, tomar a escola como lugar de convivência com iguais e com autoridade. Dentro dessa perspectiva, a educação é tomada dentro do processo civilizatório, como veiculação da cultura, tendo presente sua função essencial de formação, para, talvez, poder aproximar os ideais da escola com aquele que o aluno veio buscar.

Ao educador, então, caberia levar em consideração essa dimensão ao lidar com esses alunos, numa tarefa sabidamente mais complexa que a já complicada atividade de educação de alunos considerados normais. Desde a psicanálise, é possível uma contribuição fundamental a essas categorias de sujeitos, na medida em que, o resgate da dimensão da singularidade de cada sujeito é muito cara aos psicanalistas, não havendo porque se fixar nas deficiências, mas, sim, nas características destes sujeitos e buscar que, como qualquer um, eles possam desenvolver-se a partir de suas especificidades e de seu desejo.

E finalmente, que o educador deva reconhecer que elementos de seu próprio desejo permitiram ou determinaram a sua escolha a fatores externos, como necessidades econômicas emergenciais, imposições sociais ou histórico-familiares. Na medida em que isto seja reconhecido, esta difícil tarefa a que o educador se propôs encontrará seus aspectos de gratificação pessoal indispensável ao investimento (subjetivo) necessário para que o trabalho com estes sujeitos possa atingir os efeitos esperados.

REFERÊNCIAS

- CALLIGARIS, Contardo. *Crônicas do Individualismo Cotidiano*. São Paulo: Editora Ática, 1996.
- CHEMAMA, Roland (org.). *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio: O Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- KESSLER, Carlos Henrique. O professor precisa ser um agitador cultural. *Revista da Aposta Psicanálise e Educação Uma Transmissão Possível*, Porto Alegre, v. 16, n.16, p. 61, 1999.
- KESSLER, Élide A.. *Tempos adolescentes: vida e discurso*. Dissertação de Mestrado em Educação. Porto Alegre: UFRGS, 2005. P.28
- KESTER, Carrara (org.). *Introdução a Psicologia da Educação*. São Paulo, Avercamp, 2004.
- KUPFER, Maria Cristina. *Freud e a Educação. O Mestre do Impossível*. São Paulo: Scipione, 1989.
- LAJONQUIÈRE, Leandro de. *Infância e ilusão (psico)pedagógica: escritos de psicanálise e educação*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- MARASCHIN, Freitas & Carvalho Org. *Psicologia e Educação . Multiversos Sentidos, olhares e experiências*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2003.

UNIVERSITÁRIO Leonardo da Vinci. Caderno Específico de Ed. Especial.

O ENSINO DE HISTÓRIA E SUA HISTORIOGRAFIA

Rudimar Serpa de Abreu¹



Revista Ciência e Conhecimento – ULBRA/São Jerônimo

RESUMO - Este artigo pretende discutir o ensino de história sob o ponto de vista das concepções atualmente produzidas pela a historiografia: positivismo, marxismo e annales. E, proporcionar a reflexão sobre os problemas envolvendo o ato de ensinar e aprender em História, para que os educadores possam perceber e desvelar em suas práticas quais concepções aparecem nos planejamentos de aula e consequentemente na metodologia escolhida.

Palavras-chave: História. Ensino de história. Historiografia.

ABSTRACT - This article intends to discuss the history teaching from the point of view of the conceptions currently produced by the historiography: positivism, marxism and annales as well as promote the reflection on the problems involving the act to teach and to learn in History, in order to the educators can perceive and discover in their practices which conceptions appear in the plannings of lesson and consequently in the chosen methodology.

Keywords: Teacher. Ideals. Special education.

1 – Professor do Curso de História.
Universidade Luterana do Brasil –
ULBRA. Campus São Jerônimo, RS,
Brasil.

Dados para correspondência

Rudimar Serpa de Abreu
Rua: Núcleo C-78 - Nº: 44 –
CEP: 96745000. Bairro: Piratini.
Charqueadas – RS/Brasil.
E-mail: rudiabreu@terra.com.br

Recebido em: 12/03/2014.
Revisado em: 17/04/2014.
Aceito em: 27/04/2014.

Área: Gestão do conhecimento.

INTRODUÇÃO

As discussões relativas à construção de aprendizagem, aos elementos envolvidos nos processos cognitivos por parte dos alunos, ao trabalho didático-pedagógico desenvolvido em sala de aula vêm ocupando as atenções dos educadores em geral e dos professores de História em particular.

No entanto, diante dos avanços das reflexões e investigações a esse respeito, é comum nos depararmos com o coro dos descontentes de ambos os lados.

De um lado, os professores de História queixam-se do desinteresse e apatia de seus alunos que, distanciados de um passado orgânico e de uma consciência clara a respeito do valor da educação e de sua práxis, perdem-se em meio a um conjunto de ações cotidianas desprovidas de sentido e não conseguem estabelecer claras relações entre aquilo que estudam em termos de conteúdos históricos e sua vida real.

Por outro lado, os alunos desses mesmos professores seguidamente repetem suas queixas em outro tom: as aulas são chatas, os temas são desinteressantes e os professores são distantes e inacessíveis. Enfim, a vida cotidiana e o presente vivido em nada se aproximam de um passado inacessível e abstrato.

Na verdade, cabe a nós situar o cenário de reflexões sobre problemas envolvendo o ato de ensinar e aprender História no qual sejamos capazes de olharmos para as nossas práticas e desvelar qual concepção de História aparece nos planejamentos de aula e conseqüentemente na metodologia escolhida.

Segundo Corsetti, 2001, p. 68,

A existência de diferentes paradigmas epistemológicos da História é fato que caracteriza não apenas a chamada ciência histórica, como todo o campo das ditas ciências sociais. A coexistência de diferentes modelos explicativos faz com que o conhecimento histórico não se apresente vinculado a um único paradigma. Na medida em que o objeto histórico pode ser deslocado de um para outro nível do topo social, verificamos a manutenção de diversas matrizes interpretativas que caracterizam as escolas históricas, embora cada uma delas apresente a pretensão de elaborar um modelo de ciência válido para toda a historiografia.

O professor de História quando planeja suas aulas aparecem subjacentes ao seu trabalho, teorias da historiografia. Essas teorias podem ser percebidas na ação docente que leva o professor a produzir uma aula de história centrada na narração de fatos, na crítica social ou na reflexão dos conflitos de classes. A partir desse reconhecimento, identificam-se modelos diferenciados que vão do positivismo à tendência da Nova História, que contemporaneamente acaba por combinar vários modelos de interpretação. Mesmo

percebendo a discussão polêmica que cerca esse assunto, inclusive a utilização do próprio termo paradigma para o campo das ciências sociais, acreditamos que esses modelos existem, coexistem e influenciam de formas diferenciadas as práticas didático-pedagógicas no ensino de História.

A concepção positivista

A teoria positivista nasce no século XIX, com o francês Augusto Comte, iniciador desta corrente que exprime a exaltação da ciência moderna, parte do pressuposto de que a humanidade (e o próprio homem, na sua trajetória pessoal) passa por diversos estágios até alcançar o terceiro estado (lei dos três estados) *estado positivo*, que se caracteriza pela maturidade do espírito humano.

O estado positivo é caracterizado pela renúncia ao conhecimento absoluto, das causas últimas, passando então a dirigir as forças intelectuais para a compreensão das leis e das relações que se podem constatar entre os fenômenos por meio da observação e dos instrumentos teóricos. (CHAUÍ, 1985, p. 113).

No ensino de história, sua influência acontece com a narração e a busca da verdade somente nos documentos oficiais. O historiador, um elemento neutro nesse processo, tem apenas que descrever os episódios, as datas, as guerras, os fatos, os heróis.

Todos mortos. E assim, a história, tratada à distância, assepticamente, quase nada ou nada mesmo explica, embora exerça marcada influência na compreensão do histórico em todos quantos têm acesso à escola, o que é extremamente conveniente à manutenção da ordem. (LOPES, 1995, p. 23).

As aulas de histórias passam a ser enfadonhas, pois o professor apenas transmite informações do passado e o aluno recebe este conhecimento sem produzir nenhuma análise ou crítica, apenas memoriza e decora essa história linear e cronológica que, muitas vezes, serve como instrumento de dominação da história oficial.

A concepção marxista.

Apesar do predomínio da concepção positivista, até meados do século XX, várias manifestações se colocaram contra ela, desde os fins do século XIX. Fora do mundo dos historiadores profissionais, Karl Marx e Friedrich Engels, propuseram, com o materialismo histórico, a primeira teoria global das sociedades humanas.

Para exemplificar, lembramos que a abordagem idealista da história, assimilada pelo senso comum, explica seu movimento pela ação dos “grandes homens”, das grandes ideias ou, às vezes, até pela intervenção divina. Para Marx, diferentemente: no lugar das ideias, então os fatos materiais; no lugar dos heróis, a luta de classe. Nesse processo, surgem contradições no seio da sociedade, que no tempo de Marx, e ainda hoje, resultam dos interesses antagônicos do capitalista e do proletário. (ARANHA, 1996. p. 141).

A concepção marxistas, a partir do materialismo histórico de Marx e Engels, entende que a história se faz com os fatores materiais, econômicos e técnicos que correspondem às condições em que os homens se reúnem para produzir sua existência no trabalho. Identifica o conflito da luta de classes: dominante e dominada, opressor e oprimido, burguesia e proletariado. A busca da justiça social é fundamental nessa abordagem.

A história para Marx e Engels aparece como ciência inclusiva e se configura como a ciência dos homens; para eles o histórico é intrinsecamente sociológico, pois deve explicar o lado social do humano e, reciprocamente, o lado humano do social, o de que desloca e inverte a tradição positivista. (LOPES, 1995, p. 27).

O conteúdo a ser trabalhado na disciplina de História, segundo essa concepção, deverá estar impregnado de conscientização, através do estudo e identificação das relações de poder ocorridas no passado e presente, levando o educador e educando assumirem e perceberem sua situação social, optando pela uma participação mais ativa na história. O professor e aluno conscientizam-se de poder de mudança e transformação social que possuem através do conhecimento histórico.

A concepção dos Annales

Publica-se no início do século XX, na França, uma Revista de História chamada *Annales*, a qual busca criar um contraponto ao paradigma positivista, defendendo o caráter científico da história vista como uma ciência em construção.

A ciência da história, viverá inovações profícuas com a criação desta revista, que teve em Marc Bloch e Lucien Febvre seus principais organizadores. Sua convocatória principal pode assim ser resumida, nas próprias palavras de L. Febvre, 1977, p. 56: “para fazer história, virem resolutamente as costas ao passado e antes de mais vivam. Envolvam-se na vida”.

Também, defende-se o caráter científico da história, visto como uma ciência em construção.

Disso decorria a necessidade de construir, com maior rigor, seu objeto, por hipóteses, o que estabelecia a substituição da história-narração pela história-

problema. Defendendo uma síntese global do social, propôs a abertura da História para os aspectos coletivos, sociais, cíclicos das formações históricas. (CORSETTI, 2001, p. 69).

Assim, nessa concepção, a história é crítica e viva, não apenas um conhecimento do passado, mas sim ocupa o espaço de denúncia, finalidade maior desta concepção. As ciências sociais estão agora presentes para ajudar a entender os processos vividos por todos os sujeitos ao longo da história, não apenas alguns como reforçavam os positivistas. O professor de história busca elementos em diversas fontes e situações para ensinar história. Tudo que é produzido pelo homem é um elemento de estudo. Também, as minorias excluídas - índios, negros, aparecem com suas contribuições, porque tudo faz parte da história.

Considerações finais

A compreensão dessas teorias/concepções e a sua tradução nas abordagens didáticas deve ser fruto de reflexão de todo o professor de história. Atualmente, observa-se que um grande número de educadores ainda reforçam e organizam suas aulas dentro de uma visão positivista, contribuindo para que o aluno não reflita sobre a sua história e continue passivo diante dela. Porém, cada vez mais, percebe-se a necessidade da educação se relacionar com a história de forma dinâmica, onde passado e presente e futuro estejam integrados. A finalidade é que se estude o passado para melhor compreender o presente e criar condições de projetar o futuro, questões presentes nas abordagens críticas da concepção da Escola de Annales e Marxista, possibilitando que os alunos sintam-se sujeitos da história.

Nesse sentido, acreditamos ser plenamente possível, os educadores avancem cada vez mais em direção a uma postura mais dialógica e mais mediadora do processo de ensinar e aprender em História.

REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da educação. 2 ed. rev. e atual.. São Paulo : Moderna . 1996.
- CHAUÍ, Marilena et alli. Primeira filosofia: lições introdutórias. 3. ed. São Paulo : Brasilense, 1985.
- CORSETTI, Berenice. Considerações sobre a teoria da história. Revista História. Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas. v. 1, n. 3. 2001.
- EDUCAÇÃO EM FOCO: revista de educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. v.6, n.1, mar./ago., 2001 semestral.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. Perspectivas históricas da educação. 4. ed. São Paulo : Editora Ática, 1995.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. Ensinar história. São Paulo : Spicione, 2004.

E-mail: contato@cienciaeconhecimento.com.br